

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Câmpus – SÃO BORJA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

São Borja

Janeiro, 2023

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
BACHARELADO EM RELAÇÕES PÚBLICAS

- ♣ Reitor: Roberlaine Ribeiro Jorge
- ♣ Vice-Reitor: Marcus Vinicius Morini Querol
- ♣ Pró-Reitor de Graduação *pro tempore*: Cesar Flaubiano da Cruz Cristaldo
- ♣ Pró-Reitora Adjunta de Graduação: Shirley Grazieli da Silva Nascimento
- ♣ Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação: Fábio Gallas Leivas
- ♣ Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação: Chariston André Dal Belo
- ♣ Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Paulo Rodinei Soares Lopes
- ♣ Pró-Reitor Adjunto de Extensão e Cultura: Franck Maciel Peçanha
- ♣ Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários: Carlos Aurélio Dilli Gonçalves
- ♣ Pró-Reitor Adjunto de Assuntos Estudantis e Comunitários: Bruno dos Santos Lindemayer
- ♣ Pró-Reitor de Administração: Fernando Munhoz da Silveira
- ♣ Pró-Reitora de Planejamento e Infraestrutura: Viviane Kanitz Gentil
- ♣ Pró-Reitor Adjunto de Planejamento e Infraestrutura: Fabiano Zanini Sobrosa
- ♣ Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Edward Frederico Castro Pessano
- ♣ Procurador Educacional Institucional: Michel Rodrigues Iserhardt
- ♣ Diretor do Campus: Valmor Rhoden
- ♣ Coordenador Acadêmico: Thiago da Silva Sampaio
- ♣ Coordenador Administrativo: Gustavo de Carvalho Luiz

- ♣ Coordenadora do Curso: Paula Daniele Pavan
- ♣ Coordenadora Substituta: Marcela Guimarães e Silva
- ♣ Núcleo Docente Estruturante: Carmen Regina Abreu Gonçalves (presidente);
Elisa Lübeck (secretária); Fernanda Sagrilo Andres; Juliana Lima Rhoden;
Larissa Conceição dos Santos; Marcela Guimarães e Silva; Paula Daniele
Pavan
- ♣ Colaborador: Leandro Luiz Lied
- ♣ Revisor(es): Gilvane Belem Correa (NiNa/Nude – Campus São Borja)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Distribuição de carga horária em Componentes Curriculares Obrigatórios, Componentes Curriculares Complementares, Atividades Complementares de Graduação Distribuição da carga horária exigida para integralização do curso:	40
Quadro 2 - Distribuição da carga horária exigida para integralização do curso	60
Quadro 3 - Grade de formação em Relações Públicas62Quadro 4- Matriz de componentes curriculares com pré-requisitos	71
Quadro 5- Matriz Curricular do Curso (Presencial)	74
Quadro 6- Migração curricular - Medidas resolutivas	94

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO	9
APRESENTAÇÃO	12
1 CONTEXTUALIZAÇÃO	13
1.1 Contextualização da Unipampa	13
1.2 Contexto da inserção regional do câmpus e do Curso	20
1.3 Concepção do Curso	24
1.3.1 Justificativa	24
1.3.2 Histórico do Curso	30
1.4 Apresentação do Curso	31
1.4.1 Coordenação do Curso	33
1.4.2 Funcionamento do Curso	39
1.4.3 Formas de Ingresso	40
2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	46
2.1 políticas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso	46
2.1.1 Políticas de Ensino	46
2.1.2 Políticas de Pesquisa	49
2.1.3 Políticas de Extensão	51
2.2 Objetivos do Curso	56
2.2.1 Objetivo Geral	56
2.2.2 Objetivos Específicos	56
2.3 Perfil do Egresso	57
2.3.1 Campos de Atuação Profissional	58
2.3.2 Habilidades e Competências	59
2.4 Organização Curricular	59
2.4.1 Requisitos para integralização curricular	59
2.4.2 Plano de integralização da carga horária	61

2.4.3	Matriz curricular	73
2.4.4	Abordagem dos Temas Transversais	85
2.4.4.1	Educação em Direitos Humanos	85
2.4.4.2	Oferta de componente curricular em Libras	86
2.4.4.3	Meio ambiente e educação ambiental	86
2.4.4.4	Cultura Afro-Brasileira e Indígena	86
2.4.5	Flexibilização Curricular	87
2.4.5.1	Componentes Curriculares Complementares de Graduação	87
2.4.5.2	Atividades Complementares de Graduação	88
2.4.5.3	Mobilidade Acadêmica	88
2.4.5.4	Aproveitamento de Estudos	89
2.2.5.5	Carga Horária a Distância em Cursos Presenciais	90
2.4.5.6	Outras formas de flexibilização	93
2.4.6	Migração curricular e equivalências	94
2.4.7	Estágios Obrigatórios ou Não Obrigatórios	100
2.4.8.	Trabalho de Conclusão de Curso	104
2.4.10	Inserção da extensão no currículo do curso	111
2.4.10.1	Programa Institucional “UNIPAMPA Cidadã”	112
2.5	Metodologias de Ensino	113
2.5.1	Interdisciplinaridade	116
2.5.2	Práticas Inovadoras	116
2.5.3	Acessibilidade Metodológica	117
2.5.4	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino e aprendizagem	122
2.5.4.1	Outros recursos didáticos (obrigatório para cursos EaD ou cursos presenciais com oferta de carga horária EaD)	123
2.6	Avaliação da aprendizagem	125
2.7	Apoio ao discente	130

2.8 Gestão do curso a partir do processo de avaliação interna e externa	131
3 EMENTÁRIO	135
4 GESTÃO	201
4.1 Recursos humanos	201
4.1.1 Coordenação de Curso	201
4.1.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE)	202
4.1.3 Comissão do Curso	202
4.1.4 Corpo docente	202
4.1.5 Tutoria	212
4.2 Recursos de infraestrutura	2112
4.2.1 Espaços de trabalho	212
4.2.2 Biblioteca	212
4.2.3 Laboratórios	217
4.2.3.1 Laboratório de criação e produção gráfica	217
4.2.3.2 Laboratório de informática	218
4.2.3.3 Laboratório de redação	218
4.2.3.4 Estúdio de Rádio	218
4.2.3.5 Laboratório de vídeo	219
4.2.3.6 Estúdio de TV	219
4.2.3.7 Laboratório de Fotografia	219
4.2.3.8 Laboratório de Pesquisa de Opinião Pública e Social	220
4.2.3.9 Agência Experimental de Relações Públicas	220
REFERÊNCIAS	2224
REFERÊNCIAS TÉCNICO-PEDAGÓGICAS	226
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES ELETRÔNICAS	227
APÊNDICES	22830
APÊNDICE A – Regulamento de TCC - Modelo do Projeto TCC	22830
APÊNDICE B – Modelo de Pré-Projeto Experimental em Relações Públicas (uma das possibilidades de trabalho de conclusão de curso)	23840

APÊNDICE C – Modelo de TCC (Monografia)	2402
APÊNDICE D – Modelo de TCC (Projeto Experimental)	2446
APÊNDICE E – INDICAÇÃO DE ORIENTADOR(A)	24850
APÊNDICE F – ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	2491
APÊNDICE G - DECLARAÇÃO DE CANCELAMENTO DE ORIENTAÇÃO	2502
APÊNDICE H - DECLARAÇÃO DE TROCA DE ORIENTADOR	251
APÊNDICE I – REGULAMENTO DAS Atividades Complementares de Graduação - ACGs – do Curso de Relações Públicas	2524
APÊNDICE J - NORMAS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS – DA UNIPAMPA	2591
APÊNDICE K - CARTA DE APRESENTAÇÃO DE ESTÁGIO	2759
APÊNDICE L – REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE- NDE DO CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS	27680
APÊNDICE M – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO DO CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS	280
APÊNDICE N - REGULAMENTO SOBRE A QUEBRA DE PRÉ-REQUISITOS	284
ANEXO A - MATRIZ DE APROVEITAMENTO ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO	286
ANEXO B - Componentes Curriculares complementares de Graduação possíveis de serem cursadOs em Jornalismo da UNIPAMPA	291
Dados inerentes à integralização curricular	294
ANEXO D - Componentes Curriculares complementares de Graduação possíveis de serem cursadOs no Curso de Publicidade e Propaganda da UNIPAMPA	297
ANEXO E – MODELO DE RELATÓRIO – UNIPAMPA CIDADÃ	3026

IDENTIFICAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

- ♣ Mantenedora: Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA
- ♣ Natureza Jurídica: Fundação Federal
- ♣ Criação/Credenciamento: Lei 11.640, 11/01/2008, publicada no Diário Oficial da União de 14/01/2008
- ♣ Credenciamento EaD: Portaria MEC 1.050 de 09/09/2016, publicada no D.O.U. de 12/09/2016
- ♣ Recredenciamento: Portaria MEC 316 de 08/03/2017, publicada no D.O.U. de 09/03/2017
- ♣ Conceito Institucional: 3
- ♣ Site: www.unipampa.edu.br

REITORIA

- ♣ Endereço: Avenida General Osório, n.º 900
- ♣ Cidade: Bagé/RS
- ♣ CEP: 96400-100
- ♣ Fone: + 55 53 3240-5400
- ♣ Fax: + 55 53 32415999

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

- ♣ Endereço: Rua Melanie Granier, n.º 51
- ♣ Cidade: Bagé/RS

- ♣ CEP: 96400-500
- ♣ Fone: + 55 53 3247-5445 Ramal 4803 (Gabinete)
- ♣ Fone: + 55 53 3242-7629 5436 (Geral)
- ♣ E-mail: prograd@unipampa.edu.br

CÂMPUS SÃO BORJA

- ♣ Endereço: Vereador Alberto Benevenuto, 3200 – Bairro Passo
- ♣ Cidade: São Borja
- ♣ CEP: : 97670-000
- ♣ Fone: +55 55 3430 9850
- ♣ E-mail: saoborja@unipampa.edu.br
- ♣ Site: <https://unipampa.edu.br/saoborja/>

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- ♣ Área do conhecimento: Ciências Sociais
- ♣ Nome do curso: Relações Públicas
- ♣ Grau: Bacharelado em Relações Públicas
- ♣ Código e-MEC: 811644
- ♣ Titulação: Bacharel(a) em Relações Públicas
- ♣ Turno: Noturno
- ♣ Integralização: 08 semestres, conforme dados do e-MEC
- ♣ Duração máxima: 100% da integralização

- ♣ Carga horária total: 3.275 horas
- ♣ Periodicidade: semestral
- ♣ Número de vagas 50, conforme Termo de Adesão do SiSU
- ♣ Modo de Ingresso: Sistema de Seleção Unificada (SiSU), entre outras modalidades de ingresso definidas pela instituição
- ♣ Data de início do funcionamento do Curso: 07 de agosto de 2011, de acordo com o e-MEC
- ♣ Atos regulatórios de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso: Criado pela Portaria de Autorização do Conselho Universitário nº 1776 de 07 de agosto de 2011, conforme e-MEC. Reconhecido pela Portaria MEC nº 575, de 02 de outubro de 2014.
- ♣ Página web do curso: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/relacoespublicas/>
- ♣ Contato: cursorp@unipampa.edu.br / rp@unipampa.edu.br

APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Pampa leva em consideração o Parecer CNE/CES nº 85/2013, assim como a Resolução nº 2, de 27/09/2013, que tratam das (Novas) Diretrizes Curriculares Nacionais, para o curso de Graduação em Relações Públicas.

O Curso de Relações Públicas da UNIPAMPA atua na formação de profissionais com qualidades éticas, humanísticas, críticas e reflexivas, de modo a atender às demandas da sociedade, com base nos conhecimentos científicos e no exercício da cidadania.

Conheça o curso e suas especificidades. Boa leitura!

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIPAMPA

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023), a criação da Universidade Federal do Pampa é marcada por intencionalidades, dentre essas o direito à educação superior pública e gratuita por parte dos grupos que historicamente estiveram à margem deste nível de ensino. Sua instalação em região geográfica marcada por baixos índices de desenvolvimento edifica a concepção de que o conhecimento produzido neste tipo de instituição é potencializador de novas perspectivas.

A expectativa das comunidades que lutaram por sua criação atravessa as intencionalidades da Universidade, que necessita ser responsiva às demandas locais e, ao mesmo tempo, produzir conhecimentos que extrapolem as barreiras da regionalização, lançando-a cada vez mais para territórios globalizados. Esses compromissos foram premissas para a escolha dos valores balizadores do fazer da Instituição, bem como para a definição de sua missão e do desejo de vir a ser (visão de futuro) e passam, a seguir, a ser explicitados.

MISSÃO

A UNIPAMPA, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.

VISÃO

A UNIPAMPA busca constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de contribuir na formação de cidadãos para atuar em prol da região, do país e do mundo.

VALORES

- ♣ Ética;
- ♣ Transparência e interesse público;

- ♣ Democracia;
- ♣ Respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais;
- ♣ Garantia de condições de acessibilidade;
- ♣ Liberdade de expressão e pluralismo de ideias;
- ♣ Respeito à diversidade;
- ♣ Indissociabilidade de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- ♣ Ensino superior gratuito e de qualidade;
- ♣ Formação científica sólida e de qualidade;
- ♣ Exercício da cidadania;
- ♣ Visão multi, inter e transdisciplinar do conhecimento científico;
- ♣ Empreendedorismo, produção e difusão de inovação tecnológica;
- ♣ Desenvolvimento regional e internacionalização;
- ♣ Medidas para o uso sustentável de recursos renováveis; e
- ♣ Qualidade de vida humana (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2019).

A Fundação Universidade Federal do Pampa é resultado da reivindicação da comunidade da região, que encontrou guarida na política de expansão e renovação das Instituições Federais de Educação Superior, incentivada pelo Governo Federal desde a segunda metade da primeira década de 2000. Veio marcada pela responsabilidade de contribuir com a região em que se edifica - um extenso território, com problemas no processo de desenvolvimento, inclusive de acesso à educação básica e à educação superior - a “Metade Sul” do Rio Grande do Sul. Veio ainda para contribuir com a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina.

O reconhecimento das condições regionais, aliado à necessidade de ampliar a oferta de Ensino Superior gratuito e de qualidade nesta região, motivou a proposição dos dirigentes dos municípios da área de abrangência da UNIPAMPA a pleitear, junto ao Ministério da Educação, uma Instituição Federal de Ensino

Superior. O atendimento a esse pleito foi anunciado no dia 27 de julho de 2005, em ato público realizado na cidade de Bagé, com a presença do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nessa mesma ocasião, foi anunciado o Consórcio Universitário da Metade Sul, responsável, no primeiro momento, pela implantação da nova Universidade. Em 22 de novembro de 2005, esse consórcio foi firmado mediante a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), prevendo a ampliação da Educação Superior no Estado. Coube à UFSM implantar os campi nas cidades de São Borja, Itaqui, Alegrete, Uruguaiana e São Gabriel e, à UFPel, os campi de Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e Santana do Livramento. As instituições componentes do consórcio foram responsáveis pela criação dos primeiros cursos da futura Instituição, sendo estes: câmpus Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica; câmpus Bagé: Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia de Computação, Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Letras (Português e Espanhol), Licenciatura em Letras (Português e Inglês); câmpus Caçapava do Sul: Geofísica; câmpus Dom Pedrito: Zootecnia; câmpus Itaqui: Agronomia; câmpus Jaguarão: Pedagogia e Licenciatura em Letras (Português e Espanhol); câmpus Santana do Livramento: Administração; câmpus São Borja: Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social - Publicidade e Propaganda e o Curso de Serviço Social; câmpus São Gabriel: Ciências Biológicas Licenciatura e Bacharelado, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental; câmpus Uruguaiana: Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia; totalizando 27 cursos de graduação.

Em setembro de 2006, as atividades acadêmicas tiveram início nos campi vinculados à UFPel e, em outubro do mesmo ano, nos campi vinculados à UFSM. Para dar suporte às atividades acadêmicas, as instituições componentes do consórcio realizaram concursos públicos para docentes e técnico-administrativos em educação, além de desenvolverem e iniciarem a execução dos projetos dos

prédios de todos os campi. Nesse mesmo ano, entrou em pauta no Congresso Nacional o Projeto de Lei número 7.204/06, que propunha a criação da UNIPAMPA.

Em 16 de março de 2007, foi criada a Comissão de Implantação da UNIPAMPA, que teve seus esforços direcionados para constituir os primeiros passos da identidade dessa nova Universidade. Para tanto, promoveu as seguintes atividades: planejamento da estrutura e funcionamento unificados; desenvolvimento profissional de docentes e técnico-administrativos em educação; estudos para o projeto acadêmico; fóruns curriculares por áreas de conhecimento; reuniões e audiências públicas com dirigentes municipais, estaduais e federais, bem como com lideranças comunitárias e regionais, sobre o projeto de desenvolvimento institucional da futura UNIPAMPA.

Em 11 de janeiro de 2008, a Lei nº 11.640 cria a UNIPAMPA – Fundação Universidade Federal do Pampa, que fixa em seu Art. 2º:

A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2008, p.1).

No momento de sua criação, a UNIPAMPA já contava com 2.320 alunos, 180 servidores docentes e 167 servidores técnico-administrativos em educação.

Ainda em janeiro de 2008, foi dado posse ao primeiro reitorado que, na condição pro tempore, teve como principal responsabilidade integrar os campi criados pelas instituições componentes do consórcio que deu início às atividades dessa Instituição, constituindo e consolidando-os como a Universidade Federal do Pampa. Nessa gestão foi constituído provisoriamente o Conselho de Dirigentes, integrado pela Reitora, Vice-Reitor, Pró-Reitores e os Diretores de câmpus, com a função de exercer a jurisdição superior da Instituição, deliberando sobre todos os temas de relevância acadêmica e administrativa. Ainda em 2008, ao final do ano, foram realizadas eleições para a Direção dos campi, nas quais foram eleitos os Diretores, Coordenadores Acadêmicos e Coordenadores Administrativos.

Em fevereiro de 2010, foi instalado o Conselho Universitário (CONSUNI), cujos membros foram eleitos ao final do ano anterior. Composto de forma a garantir a representatividade da comunidade interna e externa com prevalência numérica

de membros eleitos, o CONSUNI, ao longo de seu primeiro ano de existência, produziu um amplo corpo normativo. Dentre outras, devem ser destacadas as Resoluções que regulamentam o desenvolvimento de pessoal; os afastamentos para a pós-graduação; os estágios; os concursos docentes; a distribuição de pessoal docente; a prestação de serviços; o uso de veículos; as gratificações relativas a cursos e concursos; as eleições universitárias; a colação de grau; o funcionamento das Comissões Superiores e da Comissão Própria de Avaliação. Pela sua relevância, a aprovação do Regimento Geral da Universidade, ocorrida em julho de 2010, simboliza a profundidade e o alcance desse trabalho coletivo, indispensável para a implantação e consolidação institucional. Visando dar cumprimento ao princípio de publicidade, as reuniões do CONSUNI são transmitidas, ao vivo, pela Internet, para toda a Instituição, e as resoluções, pautas e outras informações são publicadas na página web.

Atualmente, 67 cursos presenciais e 06 a distância encontram-se em funcionamento:

Câmpus Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Agrícola, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Software e Engenharia de Telecomunicações (bacharelados);

Câmpus Bagé: Engenharia de Alimentos, Engenharia de Computação, Engenharia de Energia, Engenharia de Produção, Engenharia Química (Bacharelados); Física, Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Letras - Línguas Adicionais: Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas, Matemática, Música e Química (Licenciaturas).

Câmpus Caçapava do Sul: Ciências Exatas (Licenciatura), Engenharia Ambiental e Sanitária, Geofísica, Geologia (Bacharelados); Mineração (Tecnológico).

Câmpus Dom Pedrito: Agronegócio (Tecnológico); Ciências da Natureza e Educação do Campo (Licenciaturas); Enologia e Zootecnia (Bacharelados).

Câmpus Itaqui: Agronomia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Nutrição (Bacharelados); Matemática (Licenciatura).

Câmpus Jaguarão: Gestão de Turismo (Tecnológico); História, Letras - Espanhol e Literatura Hispânica, Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Letras - Português EaD Institucional-UAB, Pedagogia, Pedagogia EaD - UAB (Licenciaturas), Produção e Política Cultural (Bacharelado).

Câmpus Santana do Livramento: Administração, Administração Pública EaD-UAB, Ciências Econômicas, Direito, Gestão Pública e Relações Internacionais (Bacharelados).

Câmpus São Borja: Ciências Humanas, Geografia EaD/UAB e História EaD/UAB (Licenciaturas); Ciências Sociais - Ciência Política, Comunicação Social, Direito, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Serviço Social (Bacharelados).

Câmpus São Gabriel: Biotecnologia, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental (Bacharelados); Ciências Biológicas (Licenciatura); Fruticultura (Tecnólogo).

Câmpus Uruguaiana: Aquicultura (Tecnológico); Ciências da Natureza, Educação Física, Ciências da Natureza EaD/UAB (Licenciaturas); Engenharia de Aquicultura, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina e Medicina Veterinária (Bacharelados).

A instituição também oferece cursos de pós-graduação em nível de especializações, mestrados e doutorados. Atualmente, na UNIPAMPA, encontram-se em funcionamento 21 programas de pós-graduação “lato sensu” (especialização) e 25 programas de pós-graduação “stricto sensu” (mestrado e doutorado).

Os cursos de especialização ofertados são:

Câmpus Bagé: Modelagem Computacional em Ensino, Experimentação e Simulação; Gestão de Processos Industriais Químicos; Ensino de Matemática no Ensino Médio (Matemática na Prática) (UAB)

Câmpus Caçapava do Sul: Educação Científica e Tecnológica.

Câmpus Dom Pedrito: Enologia; Produção Animal; Agronegócio; Ensino de Ciências da Natureza: práticas e processos formativos.

Câmpus Itaqui: Desenvolvimento Regional e Territorial; Tecnologia dos Alimentos.

Câmpus Jaguarão: Especialização em Direitos Humanos e Cidadania

Câmpus Santana do Livramento: Relações Internacionais Contemporâneas.

Câmpus São Borja: Mídia e Educação.

Câmpus Uruguaiana: História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena; Educação Ambiental; Gestão em Saúde (UAB); Fisioterapia em Neonatologia e Pediatria; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Urgência e Emergência; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva; Programa de Residência Integrada em Medicina Veterinária.

Em relação aos cursos de mestrado e doutorado, são ofertados:

Câmpus Alegrete: Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica; Mestrado Acadêmico em Engenharia; Mestrado Profissional em Engenharia de Software.

Câmpus Bagé: Mestrado Acadêmico em Computação Aplicada; Mestrado Profissional em Ensino de Ciências; Mestrado Profissional em Ensino de Línguas; Mestrado Acadêmico em Ensino, Mestrado Acadêmico em Ciência e Engenharia de Materiais.

Câmpus Caçapava do Sul: Mestrado Profissional em Tecnologia Mineral; Mestrado Profissional em Educação Matemática.

Câmpus Jaguarão: Mestrado Profissional em Educação.

Câmpus Santana do Livramento: Mestrado Acadêmico em Administração.

Câmpus São Borja: Mestrado Profissional em Políticas Públicas; Mestrado Profissional em Comunicação e Indústria Criativa.

Câmpus São Gabriel: Mestrado e Doutorado Acadêmico em Ciências Biológicas.

Câmpus Uruguaiana: Mestrado e Doutorado Acadêmico em Bioquímica; Mestrado e Doutorado Acadêmico em Ciência Animal; Mestrado Acadêmico em Ciências Farmacêuticas; Mestrado e Doutorado em Ciências Fisiológicas; Mestrado e Doutorado Acadêmico em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde.

1.2 CONTEXTO DA INSERÇÃO REGIONAL DO CÂMPUS E DO CURSO

O município de São Borja está localizado no Oeste do Rio Grande do Sul, com uma população de 61.662 habitantes, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, censo 2010, distribuídos em uma área de 3.616 Km² e densidade populacional de 19,22 hab/km². A População urbana é de 55.139 habitantes e a rural é de 6.523 habitantes.

Limita-se ao Norte com as cidades de Garruchos e Santo Antônio das Missões; ao Sul, faz fronteira com as cidades de Maçambará e Itaqui; à Leste, com as cidades de Itacurubi e Unistalda; e à Oeste, com a cidade de Santo Tomé na Argentina (divisa demarcada pelo Rio Uruguai).

É servida de acessos pelas BRs 472, 287 e 285, estando distantes 595 km da capital do Estado (Porto Alegre). Os primeiros habitantes deste território foram os indígenas, que deixaram um legado na cultura e na formação étnica. São Borja foi o primeiro dos chamados Sete Povos na segunda fase das Missões Orientais do Rio Uruguai. Historicamente pertence à região das Missões, porém, geograficamente, tem elementos que o identificam com outros municípios da Fronteira Oeste do estado do Rio Grande do Sul.

Um levantamento estimativo revela a grande participação do setor primário na cadeia produtiva de São Borja. Destaca-se o beneficiamento de grãos de arroz, trigo e soja e a produção de bovinos de corte.

Atividades turísticas que atualmente estão sendo desenvolvidas no município: turismo cultural, desportivo, náutico, pesca amadora, rural e ecoturismo. Já no Comércio e Porto Internacional, São Borja dispõe do primeiro Centro Unificado de Fronteira da América do Sul, tido como modelo para passos de fronteira no MERCOSUL e na Comunidade Andina das Nações. Dispõe, portanto, de toda a estrutura privada e governamental para agilizar todo e qualquer processo de importação e exportação.

Em âmbito regional, essa realidade sócio-político-cultural se vê agravada por uma realidade econômica comum a toda uma região chamada de “Metade Sul do Estado”, que, em termos econômicos, acaba significando “a metade mais pobre” do Rio Grande do Sul. Nessa região, por exemplo, o desemprego atinge 13,50% da população, a renda per capita é de U\$ 4.872,78 num contexto em que 10% da população detém 90% da renda bruta; o analfabetismo corresponde a 12,64% e a oportunidade de trabalho se abre para apenas 30% da população, que sofre ainda com a alta taxa de mortalidade infantil, que gira em torno de 24,81 por mil nascidos (IBGE, 2010).

Estudos comparativos entre a fronteira e a região central do Estado do Rio Grande do Sul realizados por (GUINDANI, *et al.*, 2017) contribuem para percebermos uma assimetria sócio econômica entre os municípios que compõem estas duas regiões. Os autores investigaram a relação entre a realidade socioeconômica e o rendimento escolar dos alunos, a partir de uma comparação entre dois grupos de municípios. O primeiro grupo é composto por municípios localizados na região fronteira do Estado do Rio Grande do Sul, pertencentes a 35ª e 10ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) e o segundo grupo, composto por municípios localizados na região central e serrana do Estado mais próximos à capital, pertencentes à 4ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação). O quadro abaixo representa esses indicadores de cada município. De acordo com (GUINDANI, *et al.*, 2017), numa primeira análise dos indicadores educacionais, é possível perceber que há uma clara relação entre a educação e os indicadores socioeconômicos. Dentre os dez municípios com os piores IDEBs (entre 2,8 e 3,8) oito possuem os IDHs na casa dos 0,7. Dentre os dez municípios com os melhores IDEBs (entre 4,4 e 5,8) oito possuem os melhores IDHs, na casa dos 0,8. Dos dez

municípios com o maior índice de indigentes e pobres, seis deles também possuem os menores IDEBs. Dentre os dez municípios com maiores índices de concentração de renda, sete deles estão entre os dez com menores IDEBs. Já dentre os cinco municípios com os menores índices de concentração de renda, quatro municípios estão dentre os dez melhores IDEBs. Todas essas análises nos levam a concluir que melhores níveis de distribuição de renda e menores índices de pobreza correspondem a melhores índices educacionais, e os baixos índices educacionais correspondem a baixos índices socioeconômicos e de qualidade de vida.

A população estimada de São Borja, em 2021, era de 59.768 pessoas, embora o último censo, de 2010, tenha apontado para 61.671, com densidade demográfica de 17,05 hab/km².

Em 2019, o salário médio mensal era de 2.2 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 19.3%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 253 de 497 e 240 de 497, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1176 de 5570 e 1490 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 37% da população nessas condições, o que o colocava na posição 81 de 497 dentre as cidades do estado e na posição 3180 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2021).

Os indicadores sociais também nos revelam essa concentração econômica. A taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais foi de 6,51% em 2010; o coeficiente de mortalidade infantil, em 2012, registrou o percentual de 9,20% e em 2019 11,08 óbitos por mil nascidos vivos, mostrando um aumento significativo.” (IBGE, 2021)

Quando falamos de Educação, é importante entender que um dos requisitos para aumentar a qualidade do ensino, e, em consequência, o rendimento escolar e o aproveitamento dos recursos investidos, trata-se da qualificação dos professores. Daqueles que lecionam em creches, em 2019, 20,80% tinham nível superior completo; nas pré-escolas, esse percentual era de 58%; no ensino fundamental e

médio 9% estão com idade superior à recomendada nos anos iniciais, e 29,9% nos anos finais, chegando a uma defasagem de 31% entre os que alcançam o ensino médio. (ODS, 2021).

No mesmo sentido, a taxa de conclusão na educação básica, sobretudo no ensino médio, é problemática no município de São Borja. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) pode variar de 0 a 10, no ano de 2019 nos anos iniciais do ensino fundamental é de 5,7 aos finais do ensino fundamental é 3,9 ambos na rede pública. (IBGE, 2021).

No que diz respeito à localização, essa realidade sócio-político-cultural de São Borja se vê agravada por um panorama econômico também comum a toda uma região chamada de “Metade Sul do Estado”, que, nesta perspectiva, acaba significando “a metade mais pobre” do Rio Grande do Sul.

Também a taxa de conclusão na educação básica, sobretudo no ensino médio, é problemática no município de São Borja. Conforme dados do Relatórios Dinâmicos, constante no Portal Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), enquanto a taxa de conclusão do ensino fundamental entre jovens de 15 a 17 anos era de 60,4%, em 2010, o percentual de conclusão do ensino médio, entre jovens de 18 a 24 anos, alcançava 46,3%. Se observado o ensino superior, os dados são mais preocupantes. Em 2010, das 7137 pessoas entre 18 e 24 anos, apenas 3,97% concluíram o ensino superior¹.

Diante desse cenário, a criação da Universidade Federal do Pampa significa, portanto, um importante complemento no espaço educacional da metade sul do Rio Grande do Sul e vem se fortalecendo como um projeto audacioso no sentido de estimular o desenvolvimento da região, contribuindo, assim, para a capacitação profissional, produção de conhecimento e para o desenvolvimento de uma esfera pública capaz de mediar, articular, potencializar os interesses e necessidades locais e regionais.

¹ Disponível em: <https://relatoriosdinamicos.com.br/longevidade/educacao/BRA004043381/sao-borja---rs>. Acesso em: 18 jul de 2022.

Além disso, a cidade de São Borja, onde o Campus do Curso de Relações Públicas está situado, beneficia-se de um posicionamento geográfico privilegiado: na fronteira com a Argentina e, por consequência, possui uma riqueza linguística e cultural muito específica e que caracteriza este território fronteiriço.

A possibilidade de intercâmbio cultural com outros países latino-americanos, assim como integração de estrangeiros em nossos cursos, via Processo Seletivo Específico para Ingresso de Fronteiriços, são atributos que conferem um diferencial à formação dos profissionais de relações públicas e reafirmam a internacionalização em nossa instituição de ensino.

1.3 CONCEPÇÃO DO CURSO

O Curso de Relações Públicas foi criado com o objetivo de reforçar e fortalecer a área de Comunicação Social do campus de São Borja, que já contava com os cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda; e atender às questões sociais e culturais da região. A sugestão de criação do curso ocorreu em reunião do Conselho de Campus no dia 03 de novembro de 2008 e a ata de homologação da comissão para criação do PPC foi em 16 de setembro de 2009. A criação do curso deu-se pela Portaria de autorização no Conselho Universitário - Portaria nº 1776, de 07 de dezembro de 2011, tendo por base as decisões tomadas pelo Conselho Universitário no ano de 2009.

1.3.1 Justificativa

As condições regionais e a necessidade de ampliar a oferta de ensino superior gratuito e de qualidade nesta região motivaram a proposição de criação da UNIPAMPA, abrindo um momento de retomada da discussão a respeito do futuro da região, onde as perspectivas de desenvolvimento e o papel da Universidade podem ocupar um espaço importante no cenário de debates.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (UNIPAMPA, 2019, p. 19):

A criação de uma universidade federal como estratégia para a promoção do desenvolvimento regional e da melhoria da qualidade de vida de sua população veio ao encontro dessa realidade de carência de oportunidades. Nesse ínterim, a UNIPAMPA se preocupa, desde seu

início, em contribuir para atender demandas regionais da melhor forma possível

Portanto, os diversos problemas (sociais, econômicos, culturais, ambientais, entre outros específicos da metade sul do estado gaúcho) justificam o planejamento, bem como a construção da matriz curricular do Curso de Relações Públicas, que se apresenta como um espaço de discussão e de ressonância sensível às urgências da realidade regional, aliadas numa perspectiva nova de atuação profissional que, assim, pode auxiliar no desenvolvimento regional.

Nesse contexto organizacional, o Curso de Relações Públicas torna-se necessário de modo a estabelecer uma melhor e maior interação entre sociedade e organizações privadas e públicas, propiciando trocas de informações entre estas instituições e seus públicos (interno e externo).

A expansão da área comunicacional como atividade econômica organizada vem se consolidando, na atualidade, num ritmo constante, um aumento na participação em organizações privadas, públicas e do terceiro setor na criação do bem público cultural. Cada vez mais ocorrem ações e investimentos, criam-se ONGs, fundações e institutos, empreendem-se recursos humanos no setor, o que implica positivamente em um aumento da geração de emprego e renda.

A existência de um profissional do campo das Relações Públicas - habilitado a promover os processos entre as organizações e os seus públicos, com uma formação sensível à realidade da região, com suas demandas e características específicas - representa um importante diferencial para o impulso no desenvolvimento regional. Vale ressaltar também que as competências do profissional de Relações Públicas – RP estimulam toda uma cadeia de processos e relações intra e interinstitucionais propiciando maior interação da instituição/organização-cliente, ampliando as parcerias e projetos com a sociedade e com a esfera pública e privada por meio da comunicação.

Assim, torna-se justificado o Curso para dar corpo ao Campus, fortalecendo os já existentes com o acréscimo de professores e técnico-administrativos que entrem na defesa da interiorização do ensino superior. Entende-se que o Curso deva contribuir para o cumprimento do compromisso público da Universidade vinculado ao interesse coletivo, em constante diálogo com a sociedade e contato

com o mundo do trabalho, alavancando o desenvolvimento econômico, social e cultural da região.

O Projeto Político Pedagógico do Curso Relações Públicas orienta-se pela premissa de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão para a formação de seus discentes, bem como pelas legislações que regulamentam o funcionamento de cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

No que se refere à legislação específica foram respeitadas as seguintes leis, resoluções e pareceres:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

- Resolução nº 2 de 18/06/2007 – DOU 13/06/2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;

- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art.6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências;

- Decreto nº 63.283/1968, que delibera sobre a profissão que o curso habilita a exercer;

- Resolução Normativa nº 43 do CONFERP, de 24 de agosto de 2002. Define as funções e atividades privativas dos Profissionais de Relações Públicas;

- Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Relações Públicas. Resolução nº 02, de 27 de setembro de 2013. Diário Oficial da União. Brasília, Brasília, DF, 01 out. 2013, p.28-29; ²

²Disponível em:

<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=01/10/2013&jornal=1&pagina=28&totalArquivos=96>>. Acesso em 02 set. 2015.

- Projeto Institucional da Universidade Federal do Pampa, documento criado em 2009, que é balizador das ações institucionais e contempla o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);

- Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 (PDI), contempla o Desenvolvimento Institucional, Planejamento Estratégico, Universidade, Pró-Reitoria de Planejamento e Infraestrutura;

- Resolução nº 329, de 04 de novembro de 2021, que dispõe sobre a realização dos Estágios destinados a estudantes regularmente matriculados na Universidade Federal do Pampa e sobre os Estágios realizados no âmbito desta Instituição;

- Resolução Normativa 29/2011, da Universidade Federal do Pampa, que aborda as questões relativas aos trâmites administrativos da vida do aluno dentro da Instituição, tais como, matrícula, mobilidade acadêmica, mensuração do desempenho acadêmico, concessão da láurea acadêmica, diplomação e colação de grau, licenças e afastamentos. Forma de ingresso é regida pela Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 260 de 11 de novembro de 2019;

- Lei nº 10.639/2003, que altera a Lei nº 9.394/1996, e estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e dá outras providências;

- Parecer CNE/CP nº 03/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; e a Resolução nº 01/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

- Parecer CNE/CP nº 08/2012 e a Resolução nº 01/2012, que estabelecem as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;

- Nota Técnica MEC nº 24/2015, a qual apresenta a dimensão de gênero e orientação sexual nos planos de educação;

- Lei nº 9.795/1999, que dispõe sobre a educação ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências; o Decreto nº 4.281/2002, o qual regulamenta a Lei nº 9.795/1999 e a Resolução nº 02/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;

- Lei nº 11.645/2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”;

- Instrução normativa nº 213/2019, a qual estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

- Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nos 10.048/2000, a qual dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

- Decreto nº 6.949/2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo;

- Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado;

- Lei nº 12.764/2012, que dispõe sobre a Proteção dos Direitos de Pessoas com Transtorno de Espectro Autista;

- Decreto nº 5.626/2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras;

- Portaria nº 3.284/2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;

- Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências;

- Lei nº 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência;

PORTARIA Nº 2.117, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

Decreto nº 5.622/2005, art. 4º, inciso II, § 2º, que delibera sobre a prevalência da Avaliação presencial de EAD. Revogado pelo Decreto nº 9.057, de 2017;

- Resolução nº 05/2010, que aprova o Regimento Geral da UNIPAMPA. Alterado pela Resolução 27/2011;

- Resolução nº 80/2014, que aprova o Programa de Avaliação de Desempenho Docente na UNIPAMPA;

- Resolução CONAES nº 01/2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante;

- Resolução nº 97/2015, que normatiza o NDE na UNIPAMPA;

- Resolução nº 246, de 27 de julho de 2019, que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023).

- Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelecem as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior.

- Resolução UNIPAMPA/CONSUNI nº 240/2019, a qual fixa o tempo máximo de integralização dos cursos de graduação da Universidade Federal do Pampa;
- Resolução UNIPAMPA/CONSUNI nº 253/2019, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e as Normas para Atividades e Organização do Calendário Acadêmico da Universidade Federal do Pampa;
- Resolução UNIPAMPA/CONSUNI nº 260/2019, a qual aprova as normas para ingresso no ensino de graduação na UNIPAMPA.

- Resolução UNIPAMPA/CONSUNI nº 317/2021, que regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância, da UNIPAMPA;
- Resolução UNIPAMPA/CONSUNI nº 328/2021, a qual aprova as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Percursos Formativos Flexíveis para discentes com deficiência no âmbito da Universidade Federal do Pampa.

1.3.2 Histórico do Curso

O Curso de Relações Públicas iniciou sua primeira turma de discentes em 16 de agosto de 2010. Desde o início, o curso já formou mais de uma centena de profissionais que atuam em diversas instituições do país e outros que continuaram seus estudos. O curso sempre teve como característica a realização de projetos de aproximação com a comunidade local e regional. Foram dezenas de projetos de ensino, pesquisa e de extensão realizados, além de práticas de disciplinas de assessoria, comunicação integrada, produção cultural e estágio que beneficiaram dezenas de instituições de vários municípios da fronteira oeste, onde há alunos do curso.

Em 2014, o curso passou pelo primeiro processo de reconhecimento junto ao MEC, obtendo conceito 4. Em 2017, implementou a nova matriz curricular, atendendo às novas Diretrizes Curriculares Nacionais. Em 2020, comemorou 10 anos de funcionamento, sendo lançado um e-book³ comemorativo com a participação de alunos, professores, egressos, ex-alunos. Até o final de 2021 o curso já formou 15 turmas. Totalizando 144 alunos que concluíram o curso de RP. O curso sempre teve uma forte atuação com os diferentes setores da comunidade local e regional através de seus componentes curriculares e projetos. Além disso, outro desafio aqui descrito neste documento é a inserção da extensão, em que 10% da carga horária total do curso serão com projetos e ações de extensão, beneficiando a comunidade local e regional.

³ Ebook disponível no link: <<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/relacoespublicas/publicacoes>>

1.4 APRESENTAÇÃO DO CURSO

O Curso de Relações Públicas foi criado com o objetivo de reforçar e fortalecer a área de Comunicação Social do campus de São Borja, que já contava com os cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda; e atender às questões sociais e culturais da região. A sugestão de criação do curso ocorreu em reunião do Conselho de Campus no dia 03 de novembro de 2008 e a ata de homologação da comissão para criação do PPC foi em 16 de setembro de 2009. A criação do curso deu-se pela Portaria de autorização no Conselho Universitário - Portaria nº 1776, de 07 de dezembro de 2011, tendo por base as decisões tomadas pelo Conselho Universitário no ano de 2009.

Resumo:

Denominação: Relações Públicas

Conceito preliminar/Avaliação MEC: 4⁴

Grau: Bacharelado

Titulação Conferida: Bacharel ou Bacharela em Relações Públicas

Duração Mínima do Curso: 08 semestres.

Carga Horária Total do Curso: 3.275 horas

Turno: Noturno

Número de Vagas Oferecidas: 50

Forma de Ingresso: Sisu

Periodicidade: Semestral

Coordenador do curso: Profa. Dra. Paula Daniele Pavan

Tempo de exercício na IES: 3 anos

Tempo de exercício na função de coordenadora do curso: desde maio de 2021.

⁴ Disponível em: <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/proplan/files/2011/01/Reconhecimento-Rela%C3%A7%C3%B5es-p%C3%BAblicas.pdf>> Acesso em: 03 fev. 2019.

O curso de Relações Públicas funciona no seguinte endereço: Rua Vereador Alberto Benevenuto, nº. 3.200. Sala 204 A. São Borja (RS). CEP: 97670-000. Telefone (55) 3430 9850 – ramal 2524. Endereço eletrônico <<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/relacoespublicas/>>.

O curso propicia ao egresso conhecimento teórico e metodológico a partir das especificidades teóricas e práticas das Relações Públicas. Para isso, o currículo do curso oferece componentes curriculares que capacitam discentes a desenvolver projetos comunicacionais.

Em linhas gerais, este profissional, a partir do desenvolvimento de habilidades e competências e de uma capacitação crítica, atuará na gestão da comunicação e do relacionamento entre as organizações e seus diversos públicos. Ao atuar no campo comunicacional, de modo consciente, as/os discentes produzem comunicações e relacionamentos organizacionais que colaborem com uma ética do cuidado, valorizando a dimensão humana.

Há um esforço para atender as necessidades da região de fronteira, onde o campus está inserido, ao atuar no campo da valorização da diversidade sociocultural. Salienta-se que a própria proposta de criação da Universidade justifica essas questões. De acordo com o PDI, o objetivo principal da UNIPAMPA é colaborar no atendimento de demandas sociais, com ênfase na região onde está inserida, o que reafirma o compromisso com a produção, socialização, democratização e construção do conhecimento. Busca-se, assim, contribuir na formação de cidadãs e de cidadãos para atuar em prol da região, do país e do mundo.

Nesse sentido, o curso equilibra olhar para questões sociais, em busca de ambientes mais justos, inclusivos e igualitários, sem deixar de perceber e acompanhar as nuances e transformações do mercado de comunicação, que se modificam rapidamente.

Os tempos (mínimo e máximo) para a integralização do curso são: mínimo 08 semestres e máximo 16 semestres.

1.4.1 Coordenação do Curso

Atualmente, o curso é coordenado pela Professora Doutora Paula Daniele Pavan, Licenciada em Letras (2009) - Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas - pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Mestre (2012) e Doutora (2017) em Letras - Área de Estudos da Linguagem, Especialidade Teorias do Texto e do Discurso - pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Suas atribuições, como coordenadora de Curso, foram criadas a partir do Regimento Geral da UNIPAMPA⁵, mais especificamente na Subseção II – dos artigos 102 a 105:

Subseção II – Do Coordenador de Curso

Art. 102. O Coordenador de Curso e seu substituto serão eleitos para um mandato de 2 (dois) anos.

§1º. O processo eleitoral será disciplinado por edital específico, elaborado de acordo com as diretrizes da Universidade.

§2º. O Coordenador substituto representará o Coordenador em caso de afastamentos temporários e impedimentos eventuais.

Art. 103. O Coordenador de Curso deverá ter disponibilidade de tempo compatível com as atividades específicas da Coordenação.

§1º. A disponibilidade de tempo exigido no *caput* será definida pelo Conselho do Campus.

§2º. Nos cursos em fase de projeto ou de início de atividades haverá um Coordenador *pro tempore* definido pelo Conselho do Campus a partir de sugestão da Direção, para competente designação.

Art. 104. No caso de vacância ou impedimento definitivo do Coordenador e de seu substituto, haverá eleição para o provimento da função, no período restante, se este for maior do que 1 (um) ano.

⁵ Conforme Resolução Nº 5, de 17 de junho de 2010, considerando o estabelecido na Sessão Extraordinária realizada dia 17 de junho de 2010.

Parágrafo único. A Comissão de Curso indicará um Coordenador interino ao Conselho de Campus no caso de o mandato ser menor do que 1 (um) ano.

Art. 105. Compete ao Coordenador de Curso executar as atividades necessárias à consecução das finalidades e objetivos do Curso que coordena, dentre elas:

I. presidir a Comissão de Curso;

II. promover a implantação da proposta de Curso, em todas suas modalidades e/ou habilitações e uma contínua avaliação da qualidade do Curso, conjuntamente com o corpo docente e discente;

III. encaminhar aos órgãos competentes, por meio do Coordenador Acadêmico, as propostas de alteração curricular aprovadas pela Comissão de Curso;

IV. formular diagnósticos sobre os problemas existentes no Curso e promover ações visando à sua superação;

V. elaborar e submeter anualmente à aprovação da Comissão de Ensino o planejamento do Curso, especificando os objetivos, sistemática e calendário de atividades previstas, visando ao aprimoramento do ensino no Curso;

VI. apresentar, anualmente, à Coordenação Acadêmica relatório dos resultados gerais de suas atividades, os planos previstos para o aprimoramento do processo avaliativo do Curso e as consequências desta avaliação no seu desenvolvimento;

VII. servir como primeira instância de decisão em relação aos problemas administrativos e acadêmicos do Curso que coordena amparado pela Comissão de Curso, quando necessário;

VIII. convocar reuniões e garantir a execução das atividades previstas no calendário aprovado pela Comissão de Ensino;

IX. cumprir ou promover a efetivação das decisões da Comissão de Curso;

X. assumir e implementar as atribuições a ele designadas pelo Conselho do Campus, pela Direção e pela Comissão de Ensino;

XI. representar o Curso que coordena na Comissão de Ensino e em órgãos superiores da UNIPAMPA, quando couber;

XII. relatar ao Coordenador Acadêmico as questões relativas a problemas disciplinares relacionados aos servidores e discentes que estão relacionados ao Curso que coordena;

XIII. atender às demandas das avaliações institucionais e comissões de verificação "in loco";

XIV. providenciar, de acordo com as orientações da Comissão de Ensino, os planos de todas as disciplinas do Curso, contendo ementa, programa, objetivos, metodologia e critérios de avaliação do aprendizado, promovendo sua divulgação entre os docentes para permitir a integração de disciplinas e para possibilitar à Coordenação Acadêmica mantê-los em condições de serem consultados pelos alunos, especialmente no momento da matrícula;

XV. contribuir com a Coordenação Acadêmica para o controle e registro da vida acadêmica do Curso nas suas diversas formas;

XVI. orientar os alunos do Curso na matrícula e na organização e seleção de suas atividades curriculares;

XVII. autorizar e encaminhar à Coordenação Acadêmica:

a) a matrícula em disciplinas eletivas;

b) a matrícula em disciplinas extracurriculares;

c) a inscrição de estudantes especiais em disciplinas isoladas;

d) a retificação de médias finais e de frequências de disciplinas, ouvido o professor responsável;

e) a mobilidade discente.

XVIII. propor à Coordenação Acadêmica, ouvidas as instâncias competentes da Unidade responsável pelo Curso:

a) os limites máximo e mínimo de créditos dos alunos no Curso, para efeito de matrícula;

b) o número de vagas por turma de disciplinas, podendo remanejar alunos entre as turmas existentes;

c) o oferecimento de disciplinas nos períodos regular, de férias ou fora do período de oferecimento obrigatório;

d) prorrogações ou antecipações do horário do Curso;

e) avaliação de matrículas fora de prazo.

XIX. providenciar:

a) o julgamento dos pedidos de revisão na avaliação de componentes curriculares do curso em consonância com as normas acadêmicas da UNIPAMPA;

b) a realização de teste de proficiência em línguas estrangeiras, quando previsto na estrutura curricular;

c) a avaliação de notório saber conforme norma estabelecida;

d) os atendimentos domiciliares, quando pertinentes;

e) a confecção do horário das disciplinas em consonância com a Comissão de Ensino;

f) o encaminhamento à Coordenação Acadêmica, nos prazos determinados, de todos os componentes curriculares do Curso.

XX. emitir parecer sobre pedidos de equivalência de disciplinas, ouvido o responsável pela disciplina, podendo exigir provas de avaliação;

XXI. promover a adaptação curricular para os alunos ingressantes com transferência, aproveitamento de disciplinas, trancamentos e nos demais casos previstos na legislação;

XXII. atender às demandas da Coordenação Acadêmica em todo o processo de colação de grau de seu curso.

Como instâncias decisórias, o curso conta com a sua Comissão de Curso. Conforme o regimento geral da UNIPAMPA, a atribuição da comissão de curso é:

Art. 97. A Comissão de Curso é o órgão que tem por finalidade viabilizar a construção e implementação do Projeto Pedagógico de Curso, as alterações de

currículo, a discussão de temas relacionados ao curso, bem como planejar, executar e avaliar as respectivas atividades acadêmicas.

Art. 98. Compõem a Comissão de Curso:

I. o Coordenador de Curso;

II. os docentes que atuam no Curso;

III. representação discente eleita por seus pares;

IV. representação dos servidores técnico-administrativos em educação atuante no Curso, eleita por seus pares.

§1º. Os membros técnico-administrativos da Comissão de Curso terão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

§2º. Os representantes discentes terão mandato de 1 (um) ano, sendo permitida uma recondução.

§3º. O número de representantes técnico-administrativos e discentes será definido no Regimento do Campus.

§4º. São componentes da Comissão de Curso os docentes que atuam ou atuaram em atividades curriculares nos últimos 12 (doze) meses.

§5º. No caso de impedimento definitivo dos representantes previstos nos incisos III e IV, caberá ao Coordenador formalizar o pedido de substituição à categoria representada.

Art. 99. Para fins de indicação dos componentes do Núcleo Docente Estruturante, quando necessário, consideram-se os docentes que integram a Comissão de Curso.

Art. 100. O Coordenador do Curso exercerá a Coordenação da respectiva Comissão.

Art. 101. As competências da Comissão de Cursos de Graduação e de sua coordenação deverão ser definidas em Regimento Interno desta Comissão, espelhado nas competências definidas para a Comissão Superior de Ensino e naquelas estabelecidas neste Regimento Geral.

O curso possui também o Núcleo Docente Estruturante (NDE), composto por cinco professoras permanentes do Curso de Relações Públicas. São elas: Profa. Dra. Carmen Regina Abreu Gonçalves; Profa. Dra. Elisa Lübeck; Profa. Dra. Paula Daniele Pavan; Profa. Dra. Juliana Lima Rhoden; e Profa. Dra. Marcela Guimarães e Silva, todas com regime de 40 horas – Dedicção Exclusiva - DE. Este núcleo pensa o curso, através de reuniões regulares: matriz curricular, os componentes curriculares, a agência experimental, entre outros aspectos norteadores que são foco de discussão e encaminhamento do NDE do curso. O NDE é responsável pela concepção, acompanhamento, avaliação, atualização e implementação do Projeto Político-Pedagógico do curso e pelo desenvolvimento permanente.

Pode-se destacar algumas das contribuições do NDE: consolidar o perfil profissional pretendido do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão oriundas das necessidades da graduação, do mundo de trabalho e afinadas com as políticas públicas na área de conhecimento do curso; e zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação e dos demais marcos regulatórios.

Segundo a resolução 97/2015, são também atribuições do NDE:

[...] II. propor procedimentos e critérios para a autoavaliação do Curso, prevendo as formas de divulgação dos seus resultados e o planejamento das ações de melhoria; III. conduzir os processos de reestruturação curricular para aprovação na Comissão de Curso, sempre que necessário; IV. atender aos processos regulatórios internos e externos; [...] (p.1).⁶

Além disto, o curso dispõe do suporte da Secretaria Acadêmica da instituição, dos laboratórios de comunicação e de informática, além dos conselhos no campus, com destaque para as Comissões de Pesquisa, Ensino e Extensão.

⁶ Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010; e Resolução CONSUNI nº 97, de 19 de março de 2015.

1.4.2 Funcionamento do Curso

O Calendário Acadêmico é definido anualmente pela instituição, conforme Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 253, de 12 de setembro de 2019. O ano acadêmico compreende dois períodos letivos regulares, com duração mínima de 100 dias letivos cada um.

O Curso oferece, no primeiro semestre de cada ano, 50 vagas. O regime de matrícula ocorre de acordo com a Resolução das Normas Acadêmicas de Graduação da UNIPAMPA.

A matrícula ocorre semestralmente e em três fases, estabelecidas no calendário acadêmico: um período de solicitação, um período de ajuste *on-line* e um período de ajuste presencial. Na matrícula por componente curricular, deve ser observado o cumprimento de pré-requisitos (quando existir) e a compatibilidade de horários. O aluno deverá, no momento do ingresso na Universidade, se matricular em 10 créditos (150 horas). O período de realização do curso é noturno, sendo que o sábado também poderá ser utilizado para atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de estágio.

O Calendário Acadêmico da Universidade, conforme as Normas Básicas da Graduação da UNIPAMPA (Resolução das Normas Acadêmicas de Graduação da UNIPAMPA) prevê dois períodos letivos regulares, dispostos em carga-horária presencial e ensino à distância (Ead), com duração mínima de 100 dias letivos cada um. Esse documento está disponível para consulta no *site* da instituição. Entre dois períodos letivos regulares, há um período letivo especial, com duração de no mínimo duas e no máximo oito semanas. Em cada ano acadêmico, é reservada uma semana letiva, denominada Semana Acadêmica UNIPAMPA, destinada à apresentação das atividades universitárias de ensino, pesquisa e extensão, visando à integração dos corpos docente, discente e técnico-administrativo da Universidade e a divulgação para a comunidade externa.

O curso está dividido em oito semestres e sua carga horária total é de 3.275. A carga horária do Curso segue as diretrizes curriculares para o curso de Relações Públicas, a partir da Resolução nº 02, de 27 de setembro de 2013, do Ministério da Educação. Assim, os componentes curriculares estão distribuídos em

Componentes Curriculares Obrigatórios (3.275 horas), incluindo as Atividades Curriculares de Extensão (240), mais as Atividades de Estágio (210 horas); Atividades Complementares de Graduação (200 horas); e Unipampa Cidadã (90h), totalizando as 3.275 horas do curso.

A carga horária semestral mínima do curso é de 150h (10 créditos) e a carga horária máxima semestral é de 600h (40 créditos), conforme distribuição apresentada no Quadro 1, abaixo.

Quadro 1- Distribuição de carga horária em Componentes Curriculares Obrigatórios, Componentes Curriculares Complementares, Atividades Complementares de Graduação Distribuição da carga horária exigida para integralização do curso:

Modalidade da Atividade	Carga Horária
1. Componentes Curriculares Obrigatórios de Graduação	3.275
1.1 Trabalho de Conclusão de Curso (quando houver)	150
1.2 Estágio Curricular Obrigatório (quando houver)	210
2. Componentes Curriculares Complementares de Graduação	-
3. Atividades Complementares de Graduação	200
4. Atividades Curriculares de Extensão	330 ⁷
5 Carga horária EaD (se houver, para cursos presenciais)	495
*Total	3.275

* Carga horária a ser registrada no sistema e-MEC.

1.4.3 Formas de Ingresso

O preenchimento das vagas no curso atenderá aos critérios estabelecidos para as diferentes modalidades de ingresso da Universidade, observando as normas para ingresso no ensino de graduação na UNIPAMPA, Resolução nº 260, de 11 de novembro de 2019. A seguir são apresentadas as formas de ingresso:

⁷ 90 horas da Unipampa Cidadã e 240 horas diluídas nos componentes curriculares obrigatórios.

- I. Processo seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) da Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC);
- II. Chamada por Nota do ENEM;
- III. Ingresso via edital específico.

O preenchimento de vagas ociosas será realizado via Processo Seletivo Complementar ou via editais específicos aprovados pelo Conselho Universitário.

1. Do ingresso via Sistema de Seleção Unificada (SiSU):

- I. O Sistema de Seleção Unificada – SiSU é o sistema um Sistema informatizado gerenciado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, por meio do qual são selecionados estudantes a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de Ensino superior que dele participarem.
- II. O ingresso via SiSU é regulado pelo Ministério da Educação (MEC) e por editais internos da UNIPAMPA.
- III. A participação da UNIPAMPA no SiSU será formalizada semestralmente por meio da assinatura de Termo de Adesão, que observará o disposto em edital específico do MEC.

2. O ingresso via chamada por nota do ENEM pode ocorrer:

- I. Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, com oferta de parte das vagas anuais autorizadas, antes do processo de ingresso via SiSU;
- II. Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, para oferta de vagas ociosas, antes do processo de ingresso via SiSU;
- III. Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, para oferta de vagas não preenchidas via SiSU;
- IV. Para ingresso no semestre letivo regular seguinte ao início do Curso, antes do Processo Seletivo Complementar.

3. Do ingresso via edital específico:

- I. Cursos de graduação criados mediante acordos, programas, projetos, pactos, termos de cooperação, convênios, planos de trabalho ou editais com fomento externo podem ter processos de ingresso distintos dos demais, em atendimento a calendários diferenciados ou necessidades de seleção particulares.

4. Ações afirmativas institucionais:

- I. Ação Afirmativa para Pessoa com Deficiência: Reserva de 2% (dois por cento) das vagas em todos os editais de ingresso regular nos cursos de graduação.
- II. Ação Afirmativa para Pessoas autodeclaradas Negras (preta e parda): Reserva de 2% (dois por cento) das vagas em todos os editais de ingresso regular nos cursos de graduação.

Podem ser criadas outras ações afirmativas para ingresso nos cursos de graduação, desde que autorizadas pelo Conselho Universitário.

5. Do Processo seletivo complementar:

O Processo Seletivo Complementar é promovido semestralmente, para ingresso no semestre subsequente, visando o preenchimento de vagas ociosas geradas em função de abandonos, cancelamentos e desligamentos. É destinado aos estudantes vinculados a instituições de ensino superior, egressos de cursos interdisciplinares, aos portadores de diplomas que desejam ingressar na UNIPAMPA, aos ex-discentes da UNIPAMPA, em situação de abandono, cancelamento ou que extrapolam o prazo máximo de integralização do curso e que desejam reingressar e aos ex-discentes de instituições de ensino superior interessados em concluir sua primeira graduação.

São modalidades do Processo Seletivo Complementar:

- I. Segundo ciclo de formação - é a modalidade de Processo Seletivo complementar para diplomados ou concluintes de cursos interdisciplinares que permite a continuidade da formação em um dos demais cursos de graduação oferecidos pela UNIPAMPA;
- II. Reingresso - é a modalidade do Processo Seletivo Complementar para discentes da UNIPAMPA em situação de abandono, cancelamento ou

desligamento há, no máximo, 04 (quatro) semestres letivos regulares consecutivos;

III. Conclusão da Primeira Graduação - é a categoria de Processo Seletivo Complementar para discentes de instituições de ensino superior, em situação de abandono ou cancelamento, que buscam concluir sua primeira graduação;

IV. Reopção de curso - é a modalidade de Processo Seletivo Complementar mediante a qual o discente, com vínculo em curso de graduação da UNIPAMPA, pode transferir-se para outro curso de graduação ou outro turno de oferta de seu Curso de origem na UNIPAMPA;

V. Transferência voluntária - é a modalidade do Processo Seletivo Complementar na qual o discente regularmente matriculado ou com matrícula trancada em curso de graduação reconhecido de outra Instituição de Ensino Superior (IES), pública ou privada e credenciada conforme legislação, pode solicitar ingresso em Curso de graduação da UNIPAMPA;

VI. Portador de diploma - é a modalidade do Processo Seletivo Complementar para diplomados por Instituições de Ensino Superior do País, credenciadas conforme legislação, ou que tenham obtido diploma no exterior, desde que revalidado na forma do art. 48 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

6. As outras formas de ingresso na UNIPAMPA compreendem as seguintes modalidades:

I. Transferência *Ex-officio* - é a forma de ingresso concedida a servidor público federal civil ou militar, ou a seu dependente estudante, em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para a cidade do câmpus pretendido ou município próximo, na forma da Lei nº 9.536, 11 de dezembro de 1997 e do Parágrafo único do Art. 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

II. Programa de Estudantes-Convênio - conforme Decreto 7.948, de 12 de março de 2013, oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais;

III. Matrícula de Cortesia - consiste na admissão de estudantes estrangeiros, funcionários internacionais ou seus dependentes, conforme Decreto Federal nº 89.758, de 06 de junho de 1984, e Portaria MEC nº 121, de 02 de Outubro de 1984, somente é concedida a estudante estrangeiro portador de visto diplomático ou oficial vindo de país que assegure o regime de reciprocidade;

O Conselho Universitário pode autorizar outros processos seletivos, além dos descritos.

7. Dos estudos temporários:

Os estudos temporários caracterizam a participação de estudantes em componentes curriculares de graduação, mediante Plano de Estudo devidamente aprovado. Podem ser realizados conforme as seguintes modalidades:

- I. Regime Especial de Graduação - A matrícula no Regime Especial é permitida aos Portadores de Diploma de Curso Superior, discentes de outra Instituição de Ensino Superior e portadores de Certificado de Conclusão de Ensino Médio com idade acima de 60 (sessenta) anos respeitada a existência de vagas e a obtenção de parecer favorável da Coordenação Acadêmica;
- II. Mobilidade Acadêmica Intrainstitucional – permite ao discente da UNIPAMPA cursar temporariamente componentes curriculares em câmpus distinto daquele que faz a oferta do Curso ao qual o discente está vinculado;
- III. Mobilidade Acadêmica Interinstitucional - permite ao discente de outra IES cursar componentes curriculares na UNIPAMPA, como forma de vinculação temporária; e permite ao discente da UNIPAMPA cursar componentes curriculares em outras IES na forma de vinculação temporária.

O discente com deficiência que ingressar na UNIPAMPA, por meio de ações afirmativas, de acordo com a Resolução CONSUNI 328/2021, passará por uma entrevista, no ato de confirmação da vaga, com a finalidade de identificar as tecnologias assistivas necessárias às suas atividades acadêmicas. Após o ingresso do discente com deficiência, a UNIPAMPA deverá nomear uma equipe multidisciplinar para realização de avaliação biopsicossocial.

Os discentes que não tenham ingressado por ações afirmativas ou que não

tenham informado a demanda por acessibilidade pedagógica, no momento do ingresso na instituição, poderão fazê-lo a qualquer tempo, mediante solicitação junto ao interface do NInA.

2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO ÂMBITO DO CURSO

As políticas de ensino, pesquisa e extensão do Curso de Relações Públicas estão em consonância com os princípios do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023, da UNIPAMPA.

Neste sentido, os professores do Curso de Relações Públicas, do quadro efetivo, possuem dedicação exclusiva e disponibilizam tempo e dedicação para executar atividades referentes à pesquisa e à extensão. A Universidade possibilita o afastamento para a capacitação ou concessão de horário especial, quando necessário, bem como auxilia, quando possível, com recursos para participação em eventos da área.

Os discentes são incentivados a participar, elaborar e desenvolver atividades através de projetos construídos em conjunto com os docentes. Há na UNIPAMPA, a cada semestre, a distribuição de bolsas de pesquisa, ensino, monitoria e extensão – para os quais os docentes concorrem. Além disso, há possibilidade de participação como bolsista voluntário, o que possibilita uma preparação complementar ao discente.

O Curso de Relações Públicas estimula os docentes e discentes a promover e participar de eventos que ampliem a participação em pesquisas e que integrem a comunidade à universidade. Internamente, os docentes participam de projetos de pesquisa e extensão com bolsas acadêmicas – o que acaba incentivando a participação discente. Além disto, viagens acadêmicas são realizadas, potencializando uma experiência prática com o ensino teórico. O Curso realiza ainda eventos com setores da comunidade acadêmica e local para inserir o Curso e discentes no cenário e, desta forma, auxiliar o desenvolvimento regional, através de novas ações e projetos.

2.1.1 Políticas de Ensino

A política de ensino do Curso, a partir do PDI 2019-2023, fundamenta-se no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, orientando-se pela Constituição Federal, em seu art. 207: “As universidades gozam de autonomia

didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (BRASIL, 1988).

Seguindo esse princípio, o ensino é uma das missões institucionais importantes para a produção de conhecimento, educação e formação do estudante cidadão e profissional, atuando estrategicamente vinculado a pesquisa e extensão, na graduação e na pós-graduação, de acordo com as características de uma universidade, 28 expressas no art. 52 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Conforme o PDI 2019-2023 da Unipampa (pp.28-28), o ensino deve ser pautado pelos seguintes princípios específicos:

Formação cidadã, que atenda o perfil do egresso autônomo, participativo, responsável, crítico, pesquisador, criativo, ético, reflexivo, comprometido com o desenvolvimento e capaz de agir e interagir num mundo globalizado;

Compromisso com a articulação entre educação básica e educação superior, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas e da extensão de forma que aproximem os dois níveis acadêmicos;

Qualidade acadêmica, traduzida na coerência, na estruturação dos currículos em sintonia com as demandas da educação superior nacional e internacional, na flexibilidade, acessibilidade e inovação das práticas pedagógicas, na avaliação e no conhecimento pautado na ética e comprometido com os interesses da sociedade;

Universalidade de conhecimentos e concepções pedagógicas, valorizando a multiplicidade, interculturalidade, multi e interdisciplinaridade de saberes e práticas, e a apreensão de conceitos e paradigmas inovadores, como forma de possibilitar ao indivíduo o pleno exercício da cidadania responsável, assim como a qualificação profissional, condições indispensáveis para sua inserção e ascensão na sociedade;

Autonomia e aprendizagem contínua, como centro do processo educativo, a partir de uma pedagogia que promova o protagonismo do aluno e sua participação ativa na vida acadêmica;

Equidade de condições para acesso, permanência e sucesso no âmbito da educação superior, considerando-a como bem público e direito universal do cidadão, capaz de contribuir para a redução de desigualdades sociais, regionais e étnico-culturais;

Inovação pedagógica, que reconhece formas interculturais de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos;

Extensão como eixo da formação acadêmica, garantindo a articulação, por meio da sua inserção na matriz curricular dos cursos de graduação, fortalecendo a relação entre a teoria e a prática profissional com potencial de inserção na sociedade e, especialmente, na comunidade regional;

Pesquisa como princípio educativo, como referência para o ensino na graduação e na pós-graduação, em que a pesquisa e a inovação atendam demandas regionais, assim como a internacionalização seja um eixo presente em ambos os níveis;

Institucionalização da mobilidade acadêmica nacional e internacional, na forma de intercâmbios, estágios e programas de dupla titulação, tendo a internacionalização presente com eixo norteador em nível de graduação e pós-graduação;

Inserção internacional desenvolvendo uma política linguística no nível de graduação, pós-graduação e gestão, por meio do ensino de língua inglesa, sem fragilizar o contexto regional de fortalecimento da língua portuguesa, espanhola, LIBRAS, mandarim e línguas minoritárias.

O Curso de Relações Públicas do Câmpus São Borja encontra-se formatado para atingir todos os objetivos supramencionados, a iniciar por uma formação que se reconheça cidadã, a qual exsurge clara no perfil do egresso almejado, e se forja no ensino através do incentivo à postura acadêmica de cunho participativo, responsável, crítico, pesquisador, criativo, ético, reflexivo, comprometido com o desenvolvimento e capaz de agir e interagir num mundo globalizado.

Considerando essas premissas legais e as características institucionais e da região, podemos destacar concepções mais abrangentes de desenvolvimento de ensino, tais como conhecimento, formação humana, cidadania, valores éticos e transformação social, que permeiam o perfil de egresso com sólida formação acadêmica generalista, emancipatória e humanística, o qual fomenta o exercício da reflexão e da consciência acerca da relevância pública e social dos conhecimentos, das competências, das habilidades e dos valores adquiridos na vida universitária, inclusive sobre os aspectos éticos envolvidos.

Nesta linha, o Curso concebe o (a) discente enquanto protagonista do processo de ensinagem, propugnando, simultaneamente, por uma postura docente mediadora e incentivadora no desenvolvimento do processo, sem descurar do papel de sistematização que incumbe aos professores e professoras, posto que autonomia não pode ser confundida com ausência de direcionamento e questões norteadoras no fazer acadêmico, em qualquer de suas vertentes.

Com tal concepção, a universalidade de conhecimentos e concepções pedagógicas restam valorizadas, abrindo-se espaço para a interdisciplinaridade de saberes e práticas, e a apreensão de conceitos e paradigmas inovadores, como forma de possibilitar ao indivíduo o pleno exercício da cidadania responsável, assim

como a qualificação profissional, condições indispensáveis para sua inserção e ascensão na sociedade.

No curso de Bacharelado em Relações Públicas da UNIPAMPA o ensino é realizado de forma presencial em turno noturno conforme a carga horária exigida pelas Diretrizes curriculares nacionais. O corpo docente desenvolve diversos projetos de ensino tais como: Competências Socioemocionais: O Educando Aprendendo Novas Formas de Ser e Conviver; PPGCIC - LAB: Ambiente de Experimentações em Comunicação para e como Indústria Criativa; RP em Pauta: Nivelamento em Língua Portuguesa; Agência Experimental de Relações: uma articulação da prática profissional com o ensino.

No que respeita à formação cidadã, qualidade acadêmica, universalidade de conhecimentos e concepções pedagógicas, autonomia e aprendizagem contínua, bem como à inovação pedagógica, este PPC concebe tais elementos como obrigatoriamente interligados. Com efeito, somente é possível alcançar uma qualidade que propicie a formação para o exercício da cidadania, uma vez reconhecida como legítima a universalidade de conhecimentos e concepções pedagógicas, em permanente revisitação e, portanto, abertas à inovação, neste projeto traduzida, a título exemplificativo, pela adoção de metodologias ativas no processo de ensinagem, combinadas com a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de modo que o aluno seja partícipe na construção de seu conhecimento, o que lhe propicia, de modo simultâneo, a edificação de autonomia.

2.1.2 Políticas de Pesquisa

A partir do PDI 2019-2023, as atividades de pesquisa do Curso são direcionadas à produção de conhecimento, associando estratégias didáticas e metodológicas que envolvem docentes, técnicos administrativos e discentes. O Projeto Pedagógico do Curso prevê a realização de trabalho de conclusão, que demanda dos discentes competências e habilidades inerentes à pesquisa abordagens diversas e objetivos preocupados com a relevância social dos projetos desenvolvidos. Desse modo, o egresso sai do curso tendo experienciado vivências

inerentes aos projetos de pesquisa, o que, para muitos, acaba sendo uma experiência decisória nas suas trajetórias profissionais.

Conforme o PDI, o processo de pesquisa, articulado com outros componentes curriculares, contribui para aprendizagens, como a busca de alternativas para a solução de problemas, o estabelecimento de metas, a criação e a aplicação de modelos, a produção, a redação e a difusão dos resultados, compartilhando conhecimento científico. A construção da relação da pesquisa com o ensino e a extensão contribui para uma leitura contínua e crítica da realidade.

De acordo com o PDI, entre os objetivos da pesquisa, está o fortalecimento da ciência, tecnologia, inovação e do empreendedorismo, visando a ações que promovam o constante diálogo em prol do desenvolvimento sustentado, respeitando princípios éticos, incentivando as diferentes áreas do conhecimento para que possibilitem a projeção da Instituição no plano nacional e internacional. Em consonância com os princípios gerais do Plano de Desenvolvimento Institucional e da concepção de formação acadêmica, a pesquisa no Curso está pautada pelos seguintes princípios específicos:

- Formação de recursos humanos voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico;
- Difusão da prática da pesquisa no âmbito da graduação e da pós-graduação;
- Produção científica pautada na ética e no desenvolvimento sustentável e regional;
- Incentivo a programas de colaboração em redes de pesquisa nacional e internacional;
- Viabilização de programas e projetos de cooperação técnico-científicos e intercâmbio de docentes no País e no exterior, por meio de parcerias com instituições de pesquisa e desenvolvimento.

O Curso de Relações Públicas do Câmpus São Borja desenvolve-se em consonância com os aludidos preceitos institucionais, vez que, como referido,

reconhece à pesquisa seu status de princípio educativo, da qual podem partir todos os fazeres desenvolvidos na academia. Tal concepção materializa-se em interação com o ensino e a extensão, desde o primeiro semestre do curso, quando os (as) discentes são desafiados a enfrentar as temáticas abordadas nos componentes curriculares à luz da realidade local, o que pressupõe pesquisa empírica, bem como o contato com fontes das mais variadas naturezas. Na mesma direção, a sala de aula, seja em modalidade presencial ou a distância, resta visualizada como espaço de constante instigação aos (às) discentes, por meio de variadas metodologias, dentre as quais se pode referir, técnicas como a aprendizagem baseada em problemas, salas temáticas (virtuais ou físicas) para discussão entre pares, sala de aula invertida, simulações e grupos de observação e verbalização. Para o desenvolvimento de quaisquer de tais técnicas, a postura de pesquisador (a), em maior ou menor medida, é requerida. Além disso os docentes do Curso desenvolvem diversos projetos de pesquisa, tais como: Educação, Comunicação e Pandemia: A Realidade Brasileira e Colombiana; O Patrimônio Territorial como Referência no Processo de Desenvolvimento de Territórios ou Regiões: Um Estudo em Três Regiões do Rio Grande do Sul; Movimentos da Carreira, Início da Trajetória, Aprendizagem Docente, Desenvolvimento Profissional, entre outros.

2.1.3 Políticas de Extensão

Como descrito no PDI da UNIPAMPA (2019-2023), a extensão universitária é regulamentada pela Resolução CONSUNI/Unipampa nº 332 de 21 de dezembro de 2021, que rege a concepção, o registro e a execução das ações, conforme princípios conceituais definidos no Plano Nacional de Extensão, em conformidade à Resolução nº 7/2018, aprovada pela Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que institui as Diretrizes, os princípios, os fundamentos e os procedimentos atinentes à Extensão na Educação Superior Brasileira, bem como, “regulam as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação” (CES/CNE, 2018, Art.2). Nessa concepção, a extensão assume o papel de promover a relação dialógica com a comunidade externa, pela democratização do acesso ao

conhecimento acadêmico bem como pela realimentação das práticas universitárias a partir dessa dinâmica.

Além de revitalizar as práticas de ensino, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso como para a renovação do trabalho docente e técnico-administrativo, essa articulação da extensão gera novas pesquisas, pela aproximação com novos objetos de estudo, garantindo a interdisciplinaridade e promovendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Conforme o PDI, o caráter dinâmico e significativo da vivência que se proporciona ao discente por meio das ações de extensão exige que a própria Universidade repense a estrutura curricular existente numa perspectiva da flexibilização, que se manifesta por meio da inserção das ações de extensão na matriz curricular do Curso de Relações Públicas, conforme Resolução nº 317, de 29 de abril de 2021, que regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância, da Universidade Federal do Pampa e também se encontra fundamentada na meta 12.7 do Plano Nacional de Educação e na Resolução CNE/CES nº 7/18, que regulamenta a referida meta. Assim, a Política de Extensão e Cultura do Curso, é regida, pelo PDI 2019-2023, a partir dos seguintes princípios:

- Valorização da extensão como prática acadêmica;
- Impacto e transformação: cada atividade de extensão da Universidade deve contribuir efetivamente para a mitigação dos problemas sociais e o desenvolvimento da região;
- Interação dialógica: as ações devem propiciar o diálogo entre a Universidade e a comunidade externa, entendido numa perspectiva de mão dupla de compartilhamento de saberes. A extensão deve promover o diálogo com movimentos sociais, parcerias interinstitucionais, organizações governamentais e privadas e, ao mesmo tempo, deve contribuir para o diálogo permanente no ambiente interno da Universidade;
- Contribuição com ações que permitam a integralização do Plano Nacional de Educação;

- Interdisciplinaridade: as ações devem buscar a interação entre componentes curriculares, cursos, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da Instituição;
- Indissociabilidade entre ensino e pesquisa: as ações de extensão devem integrar todo o processo de formação cidadã dos alunos e dos atores envolvidos. As ações indissociáveis podem gerar aproximação com novos objetos de pesquisa, revitalizar as práticas de ensino pela interlocução entre teoria e prática, contribuindo tanto para a formação do egresso como para a renovação do fazer acadêmico;
- Incentivo às atividades de cunho artístico, cultural e de valorização do patrimônio histórico, que propiciem o desenvolvimento e livre acesso à arte na região em suas variadas expressões;
- Apoio a programas de extensão interinstitucionais sob forma de consórcios, redes ou parcerias bem como apoio a atividades voltadas para o intercâmbio nacional e internacional;
- Contribuição para a formação profissional e cidadã dos discentes.

Em observância ao Art.4º da Resolução CES/CNE 07/2018 que prevê a composição de “no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação”, assim como, respaldada e orientada institucionalmente pela Resolução CONSUNI 317/2021, que regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação da UNIPAMPA, o Curso de Relações Públicas promove regularmente atividades de extensão, oferecendo aos discentes uma diversidade de Projetos, eventos e ações, coordenados por Docentes do curso, em interação com a comunidade externa e acadêmica, além de estimular a participação destes em eventos científicos de cunho científico e extensionista, como o Salão Internacional de Ensino Pesquisa e Extensão - SIEPE/UNIPAMPA, alocado na agenda oficial do Curso ⁸.

⁸ A lista oficial e atualizada dos Projetos de Extensão em vigência no Curso de Relações Públicas

Entre as atividades extensionistas desenvolvidas no âmbito do Curso destacam-se: o projeto “Oficinas e Exposição de Arte do Asilo São Vicente de Paula”, o projeto “Mostra de Cinema da UNIPAMPA”, o projeto “Relações Públicas Inclusiva” e o projeto “Apoie SB”.

O projeto de extensão “Oficinas e Exposição de Arte do Asilo São Vicente de Paula” existe desde 2014. Sua proposta foi elaborada por um grupo de alunos do componente de Produção Cultural I, em 2013. No ano seguinte a ação foi transformada em projeto de extensão. A última edição foi realizada em 2019. Foram seis edições. O principal objetivo da iniciativa é aliar as práticas acadêmicas proporcionando a inclusão social dos idosos através da cultura, da arte e de atividades de lazer. O projeto é dividido em três etapas. Na primeira, são realizadas as oficinas de pintura com os idosos do Asilo São Vicente de Paula de São Borja, ministradas pela artista plástica Thalita Chagas. Durante as oficinas são promovidas atividades interativas, como a participação dos idosos em rodas de conversa, dança e música. Os discentes participam como voluntários e auxiliam na produção dos quadros, ao mesmo tempo em que interagem com os idosos. Na segunda etapa, os alunos realizam um evento, onde os quadros são expostos para os idosos, no Asilo. Esse evento foi pensado com o objetivo de proporcionar aos idosos um momento de lazer e de apreciação do trabalho realizado ao longo das oficinas. Na terceira etapa ocorre a divulgação das obras produzidas pelos idosos e um leilão desses quadros, cuja renda é revertida integralmente para a instituição.

O projeto de extensão “Mostra de Cinema da UNIPAMPA” existe desde 2017 e tem como objetivos: apresentar as produções audiovisuais dos acadêmicos de graduação e egressos da Universidade Federal do Pampa; Incentivar a cultura na cidade de São Borja e região; valorizar o trabalho produzido pelos acadêmicos e egressos da Universidade Federal do Pampa como um todo; promover o nome do Curso de Relações Públicas e a Universidade Federal do Pampa na cidade de São Borja e região. Desde 2018, o projeto além do evento de exibição dos audiovisuais inscritos, também realiza oficinas sobre audiovisual em escolas públicas do

pode ser acessada pelo link:

http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/relacoespublicas/pagina_fixa/projetos/

município de São Borja. As oficinas têm como objetivo mostrar o audiovisual como uma forma de ampliar as perspectivas sobre os acontecimentos nacionais e internacionais, exibindo um documentário e depois debatendo a temática com os discentes. Além de ser inovador na cidade, o projeto é pertinente por ser uma oportunidade de troca e de divulgação do trabalho audiovisual realizado pelos acadêmicos da Universidade Federal do Pampa, aproximando a universidade da comunidade são-borjense e reunindo os amantes da arte e do cinema. Em junho de 2019, a Mostra de Cinema da UNIPAMPA foi apresentada no XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul (Intercom Sul), em Porto Alegre - Rio Grande do Sul, ganhando o prêmio Expocom na categoria de Organização de Eventos.

O projeto de extensão "Relações Públicas Inclusivas", desde 2018, propõe discussões sobre diferentes maneiras de comunicar, respeitando princípios de inclusão social, racial e de gênero, por acreditar que a linguagem é uma ferramenta poderosa para desconstruir preconceitos, combater a exclusão e contribuir para uma sociedade mais respeitosa. Acima de tudo, entende que a universidade é um espaço potente para fomentar talentos e buscar soluções. Alunos e alunas com pensamento crítico, ao mesmo tempo em que atualizam o ensino, transformam o mercado e entregam para a sociedade novos comportamentos. Com essa visão, o projeto desenvolveu várias iniciativas, como: o evento In-palco, mostra não competitiva de dança inclusiva (1); o Afrodrive, ferramenta potencializadora de inclusão negra nos meios de comunicação (2); o Diversicast, podcast sobre diversidade (3); Sentido A, campanha de equidade de gênero na comunicação (4). Com isso, foi possível promover discussões sobre a igualdade, inclusão e representatividades em diferentes ambientes, inicialmente em sala de aula, e conseqüentemente, de forma orgânica, expandiram-se para fora dos muros da universidade. Além do mais, com essas iniciativas formalizou-se parcerias com as organizações locais, criou-se diálogos com o mercado de comunicação e oportunidades de discutir o atual mundo do trabalho das Relações Públicas, gerando visibilidade também ao próprio curso superior. O projeto garantiu várias premiações em eventos da área, como: no SET Universitário da PUCRS (2021), com o Sentido A; no Intercom Sul, com In-Palco e Diversicast (2020); e no Intercom

nacional, com In-Palco e Diversicast (2020). Além do mais, a Câmara de Vereadores de São Borja também ofereceu uma menção de homenagem ao projeto, em 2019.

Durante a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), em 2020, o Curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus São Borja (Rio Grande do Sul, RS), por meio do trabalho colaborativo de professores e alunos, criou e executou o projeto de extensão universitária "*Apoie SB*". Os objetivos principais da iniciativa foram fomentar e contribuir com a economia local, por meio da divulgação de produtos e serviços de pequenos negócios e de microempreendedores. Cerca de 150 pessoas e empresas se inscreveram. A metodologia usada na execução do projeto foi a pesquisa participante. Os resultados mostram que a iniciativa obteve resultados satisfatórios, sendo que mais de 20 mil pessoas foram impactadas direta ou indiretamente, com mais de R\$ 20 mil em mídia gratuita alcançados. O trabalho destaca a importância das estratégias de Relações Públicas para atingir objetivos institucionais em tempos de crise, como a pandemia de COVID-19. O Apoio também recebeu da Câmara de Vereadores de São Borja uma menção de homenagem, em 2019.

A inserção da extensão no currículo do Curso também é realizada por meio da oferta de *Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV)* e *Atividade Curricular de Extensão Específica (ACEE)*, conforme explicitado no item 2.4.10.

2.2 OBJETIVOS DO CURSO

2.2.1 Objetivo Geral

- Proporcionar o desenvolvimento de competências e habilidades próprias das Relações Públicas, no que diz respeito às relações estabelecidas entre as organizações e seus públicos.

2.2.2 Objetivos Específicos

- Capacitar discentes para realizar atividades de pesquisa, planejamento, assessoramento e a execução de atividades de Relações públicas, com o fim de

gerenciar e facilitar o processo de relacionamento e de comunicação organizacional.

- Compreender a natureza das linguagens e dos fenômenos culturais envolvidos nos sistemas contemporâneos de comunicação e, em particular, no processo de comunicação das organizações com seus públicos.
- Entender o papel dos sistemas e processos de comunicação na contemporaneidade, bem como da evolução histórica destes e suas relações com a cultura, a política e a economia.
- Capacitar para a análise, planejamento, implementação e controle de estratégias para a produção e gestão de ações e produtos comunicacionais.
- Proporcionar iniciação à pesquisa científica, contribuindo para a formação de profissionais críticos e atualizados sobre suas práticas.
- Estimular o contato com a realidade social e profissional local e regional, com vistas a formar profissionais adequados às necessidades do mundo do trabalho no qual serão inseridos.
- Desenvolver novas práticas de empreendedorismo e inovação, que capacitem os/as acadêmicos(as) para enfrentar os desafios profissionais.
- Produzir relacionamentos e comunicações que valorizem a diversidade sociocultural.

2.3 PERFIL DO EGRESSO

O perfil do egresso em Relações Públicas está de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Relações Públicas (Resolução 02/2013) e se caracteriza das seguintes maneiras:

- Capacidade acurada de análise conjuntural, de forma a lidar qualitativa e quantitativamente com dados estatísticos, econômicos e socioculturais, transformando-os em formas de percepção da realidade local e regional, contribuindo para a elaboração de políticas de comunicação;
- Entendimento das dinâmicas socioculturais, tendo em vista interpretar as demandas dos diversos tipos de organizações e dos públicos;

- Habilidade para refletir sobre a variedade e mutabilidade de demandas sociais e profissionais, contemplando problemáticas decorrentes da globalização, das tecnologias de informação e da comunicação, do desenvolvimento sustentável e de cidadania, necessárias à sua atuação;
- Capacidade de atuar na gestão dos relacionamentos organizacionais em seus diversos segmentos, utilizando-se da comunicação;
- Desenvolvimento da interlocução entre as relações públicas e demais práticas profissionais e organizacionais, inseridas no contexto local e regional;
- Compromisso com a atuação marcada pela postura ética;
- Capacidade para desenvolver projetos comunicacionais que valorizem a diversidade sociocultural e os espaços fronteiriços;
- Capacidade de liderança, negociação, tomada de decisão e visão empreendedora.

2.3.1 Campos de Atuação Profissional

A expansão da área comunicacional como atividade econômica organizada vem se consolidando, na atualidade, num ritmo constante, um aumento na participação em organizações privadas, públicas e do terceiro setor na criação do bem público cultural. Cada vez mais ocorrem ações e investimentos, criam-se ONGs, fundações e institutos, empreendem-se recursos humanos no setor, o que implica positivamente em um aumento da geração de emprego e renda.

A existência de um profissional do campo das Relações Públicas - habilitado a promover os processos entre as organizações e os seus públicos, com uma formação sensível à realidade da região, com suas demandas e características específicas - representa um importante diferencial para o impulso no desenvolvimento regional. Vale ressaltar também que as competências do profissional de Relações Públicas – RP estimulam toda uma cadeia de processos e relações intra e interinstitucionais

O egresso do Curso de Relações Públicas possui um perfil generalista, capaz de atuar na profissão de forma ampla e crítica, atendendo às necessidades regionais, tanto no setor público quanto no privado, atuando também em

Organizações Não Governamentais, Consultorias ou Assessorias de Comunicação.

O profissional de Relações Públicas pode atuar em diversos segmentos da área da comunicação, ficando responsável pelo planejamento da comunicação, pela gestão dos relacionamentos com os públicos, além de fortalecer a imagem e a reputação das organizações.

2.3.2 Habilidades e Competências

- Orientar instituições das esferas pública, privada e do terceiro setor na formulação de políticas de relações públicas voltadas à comunicação.
- Criar, executar e avaliar planos, programas, campanhas e projetos estratégicos de relações públicas integrados às demandas organizacionais.
- Utilizar técnicas e instrumentos adequados ao desenvolvimento de atividades específicas: assessoria de imprensa, organização de eventos, cerimonial e protocolo, ouvidoria, comunicação interna, pesquisa de opinião pública e de mercado, gestão de redes sociais digitais, produção gráfica e audiovisual.
- Dominar as linguagens comunicacionais necessárias à comunicação integrada.
- Desenvolver pesquisas, estratégias e políticas que favoreçam a interpretação qualificada da conjuntura sociocultural local e regional.

2.4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O desdobramento dos conteúdos das diretrizes curriculares será feito através de eixos de formação a serem cumpridos pelo aluno no decorrer do curso. Os conteúdos serão desenvolvidos através de quatro eixos de formação: Geral, Comunicação, Relações Públicas e Suplementar (Diretrizes estabelecidas a partir da Resolução nº 02, de 27 de setembro de 2013, do Ministério da Educação). A carga horária segue distribuição explicitada no item 2.4.3.

2.4.1 Requisitos para integralização curricular

A área de Relações Públicas faz parte do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE, que é componente curricular obrigatório a todos os cursos

de graduação, segundo a Lei nº 10.861/04. Porém, a partir da edição de 2012, o exame foi obrigatório apenas para os cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda, da área da Comunicação Social.

A carga horária do Curso segue as diretrizes curriculares para os cursos de Relações Públicas, a partir da Resolução nº 02, de 27 de setembro de 2013, do Ministério da Educação. Assim, os componentes curriculares estão distribuídos em Atividades Didáticas, Atividades de Estágio e Atividades Complementares de Graduação.

No Quadro 2, é apresentada a distribuição de carga horária em Componentes Curriculares Obrigatórios, Componentes Curriculares Complementares de Graduação, Atividades Curriculares de Extensão e Atividades Complementares de Graduação.

Quadro 2 - Distribuição da carga horária exigida para integralização do curso

Modalidade da Atividade	Carga Horária
1. Componentes Curriculares Obrigatórios de Graduação	2.985
1.1 Trabalho de Conclusão de Curso	150
1.2 Estágio Curricular Obrigatório	210
2. Componentes Curriculares Complementares de Graduação	-
3. Atividades Complementares de Graduação	200
4. Atividades Curriculares de Extensão	330
4.1 Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas	240
4.2 Atividades Curriculares de Extensão Específicas: UNIPAMPA CIDADÃ	90
5 Carga horária EaD	495
Total	3.275

Componentes Curriculares Obrigatórios, incluso Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório em Relações Públicas	2.985
Atividades Complementares de Graduação	200
Atividade de Extensão UNIPAMPA Cidadã	90
Carga horária total mínima	3.275

PRAZO PARA A INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR EM SEMESTRES:

Mínimo	08
Máximo (estabelecido pela Seq. Aconselhada + 100%)	16

LIMITES DE CARGA HORÁRIA REQUERÍVEL POR SEMESTRE:

Mínimo	150 (10 créditos)
Máxima	600 (40 créditos)

NÚMERO DE TRANCAMENTOS POSSÍVEIS:

Por componente curricular (Parcial)	01
Todos os componentes curriculares no semestre (Total)	04

NÚMERO DE COMPONENTES CURRICULARES: 39

2.4.2 Plano de integralização da carga horária

Formação Geral	345
Formação Comunicação	795
Formação Relações Públicas	1.410
Formação Suplementar	225

Estágio Curricular Supervisionado em Relações Públicas	210
Atividades Complementares de Graduação	200
UNIPAMPA Cidadã	90
Total	3.275

Quadro 3 - Grade de formação em Relações Públicas

1 semestre	2 semestre	3 semestre	4 semestre	5 semestre	6 semestre	7 semestre	8 semestre
Leitura e produção textual	Escrita criativa	Escrita e oralidade em RP	Gestão de crise, imagem e reputação	Produção de conteúdos digitais (T) Prod. conteúdos digitais (E)	Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação	Estágio Curricular Supervisionado em RP I	Estágio Curricular Supervisionado em RP II
Sociologia da comunicação	Teorias da comunicação	Teorias e processos de RP	Gestão de eventos (T) Gestão de eventos (E)	Laboratório de pesquisas em RP	Assessoria de comunicação (E)	RP em contexto internacional	TCC
Cultura, sociedade e responsabilidade socioambiental	Linguagem e estética visual	Produção gráfica	Temas contemporâneos em Comunicação	Comunicação e política	Comunicação integrada de marketing (T) Comunicação integrada de marketing (E)	Ética e legislação em RP	Libras
Fundamentos de relações públicas	Comunicação e cultura digital	Estratégia, gestão e análise de cenários Marketing Digital	Produção audiovisual (T) Produção audiovisual (E)	Estratégias de relacionamento com os públicos (T) Estratégias de relacionamento com os públicos (E)	Gestão da comunicação em plataformas digitais	Projeto em RP	
Psicologia social e organizacional	Introdução à pesquisa científica	Planejamento de RP	Comunicação organizacional	Comunicação, cidadania e diversidade (T) Comunicação, cidadania e diversidade (E)	Avaliação e mensuração	Inovação e empreendedorismo em comunicação	
		Unipampa Cidadã 30h	Unipampa Cidadã 30h	Unipampa Cidadã 30h			

Eixo Formação Geral:

O eixo de Formação Geral contempla conteúdos de cultura geral e de formação ética e humanística, estabelecidas na base do conhecimento das Humanidades e das Ciências Sociais Aplicadas, da filosofia e da sociologia, com

foco na ética e nas questões da sociedade contemporânea. A formação geral procura estabelecer ligações com a diversidade cultural, direitos humanos, desenvolvimento regional e sustentabilidade. Os componentes curriculares complementares de graduação, compartilhados com outros cursos do Campus, poderão ser aproveitados sem gerar novas ofertas.

Nº	Código	Componente curricular 1º semestre	CHT⁹	CHPEaD¹⁰	CHP¹¹	CHExt¹²	Total¹³
01		Sociologia da comunicação	45	15	15	00	75
02		Cultura, sociedade e responsabilidade socioambiental	45	15	15	00	75
03		Psicologia social e organizacional	30	15	30	00	75

⁹ CHT: Carga Horária Teórica

¹⁰ CHPEaD: Carga Horária Prática a Distância

¹¹ CHP: Carga Horária Prática

¹² CHExt: Carga Horária de Extensão

¹³ Total: Carga Horária Total

Nº	Código	Componente curricular	CHT	CHPEaD	CHP	CHExt	Total
		2º semestre					
04		Introdução à Pesquisa científica	30	15	30	00	75

Nº	Código	Componente curricular	CHT	CHPEaD	CHP	CHExt	Total
		3º semestre					
05		Estratégia, gestão e análise de cenários	30	15	00	00	45

Eixo Comunicação:

O eixo Comunicação contempla conteúdo das ciências da comunicação em suas dimensões teóricas e aplicadas, enfatizando aquelas que contribuem para o entendimento dos processos e práticas de relações públicas. Trata-se de conteúdos sobre os fundamentos teóricos da comunicação e de linguagens, mídias e tecnologias.

Nº	Código	Componente curricular	CHT	CHPEaD	CHP	CHExt	Total
		1º semestre					
01		Leitura e produção textual	30	15	30	00	75

Nº	Código	Componente curricular	CHT	CHPEaD	CHP	CHExt	Total
		2º semestre					
02		Escrita criativa	30	15	30	00	75

Nº	Código	Componente curricular 2º semestre	CHT	CHPEaD	CHP	CHExt	Total
03		Teorias da comunicação	45	15	15	00	75
04		Linguagem e estética visual	45	15	15	00	75
05		Comunicação e cultura digital	45	15	15	00	75

Nº	Código	Componente curricular 3º semestre	CHT	CHPEaD	CHP	CHExt	Total
06		Produção gráfica	30	15	30	00	75
07		Marketing Digital	30	15	00	00	45

Nº	Código	Componente curricular 4º semestre	CHT	CHPEaD	CHP	CHExt	Total
08		Temas Contemporâneos em Comunicação	30	15	30	00	75
09		Produção audiovisual(CCEV)	30	15	00	30	75

Nº	Código	Componente curricular	CHT	CHPEaD	CHP	CHExt	Total
		5º semestre					
10		Comunicação e política	45	15	15	00	75

Nº	Código	Componente curricular	CHT	CHPEaD	CHP	CHExt	Total
		6º semestre					
11		Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação	45	15	15	00	75

Eixo Relações Públicas

É formado pelos componentes curriculares fundamentais para a formação profissional em Relações Públicas, tendo como objetivo alcançar um perfil profissional que contemple o Projeto Político-Pedagógico de Curso de Relações Públicas, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e as Diretrizes Curriculares do Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação.

Destaca-se também a importância do pré-requisito em alguns componentes curriculares, considerando a necessidade de seus conteúdos para o prosseguimento do estudo pelos discentes.

Nº	Código	Componente curricular	CHT	CHPEaD	CHP	CHExt	Total
		1º semestre					
01		Fundamentos de Relações Públicas	45	15	15	00	75

Nº	Código	Componente curricular 3º semestre	CHT	CHPEaD	CHP	CHExt	Total
02		Escrita e oralidade em RP	15	15	45	00	75
03		Teorias e processos de Relações Públicas	45	15	15	00	75
04		Planejamento de Relações Públicas	30	15	30	00	75

Nº	Código	Componente curricular 4º semestre	CHT	CHEaD	CHP	CHExt	Total
05		Gestão de crise, imagem e reputação	45	15	15	00	75
06		Gestão de eventos (CCEV)	15	15	15	30	75
07		Comunicação organizacional	45	15	15	00	75

Nº	Código	Componente curricular 5º semestre	CHT	CHPEaD	CHP	CHExt	Total
08		Produção de conteúdos digitais (CCEV)	30	15	00	30	75
09		Laboratório de pesquisas em RP	15	15	45	00	75
10		Estratégias de relacionamento com os públicos (CCEV)	30	15	00	30	75

Nº	Código	Componente curricular	CHT	CHPEaD	CHP	CHExt	Total
		5º semestre					
11		Comunicação, cidadania e diversidade (CCEV)	30	15	00	30	75

Nº	Código	Componente curricular	CHT	CHPEaD	CHP	CHExt	Total
		6º semestre					
12		Assessoria de comunicação (CCEV)	00	00	00	60	60
13		Comunicação integrada de marketing (CCEV)	30	15	00	30	75
14		Avaliação e mensuração	30	15	30	00	75

Nº	Código	Componente curricular	CHT	CHPEaD	CHP	CHExt	Total
		7º semestre					
15		RP em contexto internacional	30	15	30	00	75
16		Ética e legislação em Relações Públicas	45	15	15	00	75
17		Projeto em Relações Públicas	15	15	45	00	75

Nº	Código	Componente curricular	CHT	CHPEaD	CHP	CHExt	Total
		8º semestre					
18		TCC	00	15	135	00	150

Formação Suplementar:

O eixo de Formação Suplementar contempla conteúdos de domínios conexos. Reconhece-se a interface entre Relações Públicas, procurando estabelecer discussões teóricas e o desenvolvimento de práticas articuladas nos campos de saber.

Nº	Código	Componente curricular	CHT	CHPEaD	CHP	CHExt	Total
		6º semestre					
01		Gestão da comunicação em plataformas digitais	30	15	30	00	75

Nº	Código	Componente curricular	CHT	CHPEaD	CHP	CHExt	Total
		7º semestre					
02		Inovação e empreendedorismo em comunicação	30	15	30	00	75

Nº	Código	Componente curricular	CHT	CHPEaD	CHP	CHExt	Total
		8º semestre					
03		Libras	30	15	30	00	75

Matriz de componentes curriculares com pré-requisitos

A solicitação de quebra de pré-requisitos poderá ser autorizada conforme determina o Apêndice N.

Quadro 4- Matriz de componentes curriculares com pré-requisitos

Componente	Semestre	Pré-Requisito	Semestre
Estágio Curricular Supervisionado em Relações Públicas I	7º	Fundamentos de Relações Públicas	1º
		Leitura e produção textual	1º
		Escrita Criativa	2º
		Escrita e Oralidade em RP	3º
		Teorias e processos de RP	2º
		Produção gráfica	3º
		Planejamento	4º
		Gestão de eventos	6º
		Assessoria de Comunicação	6º
		Avaliação e mensuração	6º
		Gestão da comunicação em plataformas digitais	6º

Componente	Semestre	Pré-Requisito	Semestre
Projeto em Relações Públicas	7º	Leitura e produção textual	1º
		Escrita Criativa	2º
		Introdução à pesquisa científica	2º
		Teorias da Comunicação	3º
		Teorias e processos de RP	3º
		Planejamento de RP	5º
		Escrita e Oralidade em RP	6º
		Laboratório de pesquisas em Relações Públicas	
		Assessoria de Comunicação	
		Estágio Curricular Supervisionado em Relações Públicas II	8º
Teorias e processos de RP	3º		
Produção gráfica	3º		
Planejamento	3º		
Gestão de eventos	4º		
Assessoria de Comunicação	6º		
Avaliação e mensuração	6º		
Gestão da comunicação em plataformas digitais	6º		
	7º		

Componente	Semestre	Pré-Requisito	Semestre
		Estágio Curricular Supervisionado em Relações Públicas I	
Trabalho de Conclusão de Curso	8º	Leitura e produção textual Escrita Criativa Introdução à pesquisa científica Teorias da Comunicação Teorias e processos de RP Planejamento de RP Escrita e Oralidade em RP Laboratório de pesquisas em Relações Públicas Assessoria de Comunicação	1º 2º 2º 2º 3º 3º 3º 5º 6º

2.4.3 Matriz curricular

A matriz curricular do curso, contendo os componentes curriculares, cargas horárias e número de créditos, é apresentada no Quadro 5, abaixo.

Quadro 5- Matriz Curricular do Curso (Presencial)

Semestre	Código do Componente curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Prática	CHP - EaD	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
Primeiro semestre		Leitura e produção textual		30	15	15		75	5
		Sociologia da comunicação		45	15	15		75	5
		Cultura, sociedade e responsabilidade e socioambiental		45	15	15		75	5
		Fundamentos de relações públicas		45	15	15		75	5
		Psicologia social e organizacional		30	30	15		75	5
Segundo semestre		Escrita criativa		30	30	15		75	5

Semestre	Código do Componente curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Prática	CHP - EaD	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
		Teorias da comunicação		45	15	15		75	5
		Linguagem e estética visual		45	15	15		75	5
		Comunicação e cultura digital		45	15	15		75	5
		Introdução à pesquisa científica		30	30	15		75	5
Terceiro semestre		Escrita e oralidade em RP		15	45	15		75	5
		Teorias e processos de RP		45	15	15		75	5
		Produção gráfica		30	30	15		75	5
		Estratégia, gestão e análise de cenários		30		15		45	3

Semestre	Código do Componente curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Prática	CHP - EaD	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
		Marketing Digital		30		15		45	3
		Planejamento de RP		30	30	15		75	5
		Unipampa cidadã					30	30	2
Quarto semestre		Gestão de crise, imagem e reputação		45	15	15		75	5
		Gestão de eventos (CCEV)		15	15	15	30	75	5
		Temas Contemporâneos em Comunicação		30	30	15		75	5
		Produção audiovisual (CCEV)		30		15	30	75	5

Semestre	Código do Componente curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Prática	CHP - EaD	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
		Comunicação organizacional		45	15	15		75	5
		Unipampa Cidadã					30	30	2
Quinto semestre		Produção de conteúdos digitais (CCEV)		30		15	30	75	5
		Laboratório de pesquisas em RP		15	45	15		75	5
		Comunicação e política		45	15	15		75	5
		Estratégias de relacionamento com os públicos (CCEV)		30		15	30	75	5
		Comunicação, cidadania e		30		15	30	75	5

Semestre	Código do Componente curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Prática	CHP - EaD	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
		diversidade (CCEV)							
		Unipampa Cidadã					30	30	2
Sexto semestre		Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação		45	15	15		75	5
		Gestão da comunicação em plataformas digitais		30	30	15		75	5
		Assessoria de comunicação (E)					60	60	4
		Comunicação integrada de marketing (CCEV)		30		15	30	75	5

Semestre	Código do Componente curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Prática	CHP - EaD	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
		Avaliação e mensuração		30	30	15		75	5
Sétimo semestre		Estágio Curricular Supervisionado em RP I	Fundamentos de Relações Públicas Leitura e produção textual Escrita Criativa Escrita e Oralidade em RP Teorias e processos de RP Produção gráfica Planejamento Gestão de eventos Assessoria de Comunicação Avaliação e		105			105	7

Semestre	Código do Componente curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Prática	CHP - EaD	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
			mensuração Gestão da comunicação em plataformas digitais						
		RP em contexto internacional		30	30	15		75	5
		Inovação e empreendedorismo em comunicação		30	30	15		75	
		Ética e legislação em RP		45	15	15		75	5
		Projeto em RP	Leitura e produção textual Teoria da Comunicação Escrita Criativa Introdução à	15	45	15		75	5

Semestre	Código do Componente curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Prática	CHP - EaD	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
			<p>pesquisa científica</p> <p>Teorias da Comunicação</p> <p>Teorias e processos de RP</p> <p>Planejamento de RP</p> <p>Escrita e Oralidade em RP</p> <p>Laboratório de pesquisas em Relações Públicas</p> <p>Assessoria de Comunicação</p>						
Oitavo semestre		Estágio Curricular Supervisionado em RP II	<p>Fundamentos de Relações Públicas</p> <p>Teorias e processos de RP</p> <p>Produção</p>		105			105	7

Semestre	Código do Componente curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Prática	CHP - EaD	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
			gráfica Planejamento Gestão de eventos Assessoria de Comunicação Avaliação e mensuração Gestão da comunicação em plataformas digitais Estágio Curricular Supervisionado em Relações Públicas I						
		TCC	Leitura e produção textual Escrita Criativa Introdução à pesquisa		135	15		150	10

Semestre	Código do Componente curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Prática	CHP - EaD	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
			científica Teorias da Comunicação Teoria da Comunicação Teorias e processos de RP Planejamento de RP Escrita e Oralidade em RP Laboratório de pesquisas em Relações Públicas Assessoria de Comunicação						
		Libras		30	30	15		75	5

Semestre	Código do Componente curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Prática	CHP - EaD	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
CARGA HORÁRIA TOTAL DE COMPONENTES CURRICULARES COMPLEMENTARES									
CARGA HORÁRIA TOTAL DE ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO								330	22
Carga horária total de Atividades Curriculares de Extensão Específicas								90	90
Carga horária total de UNIPAMPA Cidadã								90	6
Carga horária total de Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas								240	16
CARGA HORÁRIA TOTAL DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO								200	13,33
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO								3.275	220,33

2.4.4 Abordagem dos Temas Transversais

2.4.4.1 Educação em Direitos Humanos

Considerando que, conforme estabelece a Resolução CNE/CP n. 1, de 30 de maio de 2012, a Educação em Direitos Humanos configura-se como fundamental e tem “a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social” (Art. 3), o curso de Relações Públicas apresenta ao longo de seus eixos de formação a temática dos Direitos Humanos tanto de modo transversal quanto como conteúdo específico de componentes curriculares.

No eixo de Formação Geral, por exemplo, o curso procura estabelecer ligações com a diversidade cultural, direitos humanos, desenvolvimento regional e sustentabilidade, com destaque para os componentes curriculares Sociologia da Comunicação e Cultura, Sociedade e Responsabilidade Socioambiental, ofertados já no primeiro semestre de formação. Já no eixo de Relações Públicas, no quinto semestre, o componente curricular Comunicação, Cidadania e Diversidade aborda o papel da comunicação no contexto social atual na construção da cidadania, da democracia e da diversidade, trazendo como conteúdo específico a temática dos Direitos Humanos.

Além disso, a inserção da extensão, principalmente através do programa UNIPAMPA Cidadã, para o qual o curso de Relações Públicas destina 90 horas de atividades, busca promover com a comunidade ações de cidadania, procurando atender suas demandas/necessidades, e proporcionando aos estudantes experiências de novas realidades, relações, sentimentos, aprendizados, problemas e saberes. Em consonância, portanto, com o que apresenta a Resolução supracitada, que estabelece como objetivo principal da Educação em Direitos Humanos “a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural” (Art. 5).

2.4.4.2 Oferta de componente curricular em Libras

A UNIPAMPA está preocupada em preparar os técnicos e docentes. De acordo com o Decreto nº 5.626/2005, o componente curricular de Libras deve ser inserido como componente curricular obrigatório nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. No campus de São Borja, desde 2010, é oferecido componente curricular de Libras. O curso de Relações Públicas da UNIPAMPA contempla o ensino de Libras (Decreto nº 5.626/2005) com a oferta do Componente Curricular “Libras: Língua Brasileira de Sinais”, disponibilizada como componente curricular obrigatório, com carga horária de 75h.

2.4.4.3 Meio ambiente e educação ambiental

As políticas de educação ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002) são tratadas e fazem parte de discussões em seminários que congregam alunos e professores. Há, dessa forma, a busca pela integração da educação ambiental com os componentes e atividades do curso de modo transversal, contínuo e permanente. O componente, do primeiro semestre letivo, Cultura, Sociedade e Responsabilidade Socioambiental contempla esta temática.

2.4.4.4 Cultura Afro-Brasileira e Indígena

As temáticas - Educação das Relações Étnico-raciais, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, conforme a Lei nº 11.645 de 10/03/2008 e Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004, constam nas ementas e conteúdos programáticos do componente “Comunicação, cidadania e diversidade”, ofertado no quinto semestre, com 75h¹⁴. Este componente curricular possibilita a leitura

¹⁴ A temática “cultura afro-brasileira” também está respaldada pelas ações da Comissão Especial de Estudos sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena – (HiCABI/UNIPAMPA) e também

crítica a partir de estudos direcionados a questões que tangenciam ou propriamente dizem respeito aos Direitos Humanos na sua diversidade.

2.4.5 Flexibilização Curricular

O currículo do Curso contempla a flexibilização em sua proposta, ao considerar diferentes atividades que possibilitam o contato do acadêmico com a realidade profissional, aguçando seu senso crítico, humanístico e social, catalisando a transformação profissional, tão necessária para sua formação e inserção no mercado de trabalho. Como forma de flexibilização do processo formativo, a construção da Matriz Curricular do Curso de Relações Públicas tomou como ponto de partida a composição articulada entre os Eixos Temáticos e respectivos Componentes Curriculares conectados ao perfil profissional descrito no PPC.

Da mesma forma, a interdisciplinaridade é uma possibilidade através dos eixos temáticos e atividades de práticas pedagógicas. Também, os componentes curriculares estão estruturados de forma a oportunizar a participação discente em atividades e projetos variados de ensino, pesquisa e extensão.

Outra forma de ampliar e diversificar a formação acadêmico-profissional ao longo da graduação consiste na previsão e oferta de componentes curriculares complementares (CCCGs) e atividades complementares (ACGs) de graduação. O Curso prevê a oferta de CCCGs em diferentes áreas do conhecimento qualificando o percurso formativo. Ademais, o Curso estimula e oportuniza a inserção dos discentes em ACGs, dentre as quais as atividades de ensino, pesquisa e extensão, que podem ser contemplados por editais de fomento internos e externos, e os estágios não obrigatórios, em consonância com a Lei no 11.788, de 25 de setembro 2008 (BRASIL, 2008b).

2.4.5.1 Componentes Curriculares Complementares de Graduação

As Diretrizes Curriculares Nacionais de Relações Públicas mencionam as atividades complementares, que preveem tanto atividades, quanto componentes

pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB/UNIPAMPA), que acompanham a implantação da legislação nos programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão.

cursados em outros cursos. O Curso de Relações Públicas, desde 2016, não oferta disciplinas complementares. Nesse sentido, são considerados CCCGs os componentes curriculares ofertados pelos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da UNIPAMPA. Componentes cursados em outros cursos deverão passar por análise da coordenação de curso e podem ser CCCGs ou ACGS na modalidade ensino quando o conteúdo seja complementar à formação superior em Relações Públicas.

A listagem com os componentes que podem ser cursados em outros cursos, previamente aprovados pela Comissão do Curso de Relações Públicas, encontra-se disponível nos **Anexos C e D**.

2.4.5.2 Atividades Complementares de Graduação

As atividades Complementares de Graduação estão previstas na Resolução nº29/2011. No Curso as Atividades Complementares de Graduação estão descritas na ata nº 05/2012, de 07 de maio de 2012, no regulamento apresentado no Apêndice I. As atividades complementares de Graduação preveem a realização de 200 horas de Atividades classificadas em quatro grupos: I - Atividades de Ensino; II - Atividades de Pesquisa; III - Atividades de Extensão; IV - Atividades Culturais, Sociais, de Gestão e Artísticas.

2.4.5.3 Mobilidade Acadêmica

A mobilidade acadêmica nacional e internacional permite aos alunos de graduação cursar componentes curriculares em outras IES do País e do exterior. Ao aluno em mobilidade é garantido o vínculo com a instituição e curso de origem assim como o aproveitamento do(s) componente(s) curricular(es) registrados em seu histórico acadêmico (carga horária, frequência e nota). Entre os programas de mobilidade da instituição, estão: BRACOL, BRAMEX, CAPES-BRAFITEC e Andifes/Santander.

Os programas BRACOL (Brasil-Colômbia) e BRAMEX (Brasil-México) têm como principais objetivos fortalecer a internacionalização da atividade acadêmica, criar frentes de colaboração e reciprocidade, com o objetivo de abrir a Universidade para o mundo. Busca-se como resultado aproximar as pessoas da ciência,

fortalecer o intercâmbio bilateral e propiciar aos estudantes indicados a oportunidade de acesso às culturas estrangeiras bem como contrastar com a experiência própria, adquirir uma visão mais rica e universalista da realidade e promover uma maior integração entre Brasil, Colômbia e México.

O programa CAPES - BRAFITEC consiste em projetos de parcerias universitárias em todas as especialidades de engenharia, exclusivamente em nível de graduação, para fomentar o intercâmbio em ambos os países participantes e estimular a aproximação das estruturas curriculares, inclusive à equivalência e o reconhecimento mútuo de créditos obtidos nas instituições participantes.

O Programa Andifes/Santander de Mobilidade Acadêmica foi instituído mediante convênio assinado pelos respectivos representantes e permite que alunos de uma instituição cursarem componentes curriculares em outra instituição, de acordo com requisitos estabelecidos no convênio. O edital é voltado para mobilidade realizada em IFES em unidade federativa diferente da instituição de origem.

2.4.5.4 Aproveitamento de Estudos

Conforme o art. 62 da Resolução 29, de 28 de abril de 2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas, “o aproveitamento de estudos é o resultado do reconhecimento da equivalência de componente curricular de curso de graduação da UNIPAMPA, com um ou mais componentes curriculares cursados em curso superior de graduação” (UNIPAMPA, 2011, p. 12). O aproveitamento de estudos deve ser solicitado à Comissão de Curso e deferido pelo Coordenador de Curso.

Os procedimentos e regras para aproveitamento de estudos seguem a Resolução 29, de 28 de abril de 2011. Em seu Art. 62, § 1º: “a equivalência de estudos, para fins de aproveitamento do componente curricular cursado, só é concedida quando corresponder a no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária e a 60% (sessenta por cento) de identidade do conteúdo do componente curricular de curso da UNIPAMPA” (UNIPAMPA, 2011, p. 12).

2.4.5.5 Carga horária a distância em cursos presenciais

Conforme a Portaria MEC n. 2.117/2019, a inserção de carga horária EaD em cursos presenciais pode ser de até 40% da carga horária total do curso, devendo ser detalhada o modo como essa inserção será desenvolvida no âmbito do curso. É sobre isso, pois, que esta seção discorre a seguir.

No curso de Relações Públicas, 15% da carga horária total do curso será desenvolvida na Modalidade EaD, seguindo o que estabelece a normativa nacional. Assim, o total geral de horas EaD é de 525h, e o total geral de horas presencial é de 1.485h. Os componentes curriculares do curso terão 15h.

Essa carga horária poderá ser desenvolvida pelo docente através da divisão entre aulas presenciais e aulas EaD. Por exemplo, um componente curricular com carga horária de 75h, com 15h EaD e 60h presenciais, poderá ter seus encontros presenciais concentrados no início do semestre letivo, deixando as 15h EaD para atividades no final do semestre. Ou ainda, os encontros presenciais podem alternar-se ao longo do semestre com as aulas assíncronas. Assim, o docente¹⁵ poderá estabelecer com a turma um acordo a respeito do modo como o componente curricular poderá ser conduzido, priorizando o não engessamento das atividades e a adequação ao contexto dos estudantes.

Quanto às metodologias de ensino e aprendizagem, o curso de Relações Públicas promove a utilização de metodologias ativas, favorecendo a aprendizagem com foco no discente, suas vivências, experiências, dificuldades e potencialidades. E isso não é diferente quando se trata do ensino EaD, visto que o foco é desenvolver no discente autonomia e posicionamento ativo e crítico na construção do conhecimento.

Dessa forma, conforme registram Ferreira e Silva (2022, p. 77-78),

[...] as metodologias ativas são capazes de promover um processo de ensino–aprendizagem satisfatório em cursos a distância com apoio e aplicação das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). [...] segundo a literatura abordada, **as metodologias ativas que podem ser mais eficientes no ensino a distância são a gamificação, a sala de**

¹⁵ A cada início de semestre, a Comissão de Curso aprovará como será essa divisão das aulas presenciais e EaD nos componentes curriculares ofertados.

aula invertida e aprendizagem por problemas, pois auxiliam no desenvolvimento de pensamento crítico e reflexivo, valores éticos, trabalho em equipe, autonomia e conhecimento. [...] conclui-se que **as metodologias ativas são capazes de promover um processo de ensino-aprendizagem satisfatório em cursos a distância** e, proporcionando aos alunos em EaD habilidades e características importantes que resultam na melhoria cognitiva do aluno como um todo. (grifos nossos)

É, pois, neste sentido que as metodologias ativas são adotadas nos componentes curriculares como um todo, incluindo-se a carga horária a distância, o que deve ser registrado no Plano de Ensino do componente curricular. Conforme as autoras, as metodologias ativas mais eficientes no EaD são a *gamificação*, que “consiste na utilização de elementos do jogo em contextos educacionais” e “o objetivo é aumentar o engajamento, envolvimento e motivar os envolvidos prendendo-lhes o interesse de continuar aprendendo”; a *sala de aula invertida* através da qual “o aluno irá absorver o novo assunto em casa e na aula irá discutir e contar com o professor apenas para orientação, apoio e esclarecer dúvidas sobre o assunto.”; e a *aprendizagem baseada em problemas*, em que os alunos podem desenvolver “um conhecimento de conteúdo profundo, pensamento crítico, criatividade, habilidades de comunicação, a remoção de barreiras espaciais e a possibilidade de utilizar o potencial de interatividade das TDICs.” (FERREIRA; SILVA, 2022, p. 76-77).

Essas metodologias, ao serem implantadas pelos docentes, têm o potencial de despertar nos discentes mais envolvimento, motivação, autonomia, capacidade de pesquisa, posicionamento crítico e reflexivo. Vale registrar, assim, que a escolha de ao menos uma metodologia ativa fica a cargo do docente, respeitando-se sua autonomia e o contexto de atuação, e que ao fazê-lo deve registrar no Plano de Ensino do componente curricular.

A adoção das metodologias ativas também se estende ao modo como o discente é avaliado nos componentes curriculares, aspecto que também deve estar devidamente registrado no Plano de Ensino. Sob essa ótica, a avaliação possui um caráter diagnóstico, processual, cumulativo e formativo, pautado em um trabalho constante de ação e reflexão, ou seja, a avaliação não é pontual, mas percorre todo

o semestre e acompanha o desenvolvimento dos conhecimentos, das habilidades e das competências dos estudantes. Por exemplo, no EaD, o uso das ferramentas do Google Documentos é muito produtiva para avaliar a produção textual dos discentes, seja em componentes curriculares específicos de escrita, seja em outros componentes em que a produção de textos também é central, isso porque através dela o docente pode avaliar e corrigir o texto fornecendo sugestões de como reescrever/reformular o que foi dito, dando feedbacks a respeito do andamento da produção, indicando referências on-line para leitura e também dialogando com o discente acerca de sua escrita.

Seguindo essa perspectiva de uso dos recursos tecnológicos, os materiais didáticos utilizados nos componentes curriculares ficarão disponíveis em arquivos digitais (como o Google Drive, o Google Classroom e o Moodle) e o docente poderá fazer uso de recursos do Google Meet ou Zoom para interações síncronas, bem como o uso do e-mail institucional para interações assíncronas.

Quanto à tutoria, será realizada pelo próprio docente responsável pelo componente curricular, posto que se trata de encargo inerente à função, em conformidade com a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 79/2014, que diz: “Art. 5º As atividades de ensino compreendem as ações dos docentes diretamente vinculadas aos cursos e programas regulares, em todos os níveis e modalidades de ensino, ofertados pela UNIPAMPA”.

Vale registrar, dessa forma, que os docentes do curso necessitam de formação contínua a fim de atender satisfatoriamente essa modalidade de ensino. Para tanto, a Divisão de Educação a Distância (DED) da UNIPAMPA compõe a Equipe Multidisciplinar Institucional, que se configura como uma rede de apoio às atividades e cursos oferecidos na modalidade EaD, cuja finalidade está descrita a seguir¹⁶:

- Atuar na articulação de ações relacionadas com a educação a distância, no ensino presencial e a distância, auxiliando no desenvolvimento e fomento das práticas que contribuam para o fortalecimento do acesso ao ensino público;
- Assessorar na implementação de cursos (tecnológico, graduação e pós-graduação) e projetos de educação mediados

¹⁶ Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/ead/divisao-de-educacao-a-distancia-2020/>. Acesso em 14 ju. 2022.

por tecnologias educacionais no âmbito da educação aberta e a distância;

- Apoiar a concretização das proposições do Projeto Institucional da UNIPAMPA acerca da modalidade EaD;
- Incentivar o uso das TIC nas ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- Prestar assessoria pedagógica aos cursos e projetos em ações de educação a distância;
- Assessorar, juntamente com a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC), para assuntos relativos aos recursos tecnológicos para a EaD disponibilizados à comunidade acadêmica;
- Assessorar órgãos da unipampa nos assuntos referentes a EaD;
- Representar a Universidade, nos assuntos referentes à EaD, em eventos no âmbito nacional e internacional;
- Participar da avaliação de projetos em EaD na Instituição;
- Fomentar ações voltadas para o uso das tecnologias educacionais e educação a distância na UNIPAMPA;
- Zelar pelo cumprimento da legislação da modalidade EaD;
- Acompanhamento das ações que envolvam a UNIPAMPA e a Universidade Aberta do Brasil (UAB).

2.4.5.6 Outras formas de flexibilização

O Curso de Relações Públicas considera que a flexibilização do currículo também é uma forma de inclusão e acessibilidade de estudantes com deficiência. Nesse sentido, ressaltamos que o curso de Relações Públicas busca refletir constantemente sobre as formas de superação das limitações do currículo, ao invés de sublinhar as limitações dos estudantes. Portanto, como estratégias de flexibilização curricular, prevemos a possibilidade de substituição de conteúdos aos estudantes com deficiência que estejam impossibilitados de cursá-los, conforme avaliação caso a caso pela Comissão do Curso, contando com a consultoria de outros setores da Universidade, como as Comissões Locais de Ensino, Comissão Superior de Ensino, Nude e NInA. É relevante destacar que o curso de Relações Públicas já possui estudantes com deficiência e busca atender suas especificidades nos processos de ensino-aprendizagem a fim de minimizar as limitações do currículo e maximizar as potencialidades destes estudantes.

2.4.6 Migração curricular e equivalências

No Quadro 6, constam os componentes curriculares da versão anterior do currículo e as medidas resolutivas para aproveitamento dos componentes no processo de migração curricular para a nova matriz.

Os casos omissos, que não estejam contemplados no Quadro abaixo, serão analisados, em primeira instância, pela Coordenação de Curso e, se necessário, pela Comissão de Curso de Relações Públicas, para posterior deliberação.

Quadro 6- Migração curricular - Medidas resolutivas

Componente Curricular - Semestre	Componente Curricular - Código	Componente Curricular - Nome	Componente Curricular - Carga horária	Proposta de alteração para nova matriz	Medida resolutiva
1º		Leitura e produção textual	75h	Sem alterações	Não se aplica
1º		Estudos da Cultura	75h	Supressão do componente. A abordagem sobre cultura integra o novo componente de "Cultura, sociedade e responsabilidade socioambiental"	Aproveitamento sem pendência. Equivalência entre os componentes.
1º		Sociologia da Comunicação	75h	Sem alterações	Não se aplica
1º		Fundamentos de Relações Públicas e de Produção Cultural	75h	Mudança na nomenclatura para "Fundamentos de Relações Públicas"	Aproveitamento sem pendência
1º		Economia Criativa	75h	Supressão do componente. O conteúdo passa a integrar o programa do componente de "Temas contemporâneos em	Aproveitamento sem pendência. Equivalência entre os componentes.

Componente Curricular - Semestre	Componente Curricular - Código	Componente Curricular - Nome	Componente Curricular - Carga horária	Proposta de alteração para nova matriz	Medida resolutive
				Comunicação”, ofertado no 4º semestre	
2º		Fundamentos da Ciência Política	75h	Supressão do componente	Aproveitamento como ACG.
2º		Psicologia social e organizacional	75h	Realocação do componente para o 1º semestre	Aproveitamento sem pendência
2º		Teorias da Comunicação	75h	Sem alterações	Não se aplica
2º		Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação	75h	Realocação para o 6º semestre	Aproveitamento sem pendência
2º		Redação em Relações Públicas I	75h	Mudança de nomenclatura para “Escrita Criativa”	Aproveitamento sem pendência
3º		Teoria e Técnica de Relações Públicas	75h	Mudança de nomenclatura para “Teorias e processos de Relações Públicas”	Aproveitamento sem pendência
3º		Redação em Relações Públicas II	75h	Mudança de nomenclatura para “Escrita e oralidade em Relações Públicas”	Aproveitamento sem pendência
3º		Gestão de eventos e cerimonial e protocolo	75h	Mudança de nomenclatura para “Gestão de eventos” (CCEV) e realocação para o 4º semestre	Aproveitamento sem pendência
3º		Comunicação Integrada	75h	Mudança de nomenclatura para	Aproveitamento sem pendência

Componente Curricular - Semestre	Componente Curricular - Código	Componente Curricular - Nome	Componente Curricular - Carga horária	Proposta de alteração para nova matriz	Medida resolutive
				“Comunicação integrada de marketing” (ACEV) e realocação para o 6º semestre	
3º		Política Cultural	75h	Supressão do componente	Aproveitamento como ACG.
3º		Planejamento de Relações Públicas	75h	Sem alterações	Não se aplica
4º		Fotografia em Relações Públicas	75h	Mudança de nomenclatura para “Linguagem e estética visual” realocado para o 2º semestre	Aproveitamento sem pendência
4º		Estratégias de relacionamento com os públicos	75h	Realocação para o 5º semestre. O componente passa ser ofertado como “Componente curricular com extensão vinculada”;	Aproveitamento sem pendência. O discente precisará integralizar os 10% da inserção da Extensão caso opte pela migração para o novo currículo. Para obter o aproveitamento, o discente pode participar do projeto vinculado ao componente ou outro, para integralizar a carga horária da extensão.

Componente Curricular - Semestre	Componente Curricular - Código	Componente Curricular - Nome	Componente Curricular - Carga horária	Proposta de alteração para nova matriz	Medida resolutive
4º		Pesquisa aplicada em Relações Públicas	75h	Mudança de nomenclatura para “Laboratório de pesquisas em Relações Públicas”, realocado para o 5º semestre	Aproveitamento sem pendência
4º		Relações Públicas na produção cultural	75h	Supressão do componente	Aproveitamento como ACG.
5º		Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade	75h	O conteúdo passa a integrar o novo componente de “Cultura, sociedade e responsabilidade socioambiental”	Aproveitamento sem pendência. Equivalência entre os componentes.
5º		Estratégias de relacionamento com a mídia	75h	O conteúdo passa a ser abordado no novo componente de “gestão de crise, imagem e reputação”	Aproveitamento sem pendência. Equivalência entre os componentes.
5º		Produção audiovisual institucional	75h	Mudança na nomenclatura para “Produção audiovisual” como ‘Componente curricular com extensão vinculada’, realocado para o 4º semestre	Aproveitamento sem pendência. O discente precisará integralizar os 10% da inserção da Extensão caso opte pela migração para o novo currículo. Para obter o aproveitamento, o discente pode participar do

Componente Curricular - Semestre	Componente Curricular - Código	Componente Curricular - Nome	Componente Curricular - Carga horária	Proposta de alteração para nova matriz	Medida resolutiva
					projeto vinculado ao componente ou outro, para integralizar a carga horária da extensão.
5º		Produção gráfica em Relações Públicas	75h	Mudança na nomenclatura para "Produção gráfica" e realocação para o 3º semestre	Aproveitamento sem pendência
5º		Marketing Cultural	75h	O tópico sobre marketing passa a ser abordado no novo componente de "Comunicação integrada de marketing"	Aproveitamento sem pendência. Equivalência entre os componentes.
5º		Estágio Curricular Supervisionado em Relações Públicas I	105h	Realocação para o 7º semestre	Aproveitamento sem pendência
6º		Comunicação e Política	75h	Realocação para o 5º semestre	Aproveitamento sem pendência
6º		Comunicação, cidadania e diversidade	75h	Realocação para o 5º semestre e oferta como Componente curricular com extensão vinculada	Aproveitamento sem pendência. O discente precisará integralizar os 10% da inserção da Extensão caso opte pela migração para o novo currículo. Para obter o aproveitamento, o discente pode

Componente Curricular - Semestre	Componente Curricular - Código	Componente Curricular - Nome	Componente Curricular - Carga horária	Proposta de alteração para nova matriz	Medida resolutive
					participar do projeto vinculado ao componente ou outro, para integralizar a carga horária da extensão.
6º		Ética e legislação em Relações Públicas	75h	Realocação para o 7º semestre	Aproveitamento sem pendência
6º		Gestão de mídias sociais	75h	Mudança de nomenclatura para "Gestão da comunicação em plataformas digitais"	Aproveitamento sem pendência
6º		Gestão de espaços culturais	75h	Supressão do componente	Aproveitamento como ACG.
6º		Estágio Curricular Supervisionado em Relações Públicas II	105h	Realocação para o 8º semestre	Aproveitamento sem pendência
7º		Filosofia do conhecimento	75h	Supressão do componente	Aproveitamento como ACG.
7º		RP e empreendedorismo	75h	Mudança na nomenclatura para "Inovação e empreendedorismo em comunicação", realocado para o 8º semestre	Aproveitamento sem pendência. Equivalência entre os componentes.
7º		Relações públicas governamental e internacional	75h	Mudança na nomenclatura para "Relações públicas em contexto internacional"	Aproveitamento sem pendência

Componente Curricular - Semestre	Componente Curricular - Código	Componente Curricular - Nome	Componente Curricular - Carga horária	Proposta de alteração para nova matriz	Medida resolutive
7º		Projeto em Relações Públicas e Produção Cultural	75h	Mudança na nomenclatura para "Projeto em Relações Públicas"	Aproveitamento sem pendência
7º		Libras	75h	Realocado para o 8º semestre	Aproveitamento sem pendência
8º		Trabalho de Conclusão de Curso	150h	Sem alterações	Não se aplica
8º		Tópicos especiais	75h	Supressão do componente	Aproveitamento como ACG.

2.4.7 Estágios Obrigatórios ou Não Obrigatórios

A Resolução 329, de 04 de novembro de 2021 dispõe sobre as normas para os estágios destinados a estudantes de graduação, presenciais ou a distância, vinculados à UNIPAMPA e para os estágios realizados no âmbito desta instituição. De acordo com o seu Art. 1º:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em Instituições de Educação Superior, que segue os preceitos estabelecidos pela Lei nº 11.788/2008 em sua integralidade.

Conforme Art. 4, da Resolução 329, "O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso":

§ 1º Estágio Curricular Obrigatório é um componente da matriz curricular previsto no Projeto Pedagógico do Curso, com regulamentação específica aprovada pela Comissão de Curso, em consonância com as normas da

UNIPAMPA, com a Lei nº 11.788/2008 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

§ 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, fora da carga horária regular e obrigatória, podendo ou não ser aproveitado como parte da integralização curricular.

§ 3º É de responsabilidade da UNIPAMPA assegurar a oportunidade do estágio curricular obrigatório aos discentes.

Por meio do estágio, os estudantes contextualizam o que aprenderam e desenvolvem competências da atividade profissional, objetivando seu desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho.

A definição de Estágio, conforme a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

O Estágio em Relações Públicas é dividido em Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e em Estágio Não Obrigatório, conforme previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais da área, e representa um momento importante na vida acadêmica e de desenvolvimento profissional. Consiste em um processo planejado, visando à integração entre conhecimentos práticos e teóricos, que complementam a formação do graduando.

Estágio Curricular Obrigatório é um componente da matriz curricular previsto no Projeto Pedagógico do Curso, com regulamentação específica aprovada pela Comissão de Curso, em consonância com as normas da UNIPAMPA, com a Lei nº 11.788/2008 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, fora da carga horária regular e obrigatória, podendo ou não ser aproveitado como Atividade Complementar de Graduação (ACG) a partir do deferimento da Coordenação de Curso, obedecendo os prazos do calendário acadêmico.

O Art.8 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA 329/2021 estabelece que as ações desenvolvidas pelos(as) discente(s) durante o estágio devem “obrigatoriamente, ter relação com as áreas de conhecimento e de atuação

profissional expressas no perfil do egresso do curso com o qual o discente possui vínculo, conforme descrito em seu projeto pedagógico”.

Assim, no âmbito do curso de Relações Públicas, ao integrar teoria e prática, o Estágio constitui uma fase de aquisição e aprimoramento de conhecimentos e de habilidades essenciais ao exercício profissional. Sendo assim, diversas atividades relacionadas com a profissão são praticadas, pelos alunos, durante o período do estágio. Nesse sentido, o Estágio tem por objetivo maior a integração entre a aprendizagem acadêmica e a compreensão da dinâmica das instituições, oferecendo aos estudantes, situações que irão vivenciar no mundo do trabalho.

Além do desenvolvimento de habilidades técnicas, o Estágio permite o desenvolvimento de habilidades interpessoais, visando uma formação profissional calcada na ética.

O Estágio é atividade que, orientada por docente e sob supervisão profissional, é acompanhada pela Universidade, nos termos da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA 329/2021, em que se aplicam as seguintes definições:

I - Unidade concedente: organização formalmente constituída na qual o discente realiza o estágio, incluindo também profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus conselhos de fiscalização profissional;

II - Supervisor: funcionário da unidade concedente, responsável por acompanhar o estagiário nas suas atividades de estágio.

III - Instituição de ensino: universidade pública na qual o estagiário possui vínculo acadêmico;

IV - Coordenador de estágio ou regente do componente curricular: docente em exercício na Instituição de ensino, vinculado ao curso de origem do discente, que atua como referência em estágio;

V - Orientador: docente em exercício na instituição de ensino, vinculado ao curso, que orienta as atividades do discente durante o período de estágio;

VI - Agente intermediador: instituição pública ou privada, responsável por fazer a intermediação entre discentes, universidade e concedentes de estágios,

agenciando os procedimentos de caráter legal, técnico, burocrático e administrativo necessários à realização de estágios.

De acordo com a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA 329/2021 da UNIPAMPA, pode realizar:

a) **Estágio Obrigatório:** o estudante que estiver regularmente matriculado em componente curricular obrigatório de Estágio e ter integralizado os pré-requisitos do componente curricular de estágio obrigatório definidos no Projeto Pedagógico do Curso;

b) **Estágio não obrigatório:** o estudante que estiver regularmente matriculado e frequente no curso; ter cursado o primeiro semestre e ter obtido aprovação em, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos créditos matriculados; não ter reprovado por frequência e por nota em mais de 60% da carga horária dos componentes curriculares em que estava matriculado no semestre regular imediatamente anterior ao que está sendo solicitado o estágio.

Conforme o Art. 11 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA 329/2021, para a realização de estágio obrigatório ou não obrigatório, é necessária a celebração de Termo de Compromisso de Estágio, sendo o convênio facultado conforme a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008.

O convênio será realizado somente nos casos em que for exigido pela parte concedente do estágio. Deverá ser utilizado o modelo de convênio disponibilizado pela UNIPAMPA, podendo ser empregado o modelo disponibilizado pela parte concedente desde que este seja aprovado pela Procuradoria Federal junto à UNIPAMPA.

O Convênio ou Acordo de Cooperação não substitui a exigência de firmar o Termo de Compromisso de Estágio (TCE).

Tendo o suporte necessário em vários Componentes Curriculares basilares para o exercício profissional, o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório tem carga horária total de 210 horas e integra o currículo do Curso de Relações Públicas da UNIPAMPA. Dessa forma, o estágio supervisionado obrigatório será ofertado em dois módulos: no 7º e no 8º semestre letivo, com carga horária de 105 horas em cada, ou seja, serão sete créditos em cada semestre, totalizando 14 créditos de

estágio. Ao término das atividades práticas o acadêmico deverá redigir um relatório final e entregar juntamente com a documentação prevista.

As normas para realização do estágio obrigatório, bem como de elaboração do relatório para estágio encontram-se descritas no **APÊNDICE J**, assim como o modelo de carta de Apresentação de Estágio, disponível no **APÊNDICE K**. A listagem atualizada dos locais conveniados com a UNIPAMPA e que poderão ser campos de estágio fica disponível na Divisão de Estágios da Universidade e disponibilizada para consulta dos acadêmicos e docentes através do site da PROGRAD.

2.4.8. Trabalho de Conclusão de Curso

Conforme Art. 116 da Resolução 29, de 28 de abril de 2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas, “o Trabalho de Conclusão de Curso, doravante denominado TCC, também entendido como Trabalho de Curso, é um componente curricular dos cursos de graduação da Universidade, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos”. (UNIPAMPA, 2011, p. 20).

O componente curricular obrigatório denominado “Trabalho de Conclusão de Curso”¹⁷, com carga horária de 150h, do curso de Relações Públicas conduzirá à produção do trabalho de conclusão de curso ao longo do último ano de estudos. Será considerado Trabalho de Conclusão de Curso, o estudo que desenvolva uma reflexão teórico-prática ou de formação profissional, como atividade de síntese e integração de conhecimentos e consolidação das técnicas de pesquisa.

O discente poderá escolher entre duas modalidades de Trabalho de Conclusão de Curso, que deverá ser produzido após a execução e aprovação (conforme consta no Plano de Ensino do componente Projeto em Relações Públicas).

¹⁷ O Trabalho de Conclusão de Curso está organizado segundo as orientações da Resolução 02/2013 (Diretrizes Curriculares Nacionais de Relações Públicas) e a Resolução das Normas Acadêmicas de Graduação.

1. trabalho monográfico, individual, podendo versar sobre tema específico de relações públicas e/ou estudos do campo da comunicação, de modo mais amplo;

1.1 O trabalho monográfico escrito deverá apresentar um texto acabado, expressão do desenvolvimento do projeto executado, tendo um mínimo de 40 páginas e máximo de 80 páginas, contendo elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, conforme normas da ABNT.

2. projeto experimental aplicado a organizações do primeiro, segundo ou terceiro setores, elaborado individualmente ou em dupla, acompanhado de fundamentação, reflexão teórica e intervenção documentada.

2.1 O trabalho deverá ser apresentado na forma de um produto de Relações Públicas (produção de evento, produção de campanha, produção audiovisual, produção gráfica, produção de podcast, entre outros) a ser planejado, executado e avaliado, seguindo procedimentos teórico-metodológicos. O produto deve estar acompanhado de um relatório reflexivo, contendo as comprovações de todas as etapas do processo comunicacional (intervenção documentada).

O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser orientado, em ambos os casos, por docente do curso e avaliado por banca composta por pelo menos dois docentes do curso (orientador e membro da banca). O outro membro da banca pode ser docente e/ou profissional com formação na área de conhecimento do TCC. Além disso, os projetos também podem ser coorientados por docentes de outros cursos da UNIPAMPA. De acordo com a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA Nº 328, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2021, em seus artigos 19 e 20, aplicam-se as flexibilizações nas normas de TCC para discentes surdos:

Art. 19. Será facultado ao discente surdo, a entrega da versão final do seu trabalho de conclusão de curso de graduação em língua portuguesa, enquanto segunda língua, com inserção de “notas do(a) tradutor(a) de Língua Brasileira de Sinais”.

Parágrafo único. Reconhecendo que a língua portuguesa escrita é a segunda língua das pessoas surdas usuárias de LIBRAS, seus trabalhos de

conclusão de curso poderão conter notas de rodapé que indiquem a tradução realizada por profissional tradutor de Língua Brasileira de Sinais.

Art. 20. Será facultado ao estudante surdo, a entrega da versão final do seu trabalho de conclusão de curso de graduação em Língua Brasileira de Sinais, no formato de vídeo.

§ 1º Será garantido ao discente surdo o acesso em LIBRAS de todos os materiais relativos à normatização de trabalhos acadêmicos, disponíveis no Sistema de Bibliotecas da UNIPAMPA.

§ 2º Caberá ao NInA, em conjunto com o NuDE, promover espaços de formação sobre o português como segunda língua de pessoas surdas. Esses espaços deverão considerar, dentre outros elementos, a estrutura da escrita acadêmica.

A aprovação é conferida ao aluno que obtiver no mínimo nota 6,0 (seis).

A seguir, o passo a passo para o envio e apresentação do TCC.

Antes da banca:

- a) É de responsabilidade do discente enviar, por e-mail, na data acordada, o Trabalho de Conclusão de Curso à Comissão de TCC e ao orientador do trabalho, em versão digital (PDF).

A banca:

- a) A realização da apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser realizada de 15 a 20 min. Posteriormente, os dois professores que compõem a banca e o orientador terão 10 minutos, cada um, para apresentar suas reflexões, indagações e contribuições. Ao final, o acadêmico terá até 10 minutos para responder aos questionamentos dos integrantes da banca, conforme recomendação do orientador no início da apresentação dos trabalhos;
- b) Na data fixada para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso, conforme o calendário acadêmico da UNIPAMPA, o aluno apresentará pessoalmente seu trabalho final à Banca Examinadora, submetendo-o a seu exame e avaliação.

Depois da banca:

- a) Após a Sessão de Defesa (se aprovado), o discente juntamente com o orientador

deverá revisar o documento e enviar, em até quinze dias, a versão definitiva do TCC (em formatos “.doc” e “.pdf”) e a Folha de Aprovação (escaneada e devidamente assinada pela Banca Examinadora) à Comissão de TCC. Entregar (até a data combinada), em formato digital, o Termo de Autorização de disponibilização do Trabalho na Biblioteca do Campus;

- b) Os trabalhos aprovados serão disponibilizados no *site* do curso de Relações Públicas.

A orientação

A orientação do Trabalho de Conclusão de Curso apresenta quatro dimensões, correspondentes às competências da Comissão de TCC, do professor orientador, da banca examinadora e do orientando.

À Comissão de TCC, designada pela Comissão do curso de Relações Públicas, compete:

a) zelar pelas condições de desenvolvimento das atividades dos alunos e dos orientadores no desempenho dos seus trabalhos;

b) programar e efetivar atividades que visem à melhoria e planificação dos Trabalhos de Conclusão de Curso;

c) propor alternativas às questões e dificuldades que venham a surgir no âmbito da realização dos Trabalhos de Conclusão de Curso;

d) elaborar o Calendário de Atividades;

e) avaliar pedidos de alteração de orientador;

f) organizar as Bancas Examinadoras;

g) encaminhar o Calendário de Defesas, proposto a partir das datas sugeridas pelos orientadores, para aprovação da Comissão do curso de Relações Públicas;

h) divulgar amplamente a listagem geral das defesas com informações sobre a composição das bancas, os dias, locais e horários;

i) receber os Trabalhos de Conclusão de Curso, procedendo ao seu protocolo na Coordenação do curso de Relações Públicas, na data e horário

aprazados, fixados em até 15 dias antes da data de avaliação e liberação para distribuição aos membros da Banca de Avaliação;

j) reprovar o aluno que não entregar o trabalho no dia aprazado para encaminhar a banca examinadora;

k) avaliar as questões pendentes.

Ao Professor Orientador, compete:

a) orientar devidamente as atividades de pesquisa e/ou experimentação de seu orientando;

b) estabelecer parâmetros e tempos de orientação do trabalho desenvolvido pelo aluno;

c) avaliar o desempenho do orientando na sua globalidade;

d) avaliar se o trabalho tem qualidade suficiente para ir à banca e, em caso negativo, informar à Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso a reprovação do aluno;

e) definir e avaliar a constituição da Banca Examinadora, sugerindo data e horário de defesa à Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso;

f) presidir a Banca Examinadora no ato de avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso;

g) avaliar o orientando de acordo com os critérios estabelecidos;

h) encaminhar à Comissão de TCC a ata com os registros disciplinares e devidos resultados referentes ao desempenho no semestre, na apresentação e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso frente à banca designada;

i) registrar no Diário de Classe a nota final do orientando.

À Banca Examinadora compete:

a) apresentar sugestões e correções ao TCC com o objetivo de contribuir e aperfeiçoar o processo de aprendizagem;

b) analisar o Trabalho de Conclusão de Curso;

c) atribuir junto ao orientador a nota final ao TCC, aprovando ou reprovando.

Ao Acadêmico orientando, matriculado em Trabalho de Conclusão de Curso, compete:

a) conduzir-se como produtor de conhecimento, esforçando-se pela apresentação de um processo de investigação e/ou criação autêntica e afinada com seu desempenho acadêmico;

b) comparecer às atividades estabelecidas pela Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso e atender à linha de orientação do professor orientador;

c) enviar o Trabalho de Conclusão de Curso à Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso e ao orientador, protocolando-o na data e horário aprazados;

d) comparecer regularmente aos trabalhos de orientação, conforme disciplinamento acordado com o professor orientador;

e) apresentar a nominata de banca sugerida pelo orientador na data aprazada pela Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso, em que constará a sugestão de data e horário para defesa do seu trabalho;

f) enviar a versão final do trabalho (com as sugestões da banca examinadora) para a Comissão de TCC, orientador e biblioteca.

Condições do processo de avaliação dos Trabalhos de Conclusão de Curso:

a) a banca de Avaliação deverá ser composta por, além do orientador, pelo menos um docente do Curso de Relações Públicas, observando a especialidade do projeto em questão, sendo que o outro membro pode ser docente ou profissional da área do trabalho;

b) estima-se em 4 (quatro) o número máximo de projetos que cada docente poderá orientar por semestre letivo;

c) estima-se em 8 (oito) o número máximo de bancas de avaliação que cada docente poderá participar.

O Trabalho de Conclusão de Curso será avaliado em duas instâncias:

1. pelo orientador, constituindo a nota de Primeira Avaliação, quando ele deve pesar:

- a) o empenho do aluno na atividade investigativa;
- b) a qualidade e relevância do trabalho;
- c) a capacidade técnica e/ ou de análise;
- d) os procedimentos metodológicos;
- e) a aplicação e frequência nos encontros programados.

Na nota de Primeira Avaliação, o orientando deve alcançar média igual ou superior a seis para ter direito à apresentação e defesa perante a banca examinadora.

2. pela Banca Examinadora, constituindo a nota de Segunda Avaliação, que é formada pela média das notas do segundo e terceiro membros da banca de avaliação. No ato, a banca deverá proceder à arguição do candidato e ponderar qualitativamente sobre o Trabalho de Conclusão de Curso, estabelecendo a necessidade ou não de reformulações ou correções.

A Banca Examinadora avaliará o Trabalho de Conclusão de Curso como produto final, considerando a validade e a pertinência do conteúdo, a correção gramatical e os atributos comunicacionais, bem como a observância das normas de apresentação de um trabalho científico. A Banca avaliará ainda a exposição oral do trabalho pelo autor, considerando principalmente o domínio claro e seguro dos objetivos e a observância de processos no desenvolvimento do trabalho, assim como a objetividade na argumentação das respostas às questões que lhe forem propostas.

Ocorrendo a aprovação do trabalho, a banca avaliadora deve recomendar a correção de aspectos gramaticais e ortográficos, bem como demais ajustes referentes ao conteúdo do trabalho.

É facultada ao orientando a solicitação de troca de orientador no máximo uma vez durante o semestre, justificando-a por escrito e condicionando-a ao aval da Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso.

Os casos omissos nestas normas deverão ser resolvidos pela Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso.

2.4.10 Inserção da extensão no currículo do curso

São as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira que definem os princípios, os fundamentos e os procedimentos que devem ser observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação das instituições de educação superior de todos os sistemas de ensino do país. Assim, conforme a Resolução nº 7, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, de 18 de dezembro de 2018, o Núcleo Docente Estruturante do curso de Relações Públicas discutiu e o Curso definiu as estratégias de inserção da extensão no currículo. De acordo com o artigo 3, da referida resolução: “A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”. A resolução estabelece, ainda, que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação.

Em conformidade com a referida legislação, bem como visando atender a norma específica da UNIPAMPA, estabelecida pela Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 317, de 29 de abril de 2021; bem como a Instrução Normativa UNIPAMPA nº 18, de 05 de agosto de 2021, que regulamentam a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância na Instituição, e normatiza o Programa Institucional UNIPAMPA Cidadã. A partir disso, o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Relações Públicas definiu como modalidades de inserção da extensão a adoção de *Atividades Curriculares de extensão (ACE)* oferecidas da seguinte maneira:

- Seis (6) componentes com *Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV)*, isto é, Componentes Curriculares Obrigatórios em que a extensão representa a carga horária parcial de 30h para cada uma delas. São elas: Produção Audiovisual; Gestão de Eventos; Produção de Conteúdos Digitais; Estratégias de Relacionamento com

os Públicos; Comunicação, Cidadania e Diversidade; Comunicação Integrada de Marketing.

- Um (1) componente com *Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV)* cuja extensão representa a carga horária total de 60h, sendo ela: Assessoria de Comunicação.
- Atividade Curricular de Extensão Específica (ACEE) denominada “UNIPAMPA Cidadã”, compreendendo 90h;

As atividades curriculares acima mencionadas são regulamentadas institucionalmente e suas diretrizes podem ser conferidas no Apêndice M - Regulamento das Atividades de Extensão do Curso de Relações Públicas.

2.4.10.1 Programa Institucional “UNIPAMPA Cidadã”

O Programa Institucional “UNIPAMPA Cidadã” está regulamentado pela Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 317, de 29 de abril de 2021 (Capítulo IV, Seção 2) e pela Instrução Normativa UNIPAMPA nº. 18, de 05 de agosto de 2021.

Conforme a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº. 317, de 29 de abril de 2021, a UNIPAMPA Cidadã tem como objetivo “fortalecer a formação humanística e cidadã dos(as) discentes e contribuir na integração da Universidade com a comunidade”. Essas atividades devem ocorrer “junto à sociedade civil organizada, organizações não governamentais (ONGs) e entes públicos”, priorizando preferencialmente “o atendimento da população em situação de vulnerabilidade social” (Resolução CONSUNI/UNIPAMPA 317/2021). Para tal, o planejamento, o acompanhamento, a avaliação e a validação das atividades serão realizadas pelo supervisor de extensão do curso de Relações Públicas, conforme definido no Apêndice M - Regulamento das Atividades de Extensão do Curso de Relações Públicas.

Na Instrução Normativa UNIPAMPA nº. 18, de 05 de agosto de 2021, estão definidas desde a concepção, justificativas e objetivos até as normas do Programa Institucional, cujo principal objetivo assenta-se em “promover a formação integral e cidadã dos discentes, com o intuito de formar egressos cientes de sua responsabilidade social e capazes de atuar de forma autônoma, solidária, crítica,

reflexiva e comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e democrática”. Caracteriza-se, dessa forma, como uma Atividade Curricular de Extensão Específica (ACEE), ofertada de forma obrigatória em todos os cursos de graduação da UNIPAMPA com um mínimo de 60 e um máximo de 120 horas.

Considerando as normativas, os discentes do curso de Relações Públicas devem realizar as ações comunitárias, compreendendo 90 horas de atividades, a serem desenvolvidas, preferencialmente, a partir do terceiro semestre do curso.

Conforme determina a metodologia para execução do Programa, presente na Instrução Normativa em questão, o Curso de Relações Públicas também define as atribuições do supervisor de extensão e dos discentes.

Com base na Instrução Normativa UNIPAMPA nº. 18, de 05 de agosto de 2021, cabem ao supervisor as seguintes atribuições: 1. apresentar o programa aos discentes; 2. aprovar as instituições onde serão realizadas as ações; 3. acordar os horários, os períodos e os tipos de trabalho a serem desenvolvidos nas instituições; 4. dar ciência e aprovar o início das atividades; 5. avaliar, aprovar a atividade e encaminhar os documentos comprobatórios para a Secretaria Acadêmica para validação da carga horária. Aos discentes, cabe apresentar os seguintes documentos: a) certificado da instituição onde foi realizada a ação, informando o tipo de trabalho, a carga horária, a população beneficiada e a avaliação da ação; b) relatório da atividade do discente.

Demais informações a respeito constam no Apêndice M - Regulamento das Atividades de Extensão do Curso de Relações Públicas em anexo ao PPC.

2.5 METODOLOGIAS DE ENSINO

Em consonância com o PDI 2019-2023, o Curso de Relações Públicas promove a utilização de metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem, favorecendo a aprendizagem com foco no discente, suas vivências, experiências, dificuldades e potencialidades tanto na modalidade presencial quanto na modalidade EaD¹⁸. Dessa forma, o Curso centra-se no desenvolvimento reflexivo,

¹⁸ Mais a respeito da Metodologia para carga horária EaD consta na seção 2.4.4.5 *Carga horária a distância em cursos presenciais*.

crítico e científico dos discentes através de práticas pedagógicas que estimulem a produção do conhecimento a partir da relação entre teoria e prática, conduzindo os estudantes a práticas colaborativas e dialógicas entre docentes, comunidade acadêmica e sociedade local e regional.

Essas práticas, quando na modalidade EaD, são mediadas pelo docente do componente curricular, que também atua como tutor, e os materiais didáticos são disponibilizados em arquivos digitais, como o Google Drive, o Google Classroom e o Moodle. Além disso, o docente poderá fazer uso de recursos do Google Meet ou Zoom para interações síncronas, bem como o uso do e-mail institucional para interações assíncronas.

Assim, o instrumental metodológico e avaliativo pode ser composto por:

- Aulas expositivas acompanhadas pela prática de seminários, que são previamente organizados a partir de leituras, pesquisas bibliográficas e demais conteúdos pedagógicos, tendo como foco a construção do protagonismo e autonomia dos discentes na construção colaborativa de conhecimentos;
- Espaços para debates e discussões construídos com o intuito de facilitar a participação crítica e criativa de todos os discentes, o que também pode acontecer via Mural do Classroom e Fórum do Moodle;
- Produção textual de gêneros textuais diversos da área da comunicação, utilizando-se, por exemplo, da ferramenta on-line Google Documentos. Prática que é indispensável, tendo em vista as habilidades requeridas pelo profissional de Relações Públicas;
- Produção textual de gêneros textuais acadêmicos, como resumos, resenhas e artigos científicos, utilizando-se, por exemplo, da ferramenta on-line Google Documentos, da pesquisa na Biblioteca Virtual da Unipampa Pergamum e no Google Acadêmico, os quais são essenciais para a exposição crítica, a revisão de teorias e a operacionalização de conceitos e a articulação de autores, possibilitando a participação em eventos, seminários e demais espaços de discussão científica;

- Leituras individuais e/ou coletivas que, além de estimular a reflexão individual, também são essenciais para o despertar da opinião pública, da crítica e da colaboração dialógica entre os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e avaliação;
- Leituras bibliográficas de artigos, capítulos de livro, revistas, jornais, livros, entre outros, prática fundamental para o estímulo da criatividade comunicacional do discente, tanto no que diz respeito às habilidades interpessoais, quanto no que se refere ao contato com outros meios e suportes, especialmente com as mídias digitais;
- Elaboração de campanhas, eventos, projetos e outros suportes de comunicação e cultura, criação, acompanhamento e mensuração de dados de mídias sociais, preparando os discentes para a atuação profissional em diferentes contextos e setores.

Além disso, considera-se que listas de exercícios, estudos de caso, grupos de estudo, atendimentos pessoais, oficinas de aprendizagem, atividades de monitorias e provas são instrumentos metodológicos de ensino-aprendizagem indispensáveis para a concretização da qualidade da educação profissional.

Através dessas atividades teórico-práticas é que se torna possível avaliar o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, pois a avaliação¹⁹ no curso possui um caráter diagnóstico, processual, cumulativo e formativo, pautado em um trabalho constante de ação e reflexão, ou seja, a avaliação não é pontual, mas percorre todo o semestre e acompanha o desenvolvimento dos conhecimentos, das habilidades e das competências dos estudantes.

Por exemplo, nos componentes com carga horária EaD, os estudantes podem realizar atividades avaliativas através do Google Formulários em que é possível ao docente elaborar questões objetivas e discursivas e, após, dar feedbacks a respeito das respostas. Além disso, outro exemplo, é a produção de

¹⁹O aprofundamento sobre avaliação consta na seção 2.6 *Avaliação da Aprendizagem*.

apresentações, vídeos, cartazes, postagens, stories, convites etc. através do Canva, compartilhando essa produção com o docente do componente curricular para avaliação e feedbacks.

2.5.1 Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade é um dos elementos integradores do processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, a prática da interdisciplinaridade no ensino-aprendizagem é efetivada através do desenvolvimento conjunto de componentes curriculares, projetos de extensão e de pesquisa. Como exemplo, componentes curriculares com potencialidades para a produção técnica poderão se integrar aos componentes teóricos através do ensino-aprendizagem e de um processo avaliativo articulador, que potencializa novas práticas de produção de conhecimento relacional, dinâmico e transformador.

Nessa perspectiva, o trabalho integrado busca melhorias na qualidade do ensino à medida que passa a ser instrumento capaz de articular a aprendizagem e o processo avaliativo num espaço interdisciplinar. A relação interdisciplinar fomenta práticas pedagógicas teórico-práticas-capazes de absorver os diversos conhecimentos e demais aspectos do contexto do discente, bem como garantir o cumprimento dos objetivos e metas a serem atingidos pelo componente curricular em desenvolvimento.

2.5.2 Práticas Inovadoras

As práticas inovadoras de ensino no Curso de Relações Públicas centram-se no desenvolvimento de ações que buscam colocar os discentes como protagonistas no processo de ensino-aprendizagem. Através dessas práticas, os discentes são estimulados a relacionar teoria e prática, produzindo intervenções sócio-culturais por meio da produção de campanhas e da realização de eventos com temáticas contemporâneas e comprometidas com os contextos regional e local, da criação de conteúdos digitais em diferentes mídias sociais e da execução de projetos voltados para a comunidade acadêmica e externa.

A fim de que essas práticas se renovem, semestralmente, o curso promove, através de uma Avaliação Discente, uma escuta a respeito das atividades nos

componentes curriculares, da atuação nos projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como abre sugestões para o melhor desenvolvimento do curso. Para tal, é produzido e aplicado um questionário, via Google Formulários, para que os discentes possam expressar suas avaliações, opiniões e anseios quanto à sua formação acadêmica. Após a aplicação, os resultados são tabulados e apresentados à Comissão de Curso que, de forma conjunta, (re)planeja ações para melhorar e atender pontos de fragilidade no curso, bem como para manter ações que contribuem para o bom funcionamento das atividades.

Além disso, com o objetivo de incluir os discentes no ambiente acadêmico, principalmente nas práticas de leitura e escrita altamente requisitadas ao longo da graduação e também no mercado de trabalho, é ofertado regularmente um Curso de Nivelamento em Língua Portuguesa. O curso é pensado como resposta à demanda de um grau satisfatório de letramento em Língua Portuguesa na Universidade. Isso porque, muitas vezes, os discentes ingressantes (e até mesmo em etapas mais avançadas) na graduação apresentam lacunas nas competências e habilidades de leitura, interpretação e produção de textos de gêneros textuais/discursivos diversos. Assim, o curso busca nivelar e desenvolver o conhecimento linguístico-discursivo dos discentes, o que pode contribuir para uma menor evasão no Curso de Relações Públicas e para um maior aproveitamento dos componentes obrigatórios.

Dessa forma, o curso busca estar em constante contato e diálogo com os discentes, acompanhando de perto sua evolução enquanto sujeitos ativos no processo de ensino-aprendizagem, sem deixar de atentar para as novas demandas sociais, culturais e também econômicas que surgem dia após dia.

2.5.3 Acessibilidade Metodológica

Conforme o Documento Orientador das Comissões de Avaliação *in loco* para Instituições de Educação Superior com enfoque em Acessibilidade, acessibilidade metodológica (também conhecida como pedagógica) caracteriza-se pela ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento,

aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

É possível notar a acessibilidade metodológica nas salas de aula quando os professores promovem processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência, como por exemplo: pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos.

Nesse sentido, os recursos (textos físicos e digitais, slides, vídeos, filmes, etc.), bem como as técnicas e procedimentos (dinâmicas interativas, instrumentos avaliativos, apresentação de trabalhos, etc.) devem ser concebidos em formatos acessíveis, tendo ou não estudantes com deficiência, seguindo os princípios do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA).

Os princípios do DUA são: proporcionar múltiplos meios de envolvimento - estimular o interesse dos alunos e motivá-los para a aprendizagem recorrendo a formas diversificadas; proporcionar múltiplos meios de representação - apresentar a informação e o conteúdo em diferentes formatos para que todos tenham acesso; proporcionar diversos meios de ação e expressão - permitir formas alternativas de expressão e de demonstração das aprendizagens, por parte dos alunos.

No âmbito institucional, a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 328/2021 orienta os procedimentos referentes à acessibilidade no âmbito das atividades acadêmicas, científicas e culturais da UNIPAMPA, a instituição de percursos formativos flexíveis para discentes com deficiência e discentes com altas habilidades/superdotação.

A acessibilidade pedagógica de que trata esta resolução, conforme o capítulo II, refere-se à eliminação de barreiras vislumbradas no processo de ensino e aprendizagem, especialmente por meio de:

I - adaptações razoáveis: são consideradas, na perspectiva do aluno, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que pessoa com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de condições

e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais;

II - garantia de recursos de tecnologia assistiva ou ajuda técnica compreendidos como: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

III - reconhecimento da LIBRAS como língua oficial das pessoas pertencentes à comunidades surdas.

IV - o Braille como sistema de escrita utilizado por pessoas com deficiência visual.

Ainda, segundo a referida resolução, ao discente com deficiência será garantida a flexibilidade do percurso formativo, no que diz respeito à escolha de componentes curriculares a serem cursados e a certificação destas escolhas ao final do percurso formativo trilhado, as orientações sobre o percurso formativo flexível deverão ser registradas na pasta do discente.

O discente com altas habilidades/superdotação poderá ter abreviada a duração dos seus cursos, conforme o artigo 64 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 29/2011. Também poderá cursar componentes curriculares para aprofundamento, no próprio curso ou outro curso de graduação (através de mobilidade acadêmica), incluindo componentes que estejam fora do semestre seriado. A escolha de componentes curriculares deverá considerar, prioritariamente, as habilidades do(a) discente. O discente que optar pelo percurso formativo flexível terá garantida a quebra de pré-requisito.

Para os discentes com déficit cognitivo e discentes com deficiência múltipla poderá ser conferida certificação específica, a partir das habilidades desenvolvidas e aprendizagens construídas com base na avaliação dos pareceres do percurso formativo flexível.

Nesse sentido, a acessibilidade é provida por dispositivos/estratégias de acesso, com a inserção das seguintes adequações:

(a) na introdução/apresentação dos conteúdos: utilização de recursos materiais diversificados; utilização de diferentes formas de apresentação do conteúdo (visual, sonora, tátil, gráfica, lúdica, por experimentação etc.);

(b) apresentação dos conteúdos por meio de recursos de tecnologia assistiva (TA);

(c) complementação de estudos com base em monitoria e/ou trabalho colaborativo em sala de aula (mediação do conhecimento por pares).

Desse modo, o entendimento é o de que um currículo flexível não elimina ou empobrece a oferta de seus conteúdos, mas os tornam acessíveis aos estudantes, de acordo com suas características de desenvolvimento pessoal e acadêmico. Do mesmo modo, evita-se a introdução de conteúdos meramente individualizados, tendo como referência uma simples diferenciação curricular. Para efetivar o acesso aos conteúdos, há coerência entre a metodologia, o uso de tecnologias da informação e comunicação e das tecnologias assistivas, elementos essenciais para a acessibilidade ao currículo que, por sua vez, extrapola a noção de um simples rol de conteúdos.

De acordo com os pressupostos do PDI 2019-2023, a UNIPAMPA reafirma o compromisso com a inclusão social e com o reconhecimento da diversidade como direito e como fonte de enriquecimento das experiências a serem vivenciadas através do currículo. As metodologias ativas de construção do conhecimento possibilitam essa construção e têm como base as premissas fundamentais da acessibilidade pedagógica e atitudinal, que pressupõe as diferentes formas de acessar, construir, vivenciar e expressar o conhecimento.

Além das pessoas que não enxergam, não ouvem ou que possuem uma deficiência física ou intelectual, para as quais o acesso aos espaços físicos e à informação se dá de diferentes formas, também há pessoas que, aparentemente, não possuem nenhuma deficiência, mas que se beneficiam de formas alternativas de abordagem do conhecimento acadêmico. Portanto, busca-se configurar uma metodologia que seja suficientemente flexível para atingir a todos.

A UNIPAMPA tem como compromisso a inclusão educacional de seus estudantes materializada pelo trabalho do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA).

Esse trabalho é realizado de modo transversal, intersetorial e multidisciplinar na Universidade, alcançando de modo ramificado todas as unidades acadêmicas, setores da Reitoria e Pró-Reitorias. Para tanto, além do grupo de servidores próprio do NInA/Reitoria, o Núcleo conta com uma rede de servidores (Interfaces NInA) para área da inclusão e acessibilidade nos dez campi, os quais atuam como facilitadores/mediadores no processo de articulação entre as demandas existentes no campus e o NInA.

O NInA é o setor responsável pela articulação de ações visando ao desenvolvimento e execução das políticas de inclusão e acessibilidade na UNIPAMPA. São ações variadas, conforme as áreas da acessibilidade e políticas internas, a saber:

(a) formação continuada de docentes e técnico-administrativos em educação;

(b) orientação, cooperação e planejamento junto aos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDE) em cada campus;

(c) aquisição de recursos de acessibilidade;

(d) realização de levantamentos de dados e acompanhamento pedagógico dos alunos com deficiência na instituição (AEE – atendimento educacional especializado);

(e) fomento e planejamento da acessibilidade arquitetônica e da infraestrutura, na comunicação e informação, nos projetos pedagógicos dos cursos, em materiais pedagógicos e recursos de apoio à aprendizagem, entre outras ações.

A política de apoio ao estudante é efetivada por meio dos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDE). Esse setor é constituído por técnico-administrativos de apoio pedagógico e da assistência estudantil, que efetivam a operacionalização das ações de atendimento educacional especializado e

acompanhamento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Dentre as ações de apoio realizadas aos estudantes, destacam-se:

(a) programa de monitores/tutores NInA-NuDE, de periodicidade anual;

(b) ações de atendimento educacional especializado: conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas: I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

Assim, o apoio ao discente tem como meta eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.

2.5.4 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino e aprendizagem

No Curso, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) são utilizadas como aliadas ao processo de ensino-aprendizagem. Assim, as plataformas e as ferramentas disponíveis, como a plataforma *Moodle*, as ferramentas do *Google For Education* e ferramentas de outras mídias sociais, servem tanto como arquivo para os conteúdos trabalhados nos componentes curriculares quanto como meio para a realização de atividades *on-line*, sendo apropriadas por docentes e discentes para a realização de exercícios de leitura e produção de textos até a elaboração de campanhas e eventos.

2.5.4.1 Outros recursos didáticos (obrigatório para cursos EaD ou cursos presenciais com oferta de carga horária EaD)

Conforme mencionado no item anterior, o Curso utiliza as Tecnologias de Informação e Comunicação como aliadas ao processo de ensino-aprendizagem.

No que se refere especificamente à oferta de carga horária EaD, os materiais didáticos (como artigos científicos, apresentações em slides, roteiros, mapas mentais, vídeoaulas, documentários, podcasts) compartilhados e/ou elaborados pelos docentes são disponibilizados aos discentes através de plataformas como Moodle, Google Drive e Google Classroom, as quais os discentes possuem acesso através de seu e-mail institucional, bem como os docentes utilizam e-books disponíveis na Plataforma Minha Biblioteca através do Pergamum, “a qual possui um amplo acervo multidisciplinar com aproximadamente 8.000 livros, composto pelos Grupos Grupa A, Gen, Atlas, Manole e Saraiva, que compreende obras das diversas áreas do conhecimento em português.”²⁰. Além disso, para a realização de exercícios e atividades práticas, como produção de postagens para mídias sociais, produção de textos verbais, visuais e sonoros, pesquisas on-line. os discentes apropriam-se de diferentes ferramentas on-line de uso gratuito, como Canva²¹, Anchor²², Google Documentos, Google Apresentações, Google Formulários.

A elaboração e/ou a disponibilização dos materiais didáticos, assim como a produção de atividades práticas e exercícios pelos discentes, também preza pelo uso de recursos educacionais abertos, seguindo a Resolução CNE/CES 01/2016. Dessa forma, busca-se conscientizar os discentes a respeito das licenças Creative Commons, dos Direitos Autorais e da correta utilização de textos, imagens e músicas disponíveis on-line, incentivando o uso de licenças abertas que tornam possível reusar, recombinar, remixar, redistribuir e reter. Tal como afirmam Furniel, Mendonça e Silva (s.d., on-line, p. 07) no *Guia Recursos Educacionais Abertos*:

O conceito de REA surgiu com grande potencial para apoiar a transformação da educação. Ao mesmo tempo em que o seu valor educativo está sedimentado na ideia de utilização de recursos como método de comunicação integral do currículo de cursos didáticos (ou seja, aprendizado baseado em recursos), seu poder transformador é proveniente da facilidade com que tais recursos, quando digitalizados, podem ser compartilhados

²⁰ Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/ead/biblioteca-digital/>. Acesso em 21 jul. 2022.

²¹ <https://www.canva.com/>.

²² <https://anchor.fm/>.

por meio da Internet. É importante notar que existe apenas uma diferença fundamental entre os REA e todos os outros recursos educacionais: sua licença. Portanto, um REA é simplesmente um recurso educacional acompanhado de uma licença que facilita a sua reutilização, e possivelmente adaptação, sem a necessidade de pedir permissão ao detentor dos direitos autorais.

Além disso, o material didático disponibilizado aos discentes é produzido conforme orientações da Equipe Multidisciplinar Institucional²³ (Instituída pela Portaria nº 1688, de 25 novembro de 2021), as quais podem ser consultadas no *Guia Orientações para EaD no Ensino Presencial* (2019), principalmente nas seções dedicadas ao *Planejamento e seleção dos recursos tecnológicos* e à *Dimensão prática de atividades na modalidade a distância*, as quais possuem o objetivo de, respectivamente,

[apresentar] seis questões que norteiam o planejamento de uma atividade a distância, no ensino presencial: ‘A quem ensinar?’; ‘Por que ensinar?’; ‘O que ensinar?’; ‘Como ensinar?’; ‘Que recursos usar?’; ‘Esse modo de ensinar propicia uma nova forma de aprender?’. [...] guiar o docente no planejamento de atividades, via plataforma Moodle, tais como o acesso ao ambiente, à edição de perfil e ao uso de ferramentas para a organização das aulas e das atividades. Além disso, essa seção visa destacar a importância sobre os Recursos Educacionais Abertos e a produção de objetos de aprendizagem. Por fim, apresentam-se orientações sobre vídeos, podcasts, webquests, blogs, redes sociais, livros digitais e google acadêmico. (DED, 2019, p. 05-06)

Assim, a DED “configura-se uma rede de apoio às atividades e cursos oferecidos na modalidade EaD” e “presta suporte pedagógico e técnico aos docentes dos cursos presenciais em ações a distância” (DED, 2019, p. 45). O que possibilita o desenvolvimento pleno da formação discente do curso, considerando não apenas a abrangência, o aprofundamento e a coerência teórica, mas também a acessibilidade metodológica e instrumental e a adequação da bibliografia às

²³ <https://sites.unipampa.edu.br/ead/>.

exigências da formação, bem como apresentando materiais com linguagem inclusiva e acessível e usando recursos inovadores.

Ou seja, os docentes do curso contam com o suporte da Equipe Multidisciplinar Institucional, que é responsável pela elaboração de estratégias que garantam a acessibilidade comunicacional, disponibilização de materiais por diferentes mídias, suportes e linguagens, e apoio à produção de material autoral pelo corpo docente. Equipe que é também responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e recursos educacionais para a educação a distância, com plano de ação e processo de trabalho registrados e documentados.

2.6 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A interdisciplinaridade é um dos elementos integradores do processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, a avaliação constitui-se como instrumento integrador das potencialidades inerentes de cada componente curricular da matriz curricular. A prática da interdisciplinaridade no ensino-aprendizagem, articulada com a avaliação, é efetivada através do desenvolvimento conjunto de componentes curriculares, projetos de extensão e de pesquisa. Como exemplo, componentes curriculares com potencialidades para a produção técnica poderão se integrar aos componentes teóricos através do ensino-aprendizagem e de um processo avaliativo articulador, que potencializa novas práticas de produção de conhecimento relacional, dinâmico e transformador.

A avaliação é concebida no curso como parte indissociável do processo educativo. Ela possui um caráter diagnóstico, processual, cumulativo e formativo, pautado em um trabalho constante de ação e reflexão, por parte dos docentes, dos avanços alcançados pelos discentes em sua formação técnico-científica e pedagógica. A avaliação da aprendizagem, conforme a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, pode ser adotada com vistas à promoção, aceleração de estudos e classificação, e deve ser desenvolvida refletindo a proposta expressa em seu projeto político-pedagógico. Importante observar que a avaliação da aprendizagem deve assumir caráter educativo, viabilizando, especialmente ao discente, a condição de analisar seu

percurso e, ao docente, identificar dificuldades e potencialidades individuais e coletivas.

O trabalho integrado busca melhorias na qualidade do ensino, na medida em que passa a ser instrumento capaz de articular a aprendizagem e o processo avaliativo num espaço interdisciplinar. A relação interdisciplinar fomenta práticas pedagógicas teórico-práticas - capazes de absorver os diversos conhecimentos e demais aspectos do contexto do discente, bem como garantir o cumprimento dos objetivos e metas a serem atingidos pelo componente curricular em desenvolvimento. Nessa perspectiva, o instrumento avaliativo se dá na processualidade do componente curricular, levando em consideração desde as intervenções reflexivas do estudante, passando pelos exercícios propostos pelo docente, por provas dissertativas, até a produção de artigos científicos, que aliam as reflexões teóricas com os procedimentos empíricos. Sendo assim, essa prática avaliativa produz desenvolvimento gradual do estudante numa metodologia de ensino que se centra na aprendizagem do estudante.

Sobre isso, vale ressaltar também que a Comissão de Curso acompanha tanto o rendimento dos componentes curriculares ministrados pelos docentes quanto a aprendizagem dos discentes, a partir de instrumentos avaliativos específicos, por exemplo, questionário aplicado aos discentes, sendo que esse material é sistematizado e divulgado para a comunidade acadêmica.

Esse método visa melhorar as condições avaliativas nos componentes curriculares ministrados pelos docentes do curso de Relações Públicas, pois o acompanhamento avaliativo periódico, orientado por uma metodologia de ensino-aprendizagem e de avaliação voltadas para a interdisciplinaridade, busca contextualizar as experiências do educador numa constante relação entre a teórica e a prática. Por esse caminho, o desenvolvimento do espírito crítico e científico do discente é orientado por práticas pedagógicas que estimulem a leitura, a escrita, induzindo-os a produzir conhecimento a partir dessa relação entre teoria e prática.

Visando a formação crítica aliada à formação profissional do egresso, o processo de ensino-aprendizagem e avaliação enaltece a prática reflexiva sobre as experiências individuais de cada discente, juntamente com abordagens teóricas

que possam conduzi-lo a práticas colaborativas e dialógicas entre docente, comunidade acadêmica e sociedade local e regional, sem perder a noção do todo.

Dessa forma, considera-se que listas de exercícios, estudos de caso, grupos de estudos, seminários, atendimentos pessoais, oficinas de aprendizagem, atividades de monitorias, provas, produção de resenhas, artigos e ensaios são instrumentos metodológicos de ensino-aprendizagem e avaliação indispensáveis para a concretização da qualidade da educação profissional. Instrumentos avaliativos esses que também requerem uma postura cidadã, pois prezam pela troca de saberes entre discentes e o corpo docente do curso de Relações Públicas.

A concepção de avaliação promovida pelo curso de Relações Públicas é de processo, por isso, as aulas expositivas são acompanhadas pela prática de seminários, que são previamente organizados a partir de leituras, pesquisas bibliográficas e demais conteúdos pedagógicos. Os debates e as discussões também compõem o instrumental metodológico, que é acionado no intuito de facilitar a participação crítica e criativa de todos os discentes. Durante as aulas expositivas, a produção textual, através de gêneros textuais diversos, é um elemento indispensável a ser praticado, tendo em vista as habilidades requeridas pelo profissional de Relações Públicas. Ainda compõe esse cenário a leitura individual e/ou coletiva que, além de estimular a reflexão individual, também é ação metodológica essencial para o despertar da opinião pública, da crítica e da colaboração dialógica entre os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e avaliação.

A leitura bibliográfica - previamente requerida pelos respectivos planos de aula – é um instrumento metodológico essencial para avançar no processo avaliativo. Isso porque a leitura de conteúdos escritos, como artigos, capítulos de livro, revistas, jornais, livros entre outros, é fundamental para o estímulo da criatividade comunicacional do discente, tanto no que diz respeito às habilidades interpessoais, quanto no que se refere ao contato com outros suportes, especialmente com as mídias digitais. Essas leituras são avaliadas a partir das intervenções dos estudantes em sala de aula, momento em que relacionam o conteúdo estudado com as experiências vivenciadas no cotidiano, isto é, quando conseguem estabelecer relações com outras situações. Outro modo de avaliar

essas diversas leituras está na promoção de atividades que aliem textos científicos e a prática cotidiana.

O estímulo a um posicionamento crítico do discente é operacionalizado através da inter-relação teoria e prática, sobretudo, a partir da utilização de instrumentos metodológicos que possibilitem a aproximação da literatura pesquisada com o cotidiano presente. A problematização de casos/problemas relativos à temática do componente curricular em questão é efetivada quando o discente identifica a relação entre o teórico e o prático. Isto é possível na medida em que o discente transpõe para a prática a utilização meramente instrumental ou figurativa da metodologia empregada. Nesse sentido, também é motivo de avaliação os seminários apresentados pelos alunos. Essa prática de ler, pesquisar e expor o conteúdo aos demais colegas possibilita três dimensões: verificar a compreensão dos argumentos dos teóricos, ter capacidade de síntese e ser capaz de transmitir o conteúdo de modo claro e convincente.

Outra prática de ensino-aprendizagem e avaliação é a elaboração de resenhas críticas a partir da bibliografia da temática em questão. A resenha é um espaço para a exposição crítica do discente, que poderá emitir juízo, posicionar-se sobre teorias, autores e, posteriormente, reutilizar o respectivo conteúdo para avaliações. A escrita de artigos científicos é outro recurso pedagógico viável para o ensino-aprendizagem e avaliação. Esta prática pedagógica é um importante instrumento para a produção de conteúdo acadêmico, que possibilitará a participação do discente em eventos, seminários e demais espaços de discussão científica. A prática da escrita de artigos permite a revisão de teorias, bem como a operacionalização de conceitos e a articulação de autores.

A aplicação de provas ou de avaliação escrita é outro possível instrumento de ensino-aprendizagem e avaliação. No entanto, é aconselhado o uso desse instrumento associado a outras formas de avaliação no decorrer do componente curricular. Trata-se, portanto, de uma forma de ensino-aprendizagem e avaliação complementar aos demais recursos possíveis. Nos componentes curriculares práticos, que envolvem o manuseio de tecnologias e ferramentas, a metodologia de ensino-aprendizagem e avaliação é efetivada com a elaboração de campanhas, eventos, projetos e outros suportes de comunicação e cultura. A formação de

bancas por docentes e discentes também é um instrumento de ensino-aprendizagem e avaliação utilizado durante a elaboração desses produtos. As bancas podem ocorrer durante e ao final dos projetos e atendem aos quesitos avaliativos previamente definidos pelos integrantes.

As atividades de ensino-aprendizagem e avaliação são desenvolvidas no Curso de Relações Públicas de acordo com os Planos de Ensino elaborados pelo docente responsável.

Conforme a Resolução das Normas Acadêmicas de Graduação da UNIPAMPA, as notas atribuídas aos resultados obtidos pelos discentes em suas produções seguem uma escala numérica crescente de 0 (zero) a 10 (dez). O discente obtém aprovação no componente curricular quando atende dois requisitos: frequência de 75% (setenta e cinco por cento) na carga horária do componente curricular e nota final igual ou maior que 6 (seis) (artigo 59, §5º e §6º). As atividades de recuperação são asseguradas ao discente e promovidas ao longo do desenvolvimento do componente curricular.

A recuperação das atividades de ensino-aprendizagem é realizada em uma perspectiva de avaliação continuada e diagnóstica. Essas atividades devem ser oferecidas ao longo do semestre, conforme o respectivo plano de ensino. Reserva-se ao professor o direito de definir quais as atividades de recuperação que serão adotadas, bem como o tempo previsto para a execução das mesmas.

Serão consideradas atividades de recuperação de ensino, conforme as Normas acadêmicas de graduação vigente (UNIPAMPA, 2011), além das atividades de recuperação descritas no respectivo Plano de Ensino, ressalvado ao docente o direito do planejamento dessas atividades, lembrando que a relação que segue também compõe o processo avaliativo durante cada semestre letivo, isto é, fazem parte dos instrumentos de avaliação dos componentes curriculares ministrados no curso:

- I – Listas de exercícios;
- II – Estudos de caso;
- III – Grupos de estudos;

- IV – Seminários;
- V – Atendimentos pessoais;
- VI – Oficinas de aprendizagem;
- VII – Atividades de monitorias;
- VIII – Provas.

A avaliação emancipatória como eixo reafirma a opção por práticas democráticas em todas as instâncias das políticas educacionais. A universidade é o espaço privilegiado para a aprendizagem dessas práticas, uma vez que tem o compromisso com o desenvolvimento de capacidades e habilidades humanas para a participação social e cidadã de seus alunos. Práticas e decisões democráticas se legitimam na participação e se qualificam na reunião de iguais e diferentes, na organização de coletivos, na intermediação e superação de conflitos e na convivência com o contraditório. Nessa perspectiva, a avaliação emancipatória insere-se no processo educacional como o eixo fundamental do processo de aprendizagem, não somente porque parte da realidade, ou porque sinaliza os avanços do aluno em suas aprendizagens, como também aponta no seu processo os meios para superação das dificuldades, mas, especialmente, porque se traduz na melhor oportunidade de refletir e rever as práticas na educação.

2.7 APOIO AO DISCENTE

No Plano de Desenvolvimento Institucional é descrita a Política de Assistência Estudantil e Comunitária, considerada de extrema importância por viabilizar o acesso ao Ensino Superior Público Federal por promover a permanência e a conclusão de curso pelos acadêmicos, a formação ampla e qualificada, bem como por combater as desigualdades sociais e regionais e a retenção. As políticas desenvolvidas na UNIPAMPA são baseadas no que foi estabelecido pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil do MEC (PNAES - Decreto nº 7.234/2010), pelo Plano de Desenvolvimento Institucional e pelas demais legislações pertinentes. Entre os programas e ações de assistência estudantil, estão: plano de permanência composto pelo Programa de Alimentação Subsidiada, Programa de Moradia Estudantil, Programa de Apoio ao Transporte e Programa de Auxílio Creche,

programa de apoio à instalação estudantil, Programa de Desenvolvimento Acadêmico, programa de apoio à participação discente em eventos, e programa de ações afirmativas.

Cada câmpus conta com o Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE), formado por uma equipe multiprofissional constituída por Pedagogo, Psicólogo, Assistente Social e Técnico em Assuntos Educacionais, a fim de garantir a execução e articulação das ações de acessibilidade e inclusão, das atividades de cultura, lazer e esporte, das ações de acompanhamento aos cotistas, das políticas de ações afirmativas e dos demais projetos. Quanto à Política de Acessibilidade e Inclusão da Universidade, esta é fomentada e articulada institucionalmente, de forma transversal, por meio do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA), vinculado à Assessoria de Diversidade, Ações Afirmativas e Inclusão. É papel do NInA, em articulação com as demais unidades da universidade, “eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (Decreto nº 7.691/2011). A UNIPAMPA tem como documento norteador as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Formativos Flexíveis (Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 328/2021) e a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 240/2019, que, no art. 5º prevê a dilatação do tempo máximo de integralização curricular para alunos com deficiência.

2.8 GESTÃO DO CURSO A PARTIR DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação institucional, promovida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado permanente que tem como atribuição o planejamento e a condução dos processos de avaliação interna. A Comissão organiza-se em Comitês Locais de Avaliação (CLA), sediados nos *campi* e compostos pelos segmentos da comunidade acadêmica – um docente, um técnico-administrativo em educação, um discente e um representante da comunidade externa –, e em uma Comissão Central de Avaliação (CCA) que, além de reunir de forma paritária os membros dos CLAs,

agrega os representantes das Comissões Superiores de Ensino, Pesquisa e Extensão. São avaliadas as seguintes dimensões: a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); a política de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação; a responsabilidade social; a comunicação com a sociedade; políticas de pessoal (carreira, remuneração, desenvolvimento e condições); organização e gestão; infraestrutura física, de ensino, de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação; planejamento e avaliação: especialmente os processos e resultados da autoavaliação institucional; políticas de atendimento aos estudantes; sustentabilidade financeira (BRASIL, 2017a). As temáticas da EaD e da inclusão de pessoas com deficiência perpassam transversalmente essas áreas.

Inclui-se, ainda, o Programa de Acompanhamento de Egressos (PAE), regulamentado pela Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 294, de 30 de novembro de 2020, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Este programa, em atividade desde 2016, tem por objetivo avaliar o desempenho dos cursos de graduação e de pós; estabelecer políticas institucionais de formação continuada no âmbito da pós-graduação, contribuindo para o planejamento e a melhoria dos cursos; orientar a oferta de novos cursos; e divulgar ações institucionais para os egressos da UNIPAMPA. Cabe aos docentes da Comissão de Curso divulgar a política de acompanhamento de egressos aos alunos, principalmente aos formandos.

Através da comunicação com os egressos, metas poderão ser traçadas para resolver problemas relativos à formação oferecida; isso, conseqüentemente, refletirá na comunidade acadêmica, na matriz curricular e na atividade dos professores. Após o recebimento dos relatórios, cabe ao NDE utilizar os resultados para análise e reflexão acerca das condições e percepções dos egressos, como um importante instrumento de debate sobre os indicadores de sucesso ou fragilidades no curso e quais novas ações poderão ser planejadas, com registro dos encaminhamentos, as ações e tomadas de decisões. Também, os docentes poderão refletir sobre o currículo, analisando se o perfil do egresso exposto no PPC condiz com a prática que os ex-alunos vivenciaram. O resultado das avaliações externas é utilizado para o aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com

evidências da divulgação dos resultados à comunidade acadêmica e registro do processo de autoavaliação periódica do curso.

O papel do docente é fundamental, ainda, para que se estabeleça um processo de sensibilização dos alunos sobre a importância de contribuírem com a avaliação da instituição. É importante que eles compreendam a importância de suas constatações e opiniões, não somente enquanto estudantes, mas que saibam, previamente, da importância que terão também enquanto cidadãos formados pela Instituição. Logo, é preciso sensibilizá-los desde o início de seu percurso na Universidade para que contribuam na vida institucional, sejam participativos e críticos com a sua autoavaliação, de modo que esta sirva de base para questionamentos e reflexões sobre o processo.

Ainda, em relação ao processo de autoavaliação, os docentes devem considerar os resultados da avaliação do desempenho didático realizada pelo discente (conforme a Resolução CONSUNI 80/2014), tendo em vista a qualificação da prática docente.

No curso de Relações Públicas há uma preocupação constante com o egresso. Foi um dos primeiros cursos da instituição a criar ainda em 2013 um programa específico para este público. Inicialmente, era no site do curso - denominado de Espaço do Egresso. Atualmente é uma fan page (<https://www.facebook.com/portaldoeGRESSOderp>). Neste meio de comunicação, são veiculadas vagas para a área semanalmente, em concursos, trainees, vagas freelancer, entre outros. Além disto - são divulgados eventos na área, bem como são divulgadas informações sobre cursos de Pós-Graduação na área. Além disto, os egressos são convidados constantemente para participarem de disciplinas como convidados. Pesquisas também já foram realizadas com os egressos para saber de sua área de atuação e habilidades e competências atualmente solicitadas no mundo do trabalho. E estas servem de subsídio ao NDE para repensar reformulações na matriz curricular.

O curso realiza semestralmente também uma avaliação discente própria. Desde 2019 - o resumo com os principais resultados são veiculados em link no site institucional, através do link:

(<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/relacoespublicas/autoavaliacao-do-curso>).

O questionário é sempre apresentado para a comissão de curso. Com a aprovação, a aplicação conta com divulgação nas mídias do curso. Os resultados completos também são compartilhados com todos os docentes e representação discente do curso. Novos formatos de pesquisa são pensados para novos e diferentes cenários, como em 2020 - em função do ensino remoto emergencial.

3 EMENTÁRIO

O Ementário é a referência para elaboração do Plano de Ensino. São considerados campos fixos: identificação do componente; carga horária; ementa; objetivo geral; referências bibliográficas básicas e referências bibliográficas complementares (de acordo com as normas da ABNT).

1º Semestre

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Leitura e produção textual
- ♣ Carga horária total: 75
- ♣ Carga horária teórica: 30
- ♣ Carga horária prática EaD: 15
- ♣ Carga horária Prática: 30
- ♣ Carga horária de Extensão: 0

EMENTA

Estudo dos mecanismos de construção textual (coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade). Leitura, interpretação e produção de gêneros textuais simples e complexos (orais e escritos). Aspectos de gramática, norma culta e variação linguística aplicados à produção textual. Argumentação, persuasão e produção de efeitos de sentido.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Tornar o discente multiletrado nas dimensões da leitura, da interpretação e da produção de textos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Compreender os mecanismos de construção textual, focando na produção da textualidade;

- ♣ Desenvolver competências linguístico-discursivas a partir da leitura, interpretação e produção de gêneros textuais simples e complexos;
- ♣ Utilizar diferentes estratégias discursivas na produção de textos, enfocando aspectos gramaticais, linguísticos e discursivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRASILEIRO, Ada M. M. **Leitura e produção textual** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Penso, 2016.

KOCH, Ingedore Villaça e ELIAS, Vanda M. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

FIORIN, José L.; SAVIOLI, Francisco P. **Para entender o texto: leitura e redação**. 16. ed. São Paulo: Ática, 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CUNHA, Celso e CINTRA. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristóvão. **Prática de texto: para estudantes universitários**. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FÁVERO, Leonor L. **Coesão e coerência textuais**. 11. ed. São Paulo: Ática, 2009.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**. 26. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

KOCH, Ingedore G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Sociologia da comunicação
- ♣ Carga horária total: 75
- ♣ Carga horária teórica: 45
- ♣ Carga horária prática EaD: 15
- ♣ Carga horária Prática: 15

♣ Carga horária de Extensão: 0

EMENTA

As percepções sociológicas clássicas e contemporâneas e suas implicações na comunicação. A compreensão de sociedade, de comunidade e a presença da cultura midiática no campo social, compreendendo a complexidade das tecnologias de comunicação e seus impactos sobre as formas de sociabilidade.

OBJETIVO GERAL

♣ Desenvolver capacidade reflexiva sobre os processos sociais e a relação com a comunicação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

♣ Compreender as transformações da vida social relacionadas às tecnologias de comunicação;

♣ Refletir sobre a formação humanística, crítica e ampla em relação à realidade social;

♣ Perceber a diversidade das formas da vida social em sua dimensão histórica e cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. Recurso online.

CASTRO, Celso. **Textos básicos de sociologia**: de Karl Marx a Zygmunt Bauman. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Ebook.

MARX, Karl. **O capital**. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018. Ebook.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BAUMAN, Zygmunt. **A arte da Vida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. Ebook.

BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. Recurso online.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século xx: o espírito do tempo - 1: neurose**. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2011.

OUTHWAITE, William. **Teoria social: um guia para entender a sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro Zahar 2017. Recurso online.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, DF: UnB, 2009.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Cultura, sociedade e responsabilidade socioambiental
- ♣ Carga horária total: 75
- ♣ Carga horária teórica: 45
- ♣ Carga horária prática EaD: 15
- ♣ Carga horária Prática: 15
- ♣ Carga horária de Extensão: 0

EMENTA

As noções de cultura. Contextos socioculturais. Desenvolvimento econômico e conservação ambiental. Desenvolvimento regional e sustentabilidade.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Refletir sobre questões relacionadas ao desenvolvimento social, cultural e econômico e a conservação ambiental.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Compreender as concepções de cultura;
- ♣ Discutir sobre os principais desafios para o desenvolvimento regional em uma sociedade globalizada;
- ♣ Identificar os desafios da conciliação entre o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. Ebook.

JULIEN, Pierre-André. **Empreendedorismo regional e economia do conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2010. Ebook.

MARIOTTI, Humberto de Oliveira. **Complexidade e sustentabilidade: o que se pode e o que não se pode fazer**. São Paulo: Atlas, 2013. Ebook.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BAUMAN, Zygmunt. **Danos colaterais: desigualdades sociais numa era global**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. Ebook.

GRUSZYNSKI, Ana Claudia (org.). **Comunicação e práticas culturais**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

IBRAHIN, Francini Imene Dias. **Educação ambiental: estudo dos problemas, ações e instrumentos para o desenvolvimento da sociedade**. São Paulo: Erica, 2014. Ebook.

MIKLOS, Jorge. **Cultura e desenvolvimento local: ética e comunicação comunitária**. São Paulo: Erica, 2014. Ebook.

SANTOS, Fernando de Almeida. **Ética empresarial: política de responsabilidade social em cinco dimensões: sustentabilidade, respeito à multiculturalidade, aprendizado contínuo, inovação, governança corporativa**. São Paulo: Atlas, 2014. Ebook.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Fundamentos de relações públicas
- ♣ Carga horária total: 75

- ♣ Carga horária teórica: 45
- ♣ Carga horária prática EaD: 15
- ♣ Carga horária Prática: 15
- ♣ Carga horária de Extensão: 0

EMENTA

O processo histórico das Relações Públicas, definição, formação e função atual dos profissionais. Contextualização das atividades profissionais no âmbito das organizações.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Proporcionar ao discente a compreender o surgimento das Relações Públicas, associando princípios e técnicas da prática profissional a referenciais teóricos do pensamento moderno e contemporâneo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ conhecer o desenvolvimento histórico das Relações Públicas;
- ♣ compreender o que é a atividade de Relações Públicas e suas funções básicas e específicas;
- ♣ abordagem crítica das Relações Públicas como atividade mediadora de conflitos comunicacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CESCA, Cleuza Gimenes. **Relações Públicas e suas interfaces**. São Paulo: Summus, 2006.

FORTES, Waldyr Gutierrez. **Relações Públicas: processo, funções, tecnologia e estratégias**. 3 ed. São Paulo: Summus, 2003.

PERUZZO, Cicilia K. Peruzzo. **Relações Públicas no Modo de Produção Capitalista**. 2ed. São Paulo: Summus, 1986.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

FREITAS, Ricardo F. e LUCAS, Luciane. **Desafios contemporâneos em comunicação**: perspectivas de relações públicas. São Paulo: Summus, 2002.

KUNSCH, Margarida (org.). **Relações Públicas**: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas. São Paulo: Saraiva, 2009.

NEVES, Roberto de Castro. **Comunicação Empresarial Integrada**: como gerenciar imagem, questões públicas, comunicação simbólica e crises empresariais. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

PINHO, J. B. **Comunicação nas Organizações**. Viçosa. Ed: UFV, 2006.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações Públicas**: Função Política. 3 ed. São Paulo: Summus, 1995.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: Psicologia social organizacional

♣ Carga horária total: 75

♣ Carga horária teórica: 30

♣ Carga horária prática EaD: 15

♣ Carga horária Prática: 30

♣ Carga horária de Extensão: 0

EMENTA

Psicologia e suas principais teorias. Psicologia nas organizações de trabalho. Cultura, clima e comportamento organizacional. Processos humanos nas organizações. A Gestão de pessoas nas organizações. Fundamentos do comportamento individual no trabalho; compreensão pessoal e do outro. O desenvolvimento de competências. Relações Humanas e técnicas de dinâmicas de grupo.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Proporcionar aos acadêmicos do curso de Relações Públicas noções básicas de Psicologia organizacional e do trabalho, favorecendo o aperfeiçoamento pessoal e profissional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Compreender a Psicologia Organizacional e do Trabalho, sensibilizando o aluno para um posicionamento crítico e reflexivo do papel do indivíduo numa sociedade voltada para o mundo do trabalho;
- ♣ Desenvolver habilidades de relacionamento, despertando o interesse pelo aprimoramento pessoal e profissional que contribua para o exercício da profissão, através de discussões de temas envolvendo relações humanas, competência emocional, e comunicação;
- ♣ Apresentar a importância dos processos de gestão de pessoas, relacionando-os como fatores de proteção da saúde mental do trabalhador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BOCK, Ana, FURTADO, Odair, TEIXEIRA, Maria de Lurdes. **Psicologias**. São Paulo: Saraiva, 2008.

FIORELLI, José Osmir. **Psicologia para administradores integrando teoria e prática**. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.

FRANÇA, Ana Cristina Limongi. **Práticas de Recursos Humanos**. PRH conceitos, ferramentas e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ASTRO, Luciana. **Psicologia organizacional**. 2. Rio de Janeiro: Método, 2015.

BANOV, Márcia Regina. **Psicologia no gerenciamento de pessoas**. São Paulo: Atlas, 2015.

FRANÇA, Ana Cristina Limongi. **Stress e trabalho uma abordagem psicossomática**. São Paulo: Atlas, 2005.

NEWSTROM, John W. **Comportamento organizacional o comportamento humano no trabalho**. Porto Alegre: AMGH, 2008.

MORAES, Márcia Vilma Gonçalves. **Treinamento e desenvolvimento: educação corporativa para as áreas de saúde, segurança do trabalho e recursos humanos**. São Paulo: Erica, 2011.

2º Semestre

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Escrita criativa
- ♣ Carga horária total: 75
- ♣ Carga horária teórica: 30
- ♣ Carga horária prática EaD: 15
- ♣ Carga horária Prática: 30
- ♣ Carga horária de Extensão: 0

EMENTA

Ampliação do repertório social, cultural e artístico. Leitura, interpretação, discussão e escrita de textos literários e não literários.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Trabalhar desde a leitura até a produção de textos que despertem a capacidade criativa dos discentes.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Compreender as características do texto criativo;
- ♣ Desenvolver um olhar leitor sensível e crítico para textos de diferentes linguagens;
- ♣ Produzir diferentes textos, como contos, crônicas, história em quadrinhos, tirinhas, charges, peças de teatro, documentários e curta-metragens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CARRASCOZA, João A. **Razão e sensibilidade no texto publicitário**: como são feitos os anúncios que contam histórias. 2. ed. São Paulo, SP: Futura, 2007.

PREDEBON, José. **Criatividade hoje**: como se pratica, aprende e ensina. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

VIEIRA, Stalimir. **Raciocínio criativo na publicidade**. 5. ed. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2003.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2004.

CIGLIONI JUNIOR, Waldemar. **Deu branco**: criatividade e redação publicitária. São Paulo, SP: Alínea, 2009.

PREDEBON, José. **Criatividade**: abrindo o lado inovador da mente. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2006.

RIBEIRO, Lilian V. R.; AGUADED, Ignacio; PEDREIRA, Mari C. C. Criatividade: educação e escrita criativa. **Revista de Educação ANEC**, [S. l.], v. 46, n. 159, p. 53-78, 2019. Disponível em: <http://revistas.anec.org.br/index.php/revistaeducacao/article/view/252>. Acesso em: 8 out. 2020.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Teorias da comunicação
- ♣ Carga horária total: 75

- ♣ Carga horária teórica: 45
- ♣ Carga horária prática EaD: 15
- ♣ Carga horária Prática: 15
- ♣ Carga horária de Extensão: 0

EMENTA

Análise e pesquisa dos fundamentos da comunicação social e modelos comunicacionais correntes. Análise dos fenômenos da comunicação social. Relação da teoria da comunicação social com os aspectos vivenciais práticos da comunicação humana.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Compreender a história das teorias da comunicação no desenvolvimento da sociedade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Estimular o senso crítico-reflexivo e a capacidade de desenvolvimento de pesquisas científicas a partir dos pressupostos teóricos da comunicação;
- ♣ Estudar as abordagens das teorias da comunicação a partir da construção histórica;
- ♣ Compreender as interfaces e diferenças entre as teorias da comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das Teorias da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2009.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

FRANÇA, Vera V. **Curso básico de teorias da comunicação**. São Paulo: Autêntica 2017.

MEUNIER, Jean Pierre. PERAYA, Daniel. **Introdução às teorias da comunicação**. Petrópolis, Vozes, 2008.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo - 1 neurose**. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2011.

POLISTCHUCK, Ilana; TRINTA, Aluizio R. **Teorias da Comunicação: o pensamento e a prática da comunicação social**. Rio de Janeiro: São Paulo: Edicon, 2003.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de Comunicação de massa**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: Linguagem e estética visual

♣ Carga horária total: 75

♣ Carga horária teórica: 45

♣ Carga horária prática EaD: 15

♣ Carga horária Prática: 15

♣ Carga horária de Extensão: 0

EMENTA

Fotografia, câmera e a construção da imagem. Fotografia como meio de informação. A fotografia na formação da imagem corporativa. Fotografia, registro e memória. Edição de imagens. Direito autoral e uso de imagens (licenças abertas).

OBJETIVO GERAL

♣ Proporcionar ao acadêmico o conhecimento sobre estética e gramática visual direcionadas às Relações Públicas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Compreender os conceitos de arte e estética
- ♣ Capacitar o discente para a prática fotográfica e o trabalho de direção de arte fotográfica;
- ♣ Refletir sobre os usos de imagens para a comunicação;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ADAMS, Ansel. **A câmera**. São Paulo: Editora SENAC, 2006.

ANG, Tom. **Introdução à fotografia digital**. Porto: Civilização: 2005.

KOSSOY, Bóris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ática, 1989.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

COLI, Jorge. **O que é arte**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

FABRIS, Annateresa. **Fotografia: usos e funções no século XIX**. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TRIGO, Thales. **Equipamento fotográfico: teoria e prática**. São Paulo: Ed. SENAC, 1998.

KELBY, Scott. **Fotografia Digital na Prática: volume 2**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Comunicação e cultura digital
- ♣ Carga horária total: 75
- ♣ Carga horária teórica: 45
- ♣ Carga horária prática EaD: 15
- ♣ Carga horária Prática: 15
- ♣ Carga horária de Extensão: 0

EMENTA

Estudo sobre convergência tecnológica e seu impacto nos processos comunicacionais. Abordagem teórica dos seguintes conceitos e seus desdobramentos: cultura digital; cultura da convergência; pós-modernidade; sociedade em rede, dentre outros. Relações Públicas Digitais.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Compreender o impacto da tecnologia nos processos comunicacionais, enfocando o papel do profissional de RP na contemporaneidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Entender os conceitos surgidos pela presença da tecnologia no cotidiano;
- ♣ Discutir sobre as mudanças nos processos comunicacionais e sobre o papel do profissional de Relações Públicas nesse contexto;
- ♣ Formular estratégias comunicacionais compatíveis com o contexto vivido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade.** [recurso eletrônico] Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** 2. ed. São Paulo, SP: Editora 34, 2007.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência.** São Paulo, SP: Aleph, 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

DREYER, Bianca M. **Relações públicas na contemporaneidade: contexto, modelos e estratégias.** São Paulo: Summus, 2017.

LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea.** 5. ed. Porto Alegre, RS: Sulina, 2010.

PRIMO, Alex. **Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, cognição.** 3. ed. Porto Alegre, RS: Sulina, 2011.

SANTAELLA, Lucia. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura.** 4. ed. São Paulo, SP: Paulus, 2010.

TERRA, Carolina Frazon. **Relacionamentos nas mídias sociais** (ou relações públicas digitais): estamos falando da midiatização das relações públicas? **Organicom**, São Paulo, v. 12, n. 22, p. 104-117, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2xTbnky>.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Introdução à pesquisa científica
- ♣ Carga horária total: 75
- ♣ Carga horária teórica: 30
- ♣ Carga horária prática EaD: 15
- ♣ Carga horária Prática: 30
- ♣ Carga horária de Extensão: 0

EMENTA

O conhecimento humano. Tipos de conhecimento: filosófico, teológico, popular e científico. Iniciação às ciências da comunicação. Formatos de trabalhos científicos: ficha, resenha, resumo, artigo, ensaio e monografia. Normas técnicas, de apresentação, formatação de trabalhos científicos.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Desenvolver a capacidade de identificar e compreender as dimensões do conhecimento humano, articulando-as com os processos de construção e aplicação no campo da comunicação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Apresentar a estruturação e a escrita de trabalhos científicos;
- ♣ Discutir as noções do campo das ciências da comunicação;
- ♣ Conhecer as normas técnicas e os formatos de trabalhos científicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Ebook.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: prática de fichamentos, resumos e resenhas**. 13. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. Ebook.

Manual de normatização de trabalhos acadêmicos: conforme normas da ABNT. Cátia Rosana L. de Araújo, Dilva Carvalho Marques (orgs). – 5.ed. - Bagé: Universidade Federal do Pampa, 2019. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/sisbi/files/2019/05/manual-de-normatizacao-de-trabalhos-academicos-5-ed-2019-1305.pdf>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BRAGA, José Luiz. **Constituição do campo da comunicação**. Revista Verso e Reverso, Unisinos, v. 25, n. 58, p. 62-77, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/924>

DEMO, Pedro. **Praticar ciência: metodologias do conhecimento científico**. São Paulo: Saraiva, 2007. Ebook.

FERREIRA, Nelson Toledo. **A construção da pesquisa científica em comunicação** – abordagens múltiplas de um saber específico. Revista de Ciências Humanas, n. 1, 7 dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/3448>

MALDONADO, Alberto Efendy et al. **Metodologias de Pesquisa em Comunicação: olhares, trilhas e processos**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Cartilha sobre plágio acadêmico**. Disponível em: <http://www.noticias.uff.br/arquivos/cartilha-sobre-plagio-academico.pdf>

3º Semestre

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Escrita e oralidade em RP
- ♣ Carga horária total: 75
- ♣ Carga horária teórica: 15

- ♣ Carga horária prática EaD: 15
- ♣ Carga horária Prática: 45
- ♣ Carga horária de Extensão: 0

EMENTA

Trabalho com gêneros textuais escritos e orais da área de Relações Públicas. Criação de portfólio de textos de Relações Públicas.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Capacitar o discente para a produção de gêneros textuais específicos da área de Relações Públicas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Analisar gêneros textuais a fim de identificar as estratégias comunicacionais empregadas;
- ♣ Produzir gêneros textuais escritos e orais da área de Relações Públicas, tais como convite, aviso, ofício, ata, release, e-mail, entrevista, pronunciamentos, notas públicas, quadro radiofônico, spot de rádio, dentre outros;
- ♣ Criar um portfólio de textos de Relações Públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

DUARTE, Jorge (org.) **Assessoria de Imprensa e relacionamento com a Mídia: teoria e técnica** [recurso eletrônico]. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2018.

DINTEL, Felipe. **Como escrever textos técnicos e profissionais: todas as orientações para elaborar relatórios, cartas e documentos eficazes**. Belo Horizonte: Gutenberg, 2011.

GOLD, Miriam. **Redação empresarial** [recurso eletrônico]. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CESCA, Cleuza G. G. **Comunicação dirigida escrita na empresa: teoria e prática**. São Paulo: Summus, 2006.

FRANÇA, Ana S. **Comunicação oral nas empresas**: como falar bem em público [recurso eletrônico]. São Paulo: Atlas, 2015.

MUSBURGER, Robert B.; **Roteiro para mídia eletrônica**: tv, rádio, animação e treinamento corporativo. Rio de Janeiro, Elsevier, 2008.

MEDEIROS, João B. **Como escrever textos**: gêneros e sequências textuais [recurso on-line]. São Paulo: Atlas, 2017.

VIANA, Antônio C. M. **Roteiro de redação**: lendo e argumentando. São Paulo: Scipione, 2010.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Teorias e processos de Relações Públicas
- ♣ Carga horária total: 75
- ♣ Carga horária teórica: 45
- ♣ Carga horária prática EaD: 15
- ♣ Carga horária Prática: 15
- ♣ Carga horária de Extensão: 0

EMENTA

A relação entre história, sociologia e as teorias das Relações Públicas. As concepções teóricas e práticas nas diferentes escolas de pensamento. Abrangência e delimitação das Relações Públicas na comunicação. As estratégias, as técnicas e o processo de relações públicas no contexto contemporâneo.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Desenvolver a capacidade reflexiva de teorização e compreensão das relações públicas como área específica das ciências sociais aplicadas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Estudar as teorias fundantes do campo das relações públicas;
- ♣ Entender as estratégias, os processos e as técnicas de relações públicas;
- ♣ Compreender a atuação das Relações Públicas no escopo da comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

FARIAS, Luiz Alberto (org.) **Relações Públicas estratégicas**. Técnicas, conceitos e instrumentos. São Paulo: Summus editorial, 2011.

FORTES, Waldyr Gutierrez. **Relações Públicas**: processo, funções, tecnologia e estratégias. São Paulo: Summus, 2003.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações Públicas**: função política. São Paulo: Summus, 1995.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

KUNSCH, Margarida Maria K. **Relações Públicas e modernidade**: novos paradigmas na comunicação organizacional. São Paulo: Summus, 1997.

KUNSCH, Margarida Maria K. (org.) **Relações públicas**: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas. São Paulo: Saraiva, 2009.

LATTIMORE, Dan. **Relações públicas**: profissão e prática. 3. ed. Porto Alegre, RS: Penso, 2012. 432 p.

PERUZZO, Cicilia Krohling. **Relações Públicas no modo de produção capitalista**. 4ª ed. São Paulo: Summus, 1986.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações Públicas e micropolítica**. São Paulo: Summus, 2001.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Produção gráfica
- ♣ Carga horária total: 75
- ♣ Carga horária teórica: 30
- ♣ Carga horária prática EaD: 15

- ♣ Carga horária Prática: 30
- ♣ Carga horária de Extensão: 0

EMENTA

Estrutura básica da composição visual. Processo criativo. Processo de produção gráfica: da concepção ao produto finalizado. Noções de estilo, estrutura e conteúdo de uma peça gráfica (impressa ou digital). Layout, diagramação, formatos, grid, tipografia e cor. Criação visual e aplicações práticas no contexto organizacional. Noções básicas sobre softwares de edição de imagens, desenho vetorial e diagramação (Photoshop, Illustrator, InDesign e Corel Draw).

OBJETIVO GERAL

- ♣ Possibilitar o desenvolvimento de peças gráficas a partir de um pensamento estratégico e criativo, considerando o cenário comunicacional e as tendências visuais contemporâneas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Compreender as metodologias e técnicas para o desenvolvimento do processo criativo;
- ♣ Exercitar a elaboração de peças gráficas em softwares de edição de imagem e desenho vetorial;
- ♣ Desenvolver experimentações criativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

COLLARO, Antonio Celso. **Produção gráfica: arte e técnica da mídia impressa**. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2007.

FARINA, M. **Psicodinâmica das cores em Comunicação**. São Paulo: Edgar Blusher, 2006.

WILLIAMS, Robin. **Design para quem não é designer: noções básicas de planejamento visual**. 2. ed. São Paulo: Callis, 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ALIPRANDI, S. **Creative Commons: a user guide**, 2010. Disponível em: http://www.aliprandi.org/cc-user-guide/aliprandi_cc_user_2.pdf

HOLLIS, Richard. **Design gráfico: uma história concisa**. 2.ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2010.

MUNARI, Bruno. **Design e comunicação visual: contribuição para uma metodologia didática**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2006.

SAMARA, Timothy. **Evolução do design: da teoria a prática**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2010.

VILLAS-BOAS, André. **Produção gráfica para designers**. 3. ed. São Paulo: 2AB Editora, 2010.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Estratégia, gestão e análise de cenários
- ♣ Carga horária total: 45
- ♣ Carga horária teórica: 30
- ♣ Carga horária prática EaD: 15
- ♣ Carga horária Prática: 0
- ♣ Carga horária de Extensão: 0

EMENTA

Definição de estratégia. Evolução do pensamento estratégico, os fundamentos da gestão estratégica e suas teorias. Os principais modelos de análise de cenários (ambiente interno e externo). Os fatores, barreiras organizacionais, e a formação de um posicionamento competitivo.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Compreender e diagnosticar cenários e estratégias organizacionais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Estudar os conceitos e teorias sobre estratégia;
- ♣ Compreender os fundamentos teóricos e as metodologias de análise cenários;
- ♣ Analisar os fatores de competitividade organizacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

PORTER, Michael E. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: teoria, processo e prática**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2007.

MINTZBERG, Henry; LAMPEL, Joseph; RIBEIRO, Lene Belon. **Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

KWASNICKA, Eunice Lacava. **Introdução a administração**. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1990.

MOTTA, Fernando C. P.; VASCONCELOS, Isabella F. G. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Excelência na administração estratégica: a competitividade para administrar o futuro das empresas**. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1999.

PORTER, Michael E. **Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 1989.

SCATENA, Maria Ines C. **Ferramentas para a moderna gestão empresarial: teoria, implementação e prática**. Curitiba, PR: InterSaberes, 2012.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ **Componente Curricular:** Marketing Digital
- ♣ Carga horária total: 45
- ♣ Carga horária teórica: 30

- ♣ Carga horária prática EaD: 15
- ♣ Carga horária Prática: 0
- ♣ Carga horária de Extensão: 0

EMENTA

Desafios e oportunidades para a comunicação e as relações públicas a partir da apropriação conceitual e prática de marketing digital. Princípios do marketing e de marketing digital. Pesquisa de marketing digital. Comportamento do consumidor. Estratégias de marketing digital. Planejamento de marketing digital. Plano de negócios em marketing digital.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Aprofundar discussões e debater tendências contemporâneas na atuação profissional no ambiente do marketing digital.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Estudar conceitualmente marketing digital, as tecnologias e os sistemas de informação.
- ♣ Identificar pesquisas, estratégias e planos de marketing digital.
- ♣ Exercitar o planejamento e o plano de negócios em marketing digital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ANDERSON, Chris. **A cauda longa: do mercado de massa para o mercado de nicho.** Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2006.

FLEURY, André Leme. **Dinâmicas organizacionais em mercados eletrônicos: criando estratégias na era da internet.** São Paulo, SP: Atlas, 2001.

GABRIEL, Martha. **Marketing na era digital**: conceitos, plataformas e estratégias. São Paulo, SP: Novatec, 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

DREYER, Bianca M. **Relações públicas na contemporaneidade**: contexto, modelos e estratégias. São Paulo: Summus, 2017.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

TELLES, Andre. **A revolução das mídias sociais**: estratégias de marketing digital para você e sua empresa terem sucesso nas mídias sociais : cases, conceitos, dicas e ferramentas. São Paulo, SP: M.Books, 2010.

TERRA, Carolina Frazon. **Relacionamentos nas mídias sociais** (ou relações públicas digitais): estamos falando da midiatização das relações públicas? **Organicom**, São Paulo, v. 12, n. 22, p. 104-117, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2xTbnky>.

VAZ, Conrado Adolpho. **Google marketing**: o guia definitivo de marketing digital. 3. ed. São Paulo, SP: Novatec, 2010.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Planejamento de Relações Públicas
- ♣ Carga horária total: 75
- ♣ Carga horária teórica: 30
- ♣ Carga horária prática EaD: 15
- ♣ Carga horária Prática: 30
- ♣ Carga horária de Extensão: 0

EMENTA

Compreensão das bases do planejamento estratégico, conceitos, definições e metodologias para sua elaboração e implementação nas organizações. Elaborar planos, programas e projetos de relações públicas observando a importância que as estratégias de comunicação têm para engajar diferentes públicos das organizações, gerando resultados efetivos na gestão estratégica das mesmas.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Realizar planejamento de relações públicas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Compreender os conceitos e definições do planejamento estratégico;
- ♣ Conhecer a metodologia para a elaboração e implementação do planejamento estratégico;
- ♣ Elaborar planos, programas e projetos de relações públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CORREA, Roberto. **Comunicação Integrada de Marketing: uma visão global**. São Paulo: Saraiva, 2006.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. São Paulo: Summus, 2003.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org). **Obtendo Resultados com Relações Públicas**. 2ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: teoria, processo e prática**. 4ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CRESCITELLI, Edson. **Comunicação de marketing integrando propaganda, promoção e outras formas de divulgação**. São Paulo Cengage Learning 2016 1 recurso online ISBN 9788522126231. (disponível no pergamum)

FERREIRA, Ademir Antonio. **Gestão Empresarial: de Taylor aos nossos dias: evolução e tendências da moderna administração de empresas**. São Paulo: Thompson Learning, 2006.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. 15 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

LERNER, Walter. **Como Planejar e organizar negócios competitivos**. São Paulo: IOB: Pioneira Thompson Learning, 2002.

4º Semestre

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Gestão de crise, imagem e reputação
- ♣ Carga horária total: 75
- ♣ Carga horária teórica: 45
- ♣ Carga horária prática EaD: 15
- ♣ Carga horária Prática: 15
- ♣ Carga horária de Extensão: 0

EMENTA

Planejamento, prevenção e gerenciamento de risco e crise. Noções de identidade, imagem e marca. Imagem pública, credibilidade e reputação.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Compreender os principais conceitos e práticas que envolvem o planejamento, a prevenção e a gestão de riscos e crises.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Discutir tipos de crise e ações estratégicas;
- ♣ Entender o processo de construção e gestão de imagem e reputação;
- ♣ Desenvolver ações de planejamento que compreendam: prevenção, crise e pós-crise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

COSTA, Clovis Corrêa da. **Estratégia de negócios**. São Paulo: Saraiva, 2009.

ZANINI, Marco Túlio. **Gestão integrada de ativos intangíveis**. São Paulo Saraiva 2017.

FORNI, João José. Gestão da comunicação em situações de crise. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2018. Ebook.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ALMEIDA, Ana Luisa de Castro. Identidade, imagem e reputação organizacional: conceitos, dimensões da práxis. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). **Comunicação Organizacional: linguagem, gestão e perspectivas**. Vol. II. São Paulo: Saraiva, 2009.

FARIAS, Luiz Alberto de. **Relações públicas estratégicas: técnicas, conceitos e instrumentos**. São Paulo, SP: Summus, 2011.

LIKER, Jeffrey K. **A crise da Toyota: como a Toyota enfrentou o desafio dos recalls e da recessão para ressurgir mais forte**. Porto Alegre: Bookman, 2012. Ebook.

OLIVEIRA, Mateus Furlanetto de. **O papel essencial das Relações Públicas no gerenciamento de crises**. *Organicom*, Ano 4, n. 6, 1º sem. de 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138932/134280>.

TORQUATO, Gaudêncio. **Cultura, poder, comunicação, crise e imagem: fundamentos das organizações do século XXI**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning 2012. Ebook.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: Gestão de eventos (E)

♣ Carga horária total: 75

♣ Carga horária teórica: 15

♣ Carga horária prática EaD: 15

♣ Carga horária Prática: 15

♣ Carga horária de Extensão: 30

EMENTA

O componente aborda a teoria geral de eventos, origens e funções sociais e econômicas; classificação e tipologia de eventos; projetos de eventos; legislação e formas de patrocínio/parcerias para eventos; cerimonial e protocolo; etiqueta e postura profissional e social; gestão de pessoas e empreendimentos na área de eventos. Estudo do cerimonial e protocolo na sua função tática, estratégica e operacional dos eventos, observando normas e decretos para a realização dos mais diversos tipos de cerimônias. Além do planejamento, coordenação, organização e execução de eventos que promovam “ações extensionistas vinculadas a programas/projetos institucionais nas áreas temáticas de Comunicação, Cultura, Educação, Direitos Humanos e Justiça, Meio ambiente, Saúde e Tecnologia e Produção”, que possam estimular os discentes a refletirem sobre a importância dos eventos para dar visibilidade a instituições e ONGs que necessitem de apoio da comunidade, além de refletirem sobre a responsabilidade social e cidadã, e o papel que desempenham na sociedade enquanto comunicadores.

OBJETIVO GERAL

Qualificar os alunos através do estudo aprofundado do conceito de evento e os setores adjacentes, tornando-os capazes de analisar e explorar o mercado de eventos em expansão, como um elemento fomentador do desenvolvimento econômico e cultural, desenvolvendo atividades de extensão que possibilitem maior interação transformadora entre a UNIPAMPA e a sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Capacitar profissionais para atuar em eventos, utilizando os recursos de gestão, planejamento e organização, através de aplicações de atividades práticas visando à projeção das teorias existentes na área específica de eventos;
- ♣ Apresentar informações práticas sobre cerimonial, etiqueta e protocolo vigentes na sociedade, bem como oferecer instruções sobre cerimonial público, nos termos do Decreto Federal nº 70.274 de 09/03/1972, que regulamenta a sua utilização, em solenidades oficiais brasileiras;
- ♣ contribuir para a formação interdisciplinar, cidadã, crítica e responsável do(a) discente;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ALLEN, Johnny [et al.] (org.). **Organização e Gestão de Eventos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 16 ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2013.

MATIAS, Marlene. **Organização de eventos procedimentos e técnicas**. 6. São Paulo: Manole, 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

GIACAGLIA, Maria Cecília. **Organização de eventos: teoria e prática**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

LUKOWER, Ana. **Cerimonial e protocolo**. São Paulo: Contexto, 2012.

MELO NETO, Francisco Paulo de. **Criatividade em eventos**. São Paulo: Contexto, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução 317 de 29 de abril de 2021**. Regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância, da Universidade Federal do Pampa. Disponível em <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/05/res--317_2021-politica-de-extensao.pdf>, Acesso em 02 jun. 2021.

ZANELLA, Luiz Carlos. **Manual de organização de eventos: planejamento e operacionalização**. São Paulo: Atlas, 2008.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Produção audiovisual (E)
- ♣ Carga horária total: 75
- ♣ Carga horária teórica: 30
- ♣ Carga horária prática EaD: 15
- ♣ Carga horária Prática: 0
- ♣ Carga horária de Extensão: 30

EMENTA

A linguagem visual e a linguagem sonora nos meios audiovisuais. As diferentes mídias audiovisuais. Comunicação audiovisual nas organizações. Audiovisual como estratégia de comunicação. Articulando ensino e extensão, por meio de “ações extensionistas vinculadas a programas/projetos institucionais desenvolvidos nas áreas temáticas de Comunicação, Cultura, Educação, Direitos Humanos e Justiça, Meio ambiente, Saúde e Tecnologia e Produção”, que possam estimular os discentes a refletirem sobre a responsabilidade social e cidadã, e o papel que desempenham na sociedade enquanto comunicadores.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Apresentar uma visão geral dos processos da produção audiovisual e da comunicação audiovisual nas organizações, visando a interação entre a Unipampa e a sociedade com articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Discutir os temas, técnicas e processos relacionados à comunicação audiovisual;
- ♣ Contribuir para a formação interdisciplinar, cidadã, crítica e responsável do(a) discente;
- ♣ Planejar e produzir um produto audiovisual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRESLIN, Jan Roberts. **Produção de imagem e som**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MEDITSCH, Eduardo; ZUCULOTO, Valci (Org.). **Teorias do rádio: textos e contextos**. Florianópolis: Insular, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Resolução 317 de 29 de abril de 2021. Regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância, da Universidade Federal do Pampa.. Disponível em <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/05/res--317_2021-politica-de-extensao.pdf>, Acesso em 19 nov. 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

COMPARATO, Doc. **Da criação ao roteiro**. Rio de Janeiro: Artemídia Rocco, 1195.

KELLISON, Cathrine. **Produção e Direção para TV e Vídeo: Uma abordagem prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2011.

MARTIN-BARBERO, Jesus. **Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva**. São Paulo, SP: Editora SENAC, 2004.

PRADO, Magaly. **Produção de rádio: um manual prático**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: Temas contemporâneos em Comunicação

♣ Carga horária total: 75

♣ Carga horária teórica: 30

♣ Carga horária prática EaD: 15

♣ Carga horária Prática: 30

- ♣ Carga horária de Extensão: 0

EMENTA

Temas Contemporâneos em Comunicação é um componente aberto com o objetivo de aprofundar e atualizar temas referentes à Comunicação e às Relações Públicas. As ementas e os programas de cada seminário serão aprovados no planejamento semestral de curso.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Discutir os temas emergentes na área de comunicação e relações públicas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer as teorias e metodologias da comunicação e de áreas concernentes na atualidade;
- ♣ Compreender as mutações das organizações e do cenário de atuação da comunicação e das relações públicas contemporâneas;
- ♣ Conhecer as novas tendências e pesquisas emergentes que contribuam para o pensar e fazer em comunicação e relações públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

DREYER, Bianca M. **As relações e interações como princípios inerentes às relações públicas**: uma proposição teórica com diretrizes práticas para a disciplina. 2019. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). São Paulo: ECA-USP, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.27.2019.tde-17052019-112427>

HANNA, Eduardo Kalil. **Como implantar ouvidoria e atuar nessa área**. São Paulo Trevisan, 2016. (recurso online)

HOWKINS, John. **Economia criativa**: como ganhar dinheiro com ideias criativas. São Paulo, SP: M.Books do Brasil, 2013. 271 p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

DRESCH, Aline; LACERDA, Daniel P; ANTUNES JÚNIOR, José Antonio V. **Design science research método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia.** Porto Alegre: Bookman, 2015.

MAYER-SCHONBERGER, Viktor; POLZONOFF JUNIOR, Paulo. **Big data: como extrair volume, variedade, velocidade e valor da avalanche de informação cotidiana.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MATOS, Heloiza. **Capital social e comunicação: interfaces e articulações.** São Paulo, SP: Summus, 2009.

PREDEBON, José. **Criatividade: abrindo o lado inovador da mente.** 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2006.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Comunicação organizacional
- ♣ Carga horária total: 75
- ♣ Carga horária teórica: 45
- ♣ Carga horária prática EaD: 15
- ♣ Carga horária Prática: 15
- ♣ Carga horária de Extensão: 0

EMENTA

A formação e as características das organizações. As principais teorias administrativas em interface com a comunicação e a cultura organizacional. As origens da comunicação nas organizações e seus fundamentos teóricos. A evolução do conceito de comunicação organizacional integrada. Reflexão sobre as estratégias de comunicação organizacional face aos desafios da atualidade.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Compreender os conceitos, teorias e processos relacionados à comunicação nas e das organizações.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Estudar as características, tipologias e a dinâmicas das organizações;
- ♣ Analisar a evolução, o papel e a importância da comunicação e da cultura nas organizações;
- ♣ Entender o conceito e a prática da comunicação organizacional integrada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ARGENTI, Paul A. **Comunicação empresarial: a construção da identidade, imagem e reputação.** Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2011. 379 p.

OLIVEIRA, Ivone L.; SOARES, Ana Thereza Nogueira. **Interfaces e tendências da comunicação no contexto das organizações.** 2. ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2011. 211 p.

SCHEIN, Edgar H. **Cultura organizacional e liderança.** São Paulo, SP: Atlas, 2009. 413 p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ALBUQUERQUE, Alan; ROCHA, Paulo. **Sincronismo organizacional: como alinhar a estratégia, os processos e as pessoas.** São Paulo, SP: Saraiva, 2007.

GALERANI, Gilceana Soares Moreira. **Avaliação em comunicação organizacional.** Brasília, DF: Embrapa - Assessoria de Comunicação Social, 2006.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Comunicação organizacional: linguagem, gestão e perspectivas.** São Paulo, SP: Saraiva, 2009.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização.** São Paulo, SP: Atlas, 1996.

PETTIGREW, Andrew M. **Cultura e poder nas organizações.** 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Produção de conteúdos digitais (E)
- ♣ Carga horária total: 75
- ♣ Carga horária teórica: 30
- ♣ Carga horária prática EaD: 15
- ♣ Carga horária Prática: 0
- ♣ Carga horária de Extensão: 30

EMENTA

Produção de conteúdo para site, blogs e microblogs, redes sociais, focando no desenvolvimento de ações extensionistas vinculadas a programas/projetos institucionais desenvolvidos nas áreas temáticas de Comunicação, Cultura, Educação, Direitos Humanos e Justiça, Meio ambiente, Saúde e Tecnologia e Produção”, que possam estimular os discentes a refletirem sobre a responsabilidade social e cidadã, e o papel que desempenham na sociedade enquanto comunicadores.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Produzir distintos conteúdos estratégicos digitais, aprimorando a formação acadêmica por meio da realização de práticas extensionistas e da articulação entre ensino e pesquisa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Adquirir domínio das ferramentas digitais e de seus usos para a formação interdisciplinar, cidadã, crítica e responsável do(a) discente;
- ♣ Desenvolver estratégias com foco no engajamento dos públicos pretendidos, fortalecendo o compromisso social da Unipampa;
- ♣ Produzir conteúdos digitais em diferentes formatos, como vídeos, posts, fotos, e-book, infográficos, dentre outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

RAMALHO, José Antônio A. **Mídias sociais na prática**. São Paulo: Editora Elsevier, 2010.

TÚÑEZ LOPEZ, José Miguel; COSTA-SÁNCHEZ, Carmen. **Interação organizacional na sociedade em rede**: os novos caminhos da comunicação na gestão das relações com os públicos. Cuadernos Artesanos de Comunicación, n. 102. La Laguna (Tenerife): Latina, 2016. Disponível em: <http://www.cuadernosartesanos.org/068/cuadernos/cac102.pdf#page=121>. Acesso em 08 out. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução n. 317 de 29 de abril de 2021**. Regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância, da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/05/res--317_2021-politica-de-extensao.pdf.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BERTOCCHI, Daniela; SAAD, Elizabeth. **Web Semântica**: que comunicação temos quando as máquinas também comunicam? In: CONGRESSO MUNDIAL DE COMUNICAÇÃO IBEROAMERICANO, 1., 2011. São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. p. 1-20. Disponível em: <https://bit.ly/2YfekuA>. Acesso em: 20 ago. 2018.

GITOMER, Jeffrey H. **Boom de mídias sociais**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.

MORAIS, Izabelly Soares de. [et al.] **Introdução a big data e internet das coisas** [recurso on-line]. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre, RS: Sulina, 2010.

RAPOSO, João F. Algoritmos, personalização e filtragem do conteúdo. In: SAAD, Elizabeth; SILVEIRA, Stefanie C. da. (org.). **Tendências em comunicação digital**. São Paulo: ECA/USP, 2017. v. 2, p. 148-167. Disponível em: <https://bit.ly/2AadMLm>.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Laboratório de pesquisas em Relações Públicas
- ♣ Carga horária total: 75
- ♣ Carga horária teórica: 15
- ♣ Carga horária prática EaD: 15
- ♣ Carga horária Prática: 45
- ♣ Carga horária de Extensão: 0

EMENTA

Os principais conceitos e suportes metodológicos utilizados em pesquisas aplicadas em Relações Públicas. Elaboração, aplicação, análise e apresentação de projetos de pesquisa em Relações Públicas.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Proporcionar ao acadêmico a teoria, a técnica e a prática da realização de pesquisas em Relações Públicas

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Entender de estrutura de pesquisas aplicadas em Relações Públicas
- ♣ Compreender as metodologias estatísticas e de elaboração de questionários
- ♣ Estudar e desenvolver relatórios analíticos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. GUEVARA, Arnaldo José de Hoyos. **Pesquisas de Marketing**. São Paulo: Atlas, 2010.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto. **A entrevista na pesquisa qualitativa**: mecanismo para validação dos resultados. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006

RUTTER, Marina, **Pesquisa de mercado**. 3. ed. São Paulo, SP : Ática, 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

CRUZ, Cassiana Maris Lima. **A Comunicação Organizacional e a Formação da Opinião Pública**. Santos -São Paulo: Intercom, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0624-1.pdf>> . Acesso em: 06 ago de 2019.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 2003.

MADY, Eliane Batista. **Pesquisa de mercado**. Curitiba, PR: Intersaberes, 2014

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo, 2010.

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Comunicação e política
- ♣ Carga horária total: 75
- ♣ Carga horária teórica: 45
- ♣ Carga horária prática EaD: 15
- ♣ Carga horária Prática: 15
- ♣ Carga horária de Extensão: 0

EMENTA

Os profissionais da comunicação, em especial Relações Públicas, e os processos políticos e eleitorais contemporâneos. Estratégias do discurso político. Assessoria de comunicação e relacionamento na área política e governamental.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Estimular o debate crítico sobre comunicação, política e democracia.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Discutir sobre comunicação e democracia no mundo digital;
- ♣ Analisar a profissionalização das campanhas políticas e a utilização de estratégias de comunicação e marketing;
- ♣ Apresentar subsídios para a elaboração de um planejamento de comunicação estratégica para a área política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens.** Salvador, EDUFBA, 2004. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/134/4/Comunicacao-Politica_RI.pdf

GOMES, Wilson, MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e Democracia: problemas e perspectivas.** São Paulo, SP: Paulus, 2008.

GOMES, Wilson. **A democracia no mundo digital: História, problemas e temas.** São Paulo: SP: Edições Sesc, 2018. Disponível em: <https://storage.googleapis.com/stateless-inctdd-website/2019/03/e2a3d5ec-a-democracia-no-mundo-digital-wilson-gomes.pdf>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia.** São Paulo, SP: Paz e Terra, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político.** São Paulo: Contexto, 2011.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

MATOS, Heloiza. **Capital social e comunicação: interfaces e articulações.** São Paulo, SP: Summus, 2009.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Estratégias de relacionamento com os públicos (E)
- ♣ Carga horária total: 75
- ♣ Carga horária teórica: 30
- ♣ Carga horária prática EaD: 15
- ♣ Carga horária Prática: 0
- ♣ Carga horária de Extensão: 30

EMENTA

Estudo dos públicos em Relações Públicas. Estudo das ações de relacionamento com os distintos públicos: mídias, influenciadores, colaboradores, comunidade, consumidores, investidores e demais públicos de interesse. Articulando ensino e extensão, por meio de “ações extensionistas vinculadas a programas/projetos institucionais desenvolvidos nas áreas temáticas de Comunicação, Cultura, Educação, Direitos Humanos e Justiça, Meio ambiente, Saúde e Tecnologia e Produção”, que possam estimular os discentes a refletirem sobre a responsabilidade social e cidadã, e o papel que desempenham na sociedade enquanto comunicadores.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Desenvolver ações de relacionamento estratégico em relações públicas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Estimular a identificação dos públicos;
- ♣ Identificar, através do diagnóstico, as ferramentas mais apropriadas de acordo com cada público organizacional;
- ♣ Aplicar as ferramentas de comunicação direcionadas ao relacionamento estratégico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

FRANÇA, Fábio. **Públicos. Como Identificá-los em uma nova visão estratégica.** São Caetano do Sul- SP: Difusão, 2004.

MADRUGA, Roberto. **Gestão de relacionamento & customer experience.** Rio de Janeiro Atlas 2018.

NOUR, David. **A economia dos relacionamentos.** Rio de Janeiro LTC 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

DUARTE, Jorge (org.) **Assessoria de Imprensa e relacionamento com a Mídia.** São Paulo: Atlas, 2002.

LATTIMORE, Dan. **Relações públicas: profissão e prática.** 3. ed. Porto Alegre, RS: Penso, 2012.

LUPETTI, Marcelia, **Planejamento de comunicação.** São Paulo: Futura, 2000.

FORTES, Waldyr Gutierrez. **Relações Públicas – Processo, funções, tecnologia e estratégias.** 2.ed. São Paulo: Summus, 2003.

DEMO, Gisela. **MARKETING de relacionamento & comportamento do consumidor, estado da arte, produção nacional, novas medidas e estudos empíricos.** São Paulo: Atlas, 2015.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Comunicação, cidadania e diversidade socioambiental (E)
- ♣ Carga horária total: 75
- ♣ Carga horária teórica: 30

- ♣ Carga horária prática EaD: 15
- ♣ Carga horária Prática: 0
- ♣ Carga horária de Extensão: 30

EMENTA

O componente aborda o papel da comunicação no contexto social atual na construção da cidadania, da democracia e da diversidade; O terceiro setor e a função social do comunicador; os Direitos humanos e o respeito à diversidade humana - de gênero, étnico-racial, das pessoas com deficiência etc.-, articulando ensino e extensão, por meio de “ações extensionistas vinculadas a programas/projetos institucionais desenvolvidos nas áreas temáticas de Comunicação, Cultura, Educação, Direitos Humanos e Justiça, Meio ambiente, Saúde e Tecnologia e Produção”, que possam estimular os discentes a refletirem sobre a responsabilidade social e cidadã, e o papel que desempenham na sociedade enquanto comunicadores.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Estimular a reflexão crítica do aluno no estudo e aplicação das práticas comunicacionais em prol da cidadania, da democracia e da diversidade, buscando promover, através da extensão, uma maior interação entre a UNIPAMPA e a sociedade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Estudar a formação do terceiro setor sob a ótica da comunicação e das relações públicas contribuindo para a formação interdisciplinar, cidadã, crítica e responsável do(a) discente;
- ♣ Refletir sobre diversidade e inclusão na sociedade contemporânea e nas atividades comunicacionais, por meio da realização de práticas extensionistas e do estímulo a integração e o diálogo construtivo e transformador com a comunidade;
- ♣ Compreender o papel social do profissional da comunicação e sua atuação na promoção do desenvolvimento humano, econômico, social e cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. Resolução nº7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 16 ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Resolução 317 de 29 de abril de 2021. Regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância, da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/05/res--317_2021-politica-de-extensao.pdf

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 2008.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley.C.M. **Comunicação e Democracia: Problemas e Perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008.

KUNSCH, Margarida M.K.; KUNSCH, Waldemar L. (Org). **Relações Públicas Comunitárias**. A comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007.

JARDIM, Denise F.; LOPEZ, Laura C. (Org.). **Políticas da diversidade: (in)visibilidades, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2013. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/sny5t>
Acesso em: 12 dez. 2021.

MILHOMENS, Lucas (Org.) **Comunicação, questão indígena e movimentos sociais: reflexões necessárias**. Embu das Artes, SP: Alexa Cultura, 2022. Disponível em: <https://6673c6eb-6ff8-4198-ada6-d7c68a09134f.usrfiles.com/ugd/6673c6_3be7f1cde7ee444291c8bd09b782c76c.pdf> Acesso em: 15 jan. 2022.

6º Semestre

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação
- ♣ Carga horária total: 75
- ♣ Carga horária teórica: 45
- ♣ Carga horária prática EaD: 15
- ♣ Carga horária Prática: 15
- ♣ Carga horária de Extensão: 0

EMENTA

A pesquisa na área da comunicação. Métodos, técnicas e procedimentos metodológicos no campo da comunicação. Etapas de projeto de pesquisa sobre tema vinculado à comunicação, em especial relações públicas.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Conhecer os principais métodos, técnicas e instrumentos de pesquisa científica adotados nos estudos do campo da comunicação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Identificar os métodos, técnicas e instrumentos de pesquisa científica considerando o objeto a ser estudado;
- ♣ Desenvolver a capacidade reflexiva sobre os métodos e pesquisa em comunicação;
- ♣ Conhecer a estrutura e as etapas de um projeto de pesquisa científica em comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

DUARTE, Jorge & BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 23. ed. Perspectiva: São Paulo, 2010.

MOURA, Cláudia Peixoto; LOPES, Maria Immacolata Vassallo. **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas** / org. de Moura, de Lopes. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/Ebooks/Pdf/978-85-397-0803-1.pdf>

SANTAELLA, Lúcia. **Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado**. 2. ed. São José do Rio Preto: Bluecom, 2010.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Gestão da comunicação em plataformas digitais
- ♣ Carga horária total: 75
- ♣ Carga horária teórica: 30
- ♣ Carga horária prática EaD: 15
- ♣ Carga horária Prática: 30
- ♣ Carga horária de Extensão: 0

EMENTA

Planejamento e monitoramento de ações de comunicação em diferentes plataformas digitais. Ferramentas analíticas e métricas para gestão da comunicação.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Gerenciar a comunicação em diferentes plataformas digitais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Planejar e monitorar ações de comunicação, utilizando diferentes estratégias como anúncios em redes sociais e páginas da internet, digital influencers, chatbots e remarketing;
- ♣ Conhecer ferramentas analíticas e métricas para mensurar resultados e gerar relatórios de ações de comunicação em rede;
- ♣ Criar estratégias para gestão de SAC e gestão de crise sem redes sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

KUNSCH, Margarida M. K. (Org.). **Comunicação organizacional: linguagem, gestão e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2009.

CHAMUSCA, Marcello; CARVALHAL, Márcia. **Relações públicas digitais: o pensamento nacional sobre o processo de relações públicas interfaceado pelas tecnologias digitais**. Salvador: Edições VNI, 2010.

TERRA, Carolina Frazon. **Relacionamentos nas mídias sociais** (ou relações públicas digitais): estamos falando da midiatização das relações públicas? *Organicom*, São Paulo, v. 12, n. 22, p. 104-117, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2xTbnky>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

AMARAL, A.; SOUZA, R. V.; MONTEIRO, C. “**De westeros no #vemprarua à shippagem do beijo gay na TV brasileira**”. **Ativismo de fãs: conceitos, resistências e práticas na cultura digital**. Galáxia, São Paulo, n. 29, p. 141-154. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2sSJ2M1>>. Acesso em: 08 dez. 2019.

CARRERA, F.; KRUGER, P. **Publicidade inteligente: convergências entre os chatbots e as marcas**. *Signos do Consumo*, São Paulo, v.12, n.1, p 27-41, jan/jun. 2020.

KARHAWI, Issaaf. **Influenciadores digitais: conceitos e práticas em discussão**. *Communicare*, v. 17, p. 46-61, 2017.

RHODEN V.; ANDRES F. S. **Comunicação dirigida digital: uma discussão sobre big data e relações públicas**. *Signos do Consumo*, São Paulo, v.12, n.1, p 4-13, jan/jun. 2020.

SILVA, Carine Simas da. **Comunicação nas plataformas digitais: um estudo sobre universidades brasileiras com conceito institucional cinco**. 2017. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia

Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7612>. Acesso em 13 out. 2020.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Assessoria de comunicação (E)
- ♣ Carga horária total: 60
- ♣ Carga horária teórica: 0
- ♣ Carga horária prática EaD: 0
- ♣ Carga horária Prática: 0
- ♣ Carga horária de Extensão: 60

EMENTA

A proposta do componente vinculado ao projeto de extensão é o diálogo entre a universidade e a comunidade, aplicando as estratégias de Relações Públicas na comunidade local, em instituições do terceiro setor, associações de moradores de bairros e população de uma maneira geral, promovendo a cidadania através de práticas de Assessoria de Comunicação e por meio de ações extensionistas vinculadas a programas/projetos institucionais desenvolvidos nas áreas temáticas de Comunicação, Cultura, Educação, Direitos Humanos e Justiça, Meio ambiente, Saúde e Tecnologia e Produção.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Promover a interação do discente com a prática profissional, através de ações de extensão.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Elaborar e executar planos de relações públicas e campanhas institucionais para a comunidade local e regional, fortalecendo o compromisso social da UNIPAMPA;
- ♣ Estudar e analisar as estratégias de comunicação utilizadas para construir a imagem corporativa, dos produtos e serviços e das formas de atuação na assessoria;
- ♣ Verificar a aplicabilidade prática do conhecimento teórico aprendido em sala de aula através da realização de atividades do escopo das Relações Públicas nas diferentes organizações e instituições da comunidade;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 04 set. 2019.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 16 ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Resolução 317 de 29 de abril de 2021. Regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância, da Universidade Federal do Pampa.. Disponível em <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/05/res--317_2021-politica-de-extensao.pdf>, Acesso em 02 ju. 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ARGENTI, Paul A. **Comunicação empresarial**: A construção da identidade, imagem e reputação. Tradução Adriana Ceshin Rieche. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LATTIMORE, Dan. **Relações Públicas**: profissão e prática. Porto Alegre: AMGH, 2012.

CROSS, Rob. **Redes Sociais**: como empresários e executivos de vanguarda as utilizam para obtenção de resultados. Tradução: Carlos Szlak – São Paulo: Editora Gente, 2009.

DUARTE, Jorge (org.) **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia**. São Paulo: Atlas, 2002.

FRANÇA, Fábio. **Públicos**: como identificá-los em uma nova visão estratégica. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2008.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Comunicação integrada de marketing (E)
- ♣ Carga horária total: 75
- ♣ Carga horária teórica: 30
- ♣ Carga horária prática EaD: 15
- ♣ Carga horária Prática: 0
- ♣ Carga horária de Extensão: 30

EMENTA

Fundamentos de marketing. Contextualização do composto da comunicação com as demais áreas do marketing, Gestão da comunicação integrada de marketing por meio de ações extensionistas vinculadas a programas/projetos institucionais desenvolvidos nas áreas temáticas de Comunicação, Cultura, Educação, Direitos Humanos e Justiça, Meio ambiente, Saúde e Tecnologia e Produção.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Planejar e gerir estratégias de comunicação integrada de marketing.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Compreender os conceitos e princípios da comunicação integrada de marketing;
- ♣ Identificar formas, ações e objetivos da comunicação;
- ♣ Avaliar o impacto e o efeito da comunicação integrada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CRESCITELLI, Edson. **Comunicação de marketing** integrando propaganda, promoção e outras formas de divulgação. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

NEVES, Roberto de Castro. **Comunicação empresarial integrada: como gerenciar imagem, questões públicas, comunicação, crises empresariais**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

OGDEN, James. **Comunicação Integrada de Marketing: conceitos, técnicas e práticas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

LUPETTI, Marcélia. **Gestão estratégica da comunicação mercadológica**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

MENEGHETTI, Sylvia Bojunga. **Comunicação e Marketing: fazendo a diferença no dia a dia de organizações da sociedade civil**. 2. ed. São Paulo: Global, 2003.

PINHO, J. B. **Comunicação em marketing: princípios da comunicação mercadológica**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2009.

VASCONCELOS, Luciene Ricciotti. **Planejamento de comunicação integrada: manual de sobrevivência para as organizações do século XXI**. São Paulo: Summus, 2009.

YANAZE, Mitsuru Higuchi. **Gestão de marketing e comunicação: avanços e aplicações**. São Paulo, SP: Saraiva, 2006.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Avaliação e mensuração
- ♣ Carga horária total: 75

- ♣ Carga horária teórica: 30
- ♣ Carga horária prática EaD: 15
- ♣ Carga horária Prática: 30
- ♣ Carga horária de Extensão: 0

EMENTA

Análise e avaliação da comunicação e das ações e estratégias de Relações Públicas. Mensuração dos resultados em Comunicação e Relações Públicas, bem como discutir a importância desses processos para a demonstração de resultados da área e sua contribuição ao alcance dos objetivos organizacionais. Elaboração e apresentação de relatórios de mensuração para instituições/marcas/clientes.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Discutir sobre o retorno dos investimentos em comunicação e o processo de acompanhamento, análise e avaliação de resultados em comunicação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Entender como os investimentos em comunicação contribuem para o alcance das metas organizacionais;
- ♣ Conhecer as principais metodologias de mensuração de resultados em comunicação;
- ♣ Analisar e mensurar resultados de ações em comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

GALERANI, Gilceana S. Moreira. **Avaliação em comunicação organizacional**. Brasília: Embrapa, 2006.

REVISTA ORGANICOM. **Avaliação e mensuração em Comunicação Organizacional**. Número 2, 1º semestre de 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/organicom/issue/view/10212>

NUNES, Luciano Suminski. **Mensuração de resultados em comunicação: conceitos e práticas em ambientes de inovação** (2017). Dissertação de Mestrado.

Programa de pós-graduação em Comunicação – PUCRS. Disponível em: http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7611/2/DIS_LUCIANO_NUNES_SUMINSKI_COMPLETO.pdf

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

GRUNIG, James E. **Guia de pesquisa e medição para elaborar e avaliar uma função excelente de relações públicas.** Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138881/134229>

KUNSCH, Margarida (org.). **Relações públicas: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas.** São Paulo, Saraiva: 2009.

SCHULER, Maria. **Gestão da imagem de organizações, marcas e produtos através do MCI: método para configuração da imagem.** Rio de Janeiro Atlas 2015 1 recurso online ISBN 9788522497195.

YANAZE, Mitsuru. CREPALDI, Ubaldo. **A Comunicação e a tangibilidade de sua avaliação.** Revista Organicom. Número 2, 1º semestre de 2005, pp 134-145. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138885/134233>.

YANAZE, Mitsuru Higuchi. **Gestão de marketing e comunicação: avanços e aplicações.** São Paulo, SP: Saraiva, 2006.

7º Semestre

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Estágio Curricular Supervisionado em RP I
- ♣ Carga horária total: 105
- ♣ Carga horária teórica: 0
- ♣ Carga horária prática: 105
- ♣ Carga horária de extensão: 0

EMENTA

Contribuições para o desenvolvimento do processo de aprendizagem do aluno, através de experiências de trabalho no campo profissional, incentivando a aplicação dos conhecimentos adquiridos em estudos teóricos e práticos na graduação, inserindo o discente em práticas do mercado, ensejando a interação entre a formação acadêmica e a formação profissional.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Promover a interação do discente com o mercado de trabalho com o intuito de atender as demandas do campo profissional em vista das áreas de atuação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Elaborar planos de relações públicas e campanhas institucionais;
- ♣ Estudar e analisar as estratégias de comunicação utilizadas para construir a imagem corporativa, dos produtos e serviços e das formas de atuação na assessoria;
- ♣ Verificar a aplicabilidade prática do conhecimento teórico apreendido em sala de aula através da realização de atividades do escopo das Relações Públicas nas diferentes organizações e instituições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ARGENTI, Paul A. **Comunicação empresarial**: A construção da identidade, imagem e reputação. Tradução Adriana Ceshin Rieche. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras Editora, 2000.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 2003.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ANDRADE, Candido Teobaldo de Souza. **Curso de relações públicas: relações com os diferentes públicos.** São Paulo: Atlas, 1994.

DUARTE, Jorge (org.) **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia.** São Paulo: Atlas, 2002.

FRANÇA, Fábio. **Públicos: como identificá-los em uma nova visão estratégica.** São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2008.

LIMA, Gerson Moreira. **Releasmania: uma contribuição para o estudo do press-release no Brasil.** 4ª ed. São Paulo: Summus, 1985.

NEVES, Roberto de Castro. **Comunicação empresarial integrada.** Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Relações Públicas em contexto internacional
- ♣ Carga horária total: 75
- ♣ Carga horária teórica: 30
- ♣ Carga horária prática EaD: 15
- ♣ Carga horária Prática: 30
- ♣ Carga horária de Extensão: 0

EMENTA

Os fundamentos das relações internacionais e da diplomacia. Os conceitos de globalização, mundialização e contextos fronteiriços. As características e particularidades das organizações transnacionais e multiculturais. Estudo da comunicação em contexto internacional. Compreensão do conceito de Relações Públicas internacionais e de Lobby.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Compreender os conceitos e a prática das relações públicas em contexto internacional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Estudar as teorias e conceitos relacionados às relações internacionais, a diplomacia e o lobby;
- ♣ Conhecer os conceitos e características das organizações transnacionais e multinacionais;
- ♣ Analisar a atuação do profissional de relações públicas em contexto internacional e fronteiriço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CARVALHO, Leonardo A. **Geopolítica & relações internacionais**. Curitiba, PR: Juruá, 2011.

DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidade e imperativas de legitimação**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2005.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X, 2003.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1999.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das relações internacionais do Brasil**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2005.

NYE JR., Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais: uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial**. São Paulo, SP: Gente, 2009.

AYERBE, Luis Fernando; BOJIKIAN, Neusa M. P. **Negociações econômicas internacionais: abordagens, atores e perspectivas desde o Brasil**. São Paulo, SP: Unesp, 2011.

DE PIERI, Vitor Stuart Gabriel org.; PREVIATTI, Carine Botelho. **Turismo e paradiplomacia das cidades: o local no diálogo com o global**. Rio de Janeiro, RJ: Cenegri, 2014.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Ética e legislação em Relações Públicas
- ♣ Carga horária total: 75
- ♣ Carga horária teórica: 45
- ♣ Carga horária prática EaD: 15
- ♣ Carga horária Prática: 15
- ♣ Carga horária de Extensão: 0

EMENTA

O conceito de Ética. Comunicação, ética, informação e responsabilidade social. Código de Ética dos profissionais de Relações Públicas. Estudo de casos de comportamento ético social e organizacional. A legislação da área, especialmente envolvendo as relações éticas nas organizações.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Oferecer conhecimentos básicos sobre ética, moral e a legislação aplicadas às atividades do profissional de Relações Públicas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Estimular o debate crítico sobre temas relativos à ética e moral;
- ♣ Debater sobre a ética no âmbito profissional;
- ♣ Oportunizar o conhecimento da legislação que rege a área de Relações Públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BARROS FILHO, Clóvis de (org.). **Ética e comunicação organizacional**. São Paulo: Paulus, 2007.

CONFERP. **Código de ética de Relações Públicas**. Disponível em: <<http://conferp.org.br/codigo-de-etica/>>. Acesso em 26 mar. 2019.

VEIRA, Stalimir. **Marca: o que o coração não sente os olhos não vêem**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

FREITAS, Ricardo Ferreira e SANTOS, Luciane Lucas. **Desafios Contemporâneos em Comunicação**. São Paulo: Summus, 2002.

DUPAS, Gilberto. **Ética e corporações**: tensões entre interesse público e privado. Disponível em: www.revistaorganicom.org.br. Acesso em: 08 dez. 2017.

FREITAS, L.; WHITAKER, M.; SACCHI, M. **Ética e internet**: uma contribuição para as empresas. São Paulo: DVS Editora, 2001.

PERUZZO, Cicilia M. K.; KUNSCH, Margarida, K. **Transformação da comunicação**: ética e técnicas. Victoria. UFes/Intercom, 1995.

SROUR, Robert Henry. **Por que empresas eticamente orientadas?** Disponível em: www.revistaorganicom.org.br Acesso em 08 de dez. de 2017.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Inovação e empreendedorismo em comunicação
- ♣ Carga horária total: 75
- ♣ Carga horária teórica: 30
- ♣ Carga horária prática EaD: 15
- ♣ Carga horária Prática: 30
- ♣ Carga horária de Extensão: 0

EMENTA

Os conceitos de empreendedorismo e de inovação. Formas e possibilidades de empreendedorismo em comunicação. As principais características e fases de criação de novos negócios. Compreensão e elaboração de um plano de negócios. Casos de negócios e novos empreendimentos em comunicação e relações públicas. Empreendedorismo corporativo. Modelos de negócios. Startups.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Estudar os aspectos teóricos e práticos relacionados ao empreendedorismo e à inovação, a fim de proporcionar o desenvolvimento de competências e habilidades para o empreendedorismo e inovação, que capacitem os acadêmicos para enfrentar os desafios profissionais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Conhecer os diferentes tipos de empreendedorismo e suas aplicações sociais e organizacionais;
- ♣ Compreender as características e fases do plano de negócios;
- ♣ Analisar os espaços para empreender na área da comunicação;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Inovação e espírito empreendedor** (entrepreneurship): prática e princípios. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2010.

FARAH, Osvaldo E; CAVALCANTI, Marly; MARCONDES, Luciana Passos. **Empreendedorismo estratégico**: criação e gestão de pequenas empresas. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

AIDAR, Marcelo Marinho. **Empreendedorismo**. São Paulo: Thomson, 2007.

CAPRINO, Monica P. (Org.) **Comunicação e inovação**: reflexões contemporâneas. São Paulo, SP: Paulus, 2008.

CECCONELLO, Antonio R. **A construção do plano de negócio**. São Paulo: Saraiva, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Saraiva, 2008.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo na prática**: mitos e verdades do empreendedor de sucesso. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

♣ Componente Curricular: Projeto em Relações Públicas

♣ Carga horária total: 75

♣ Carga horária teórica: 15

♣ Carga horária prática EaD: 15

♣ Carga horária Prática: 45

♣ Carga horária de Extensão: 0

EMENTA

Elaboração do projeto experimental ou projeto de pesquisa na área de Relações Públicas.

OBJETIVO GERAL

♣ Elaborar projeto experimental ou monográfico para as áreas de Relações Públicas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Optar pelo tipo de trabalho final de conclusão de curso;
- ♣ Definir o objeto de investigação, os métodos e técnicas de pesquisa;
- ♣ Qualificar a proposta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2011.

DUARTE, Jorge & BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2a ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5o ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6o ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatoria, publicação e trabalhos científicos**. 7o ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Pesquisa em comunicação**. 8. ed. São Paulo, SP: Loyola, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 25 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

8º Semestre

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Estágio Curricular Supervisionado em RP II
- ♣ Carga horária total: 105

- ♣ Carga horária teórica: 0
- ♣ Carga horária prática: 105
- ♣ Carga horária Semipresencial: 0
- ♣ Carga horária de extensão: 0

EMENTA

Contribuir para o desenvolvimento do processo de aprendizagem do aluno, através de experiências de trabalho no campo profissional, incentivando a aplicação dos conhecimentos adquiridos em estudos teóricos e práticos na graduação, inserindo o discente em práticas do mercado, ensejando a interação entre a formação acadêmica e a formação profissional.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Promover a interação do discente com o mercado de trabalho com o intuito de atender as demandas do campo profissional em vista das áreas de atuação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Elaborar planos de relações públicas e campanhas institucionais;
- ♣ Estudar e analisar as estratégias de comunicação utilizadas para construir a imagem corporativa, dos produtos e serviços e das formas de atuação na assessoria;
- ♣ Verificar a aplicabilidade prática do conhecimento teórico apreendido em sala de aula através da realização de atividades do escopo das Relações Públicas nas diferentes organizações e instituições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ARGENTI, Paul A. **Comunicação empresarial: A construção da identidade, imagem e reputação**. Tradução Adriana Ceshin Rieche. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 2003.

NEVES, Roberto de Castro. **Comunicação empresarial integrada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ANDRADE, Candido Teobaldo de Souza. **Curso de relações públicas: relações com os diferentes públicos**. São Paulo: Atlas, 1994.

CROSS, Rob. **Redes Sociais: como empresários e executivos de vanguarda as utilizam para obtenção de resultados**. Tradução: Carlos Szlak – São Paulo: Editora Gente, 2009.

DUARTE, Jorge (org.) **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia**. São Paulo: Atlas, 2002.

FRANÇA, Fábio. **Públicos: como identificá-los em uma nova visão estratégica**. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2008.

LATTIMORE, Dan. **Relações Públicas: profissão e prática**. Porto Alegre: AMGH, 2012.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso
- ♣ Carga horária total: 150
- ♣ Carga horária teórica: 0
- ♣ Carga horária prática EaD: 15
- ♣ Carga horária Prática: 135
- ♣ Carga horária de Extensão: 0

EMENTA

Elaboração do trabalho final de conclusão em Relações Públicas (nos formatos projeto experimental ou monográfico na área).

OBJETIVO GERAL

- ♣ Elaborar pesquisa ou produto nas áreas de Relações Públicas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Dar continuidade na realização de trabalho final de conclusão de curso, aquele projetado no Componente Curricular “Projeto em RP”;
- ♣ Construir texto acadêmico;
- ♣ Defender proposta para banca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2011.

DUARTE, Jorge & BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2a ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade.. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Pesquisa em comunicação**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 25 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- ♣ Componente Curricular: Libras

- ♣ Carga horária total: 75
- ♣ Carga horária teórica: 30
- ♣ Carga horária prática EaD: 15
- ♣ Carga horária Prática: 30
- ♣ Carga horária de Extensão: 0

EMENTA

Fundamentos da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o conhecimento dos aspectos legais da Libras, bem como dos instrumentos de acessibilidade nas repartições públicas. Desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em Libras para promover comunicação entre seus usuários.

OBJETIVO GERAL

- ♣ Proporcionar aos acadêmicos uma ampla visão e compreensão da Libras, visando o conhecimento da comunicação na vida dos surdos e fornecendo conhecimento teórico e prático com seminários e discussões acerca de temáticas diversas relacionadas a Libras na sociedade contemporânea.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ♣ Aprender comunicação básica de Libras;
- ♣ Compreender os surdos e sua língua partir de uma perspectiva cultural;
- ♣ Refletir e discutir sobre a língua, em questão de políticas públicas na realidade surda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina L. **Novo DEIT-LIBRAS: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira**. 2. ed. v. 1 e 2. São Paulo: Editora EDUSP, 2012.

QUADROS, Ronice; KARNOPP, Lodenir. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. **LIBRAS: conhecimento Além dos Sinais**. São Paulo: Pearson Education, 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

FLAVIA, Brandão. **Dicionário Ilustrado de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo: Global Editora, 2011.

GESSER, Audrei. **LIBRAS: Que língua é essa?** São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, Ronice Müller de, CRUZ, Carina Rebello. **Língua de Sinais: instrumentos de Avaliação**. Editora Artmed, 2011.

ZIESMANN, Cleusa Inês; LEPKE, Sonize. **Reflexões, experiências e estudos da LIBRAS na perspectiva da educação**. Santa Maria. Editora e Gráfica Curso Caxias, 2018.

ZIESMANN, Cleusa Inês (et al). **Famílias sem Libras: até quando?** Santa Maria. Editora e Gráfica Curso Caxias, 2018.

4 GESTÃO

Nesta seção, são apresentadas informações sobre recursos humanos e recursos de infraestrutura.

4.1 RECURSOS HUMANOS

Neste tópico, serão apresentadas as informações sobre a Coordenação do Curso, o Núcleo Docente Estruturante, a Comissão do Curso, o Corpo Docente e a Tutoria (quando houver).

4.1.1 Coordenação de Curso

Atualmente, o curso é coordenado pela Professora Doutora Paula Daniele Pavan, que atua na UNIPAMPA desde 2019 com regime de 40h (Dedicação Exclusiva). Licenciada em Letras (2009) - Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas - pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Mestra (2012) e Doutora (2017) em Letras - Área de Estudos da Linguagem, Especialidade Teorias do Texto e do Discurso - pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, possui experiência na área de Letras, com ênfase nos Estudos da Linguagem e na Análise do Discurso, bem como no Ensino de Língua Portuguesa e de Leitura e Produção Textual nos níveis Técnico e Superior.

A coordenadora substituta do curso, Professora Doutora Marcela Guimarães e Silva, atua na UNIPAMPA desde 2010, com regime de 40h (Dedicação Exclusiva). Bacharel em Relações Públicas pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Mestra (2005), e Doutora (2014) em Extensão Rural, pela Universidade Federal de Santa Maria, é também especialista em comunicação midiática pela mesma universidade (2006). Realizou Pós-doutoramento em Comunicação e Indústria Criativa, junto à Faculdade de Letras (FLUP), da Universidade do Porto (Portugal) em 2018. Possui experiência na área de comunicação e desenvolvimento, com ênfase em processos comunicacionais organizacionais.

4.1.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Conforme Art. 1º da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 97, de 19 de março de 2015, que institui o Núcleo Docente Estruturante e estabelece suas normas de funcionamento, “o Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada Curso de Graduação é proposto pela Comissão de Curso, sendo o Núcleo responsável pela concepção, pelo acompanhamento, consolidação, avaliação e atualização do respectivo projeto pedagógico” (UNIPAMPA, 2015, p.1).

O Regimento do Núcleo Docente Estruturante-NDE do Curso de Relações Públicas da UNIPAMPA foi aprovado pela Comissão de Curso em 17 de agosto de 2021 e encontra-se disponível no **APÊNDICE L**.

4.1.3 Comissão do Curso

Conforme Art. 102 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 5, de 17 de junho de 2010, que aprova o Regimento Geral da Universidade, “a Comissão de Curso é o órgão que tem por finalidade viabilizar a construção e implementação do Projeto Pedagógico de Curso, as alterações de currículo, a discussão de temas relacionados ao curso, bem como planejar, executar e avaliar as respectivas atividades acadêmicas” (UNIPAMPA, 2010, p.26). É constituída por docentes que atuam ou atuaram em atividades curriculares nos últimos doze meses, representantes discentes e técnico.

4.1.4 Corpo docente

A seguir, são apresentados os docentes que atuam no curso, sua formação, componentes curriculares que lecionam, as experiências de exercício no ensino superior, na educação básica, na educação a distância e as experiências profissionais.

Relação do corpo docente

♣ Docente: CARMEN REGINA ABREU GONÇALVES

♣ Componentes Curriculares: Comunicação e Política; Produção Audiovisual.

♣ Formação: Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008). Jornalista e Relações Públicas pela Universidade Católica de Pelotas (2002)

♣ Experiências:

- Ensino Superior: Professora na Universidade do Vale do Taquari (Univates), 2009. Professora Substituta na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) 2009 e 2010.
- Profissionais: Área Governamental: Prefeitura de Pelotas, Câmara de Vereadores de Pelotas, Assembleia Legislativa do RS e Governo do Estado do RS.

♣ Docente: ELISA LÜBECK

♣ Componentes Curriculares: Fundamentos de Relações Públicas; Gestão de Eventos; Planejamento de Relações Públicas; Estágio Curricular Supervisionado em RP I e Estágio Curricular Supervisionado em RP II.

♣ Formação: Doutora em Educação nas Ciências – UNIJUI (2016) e mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (2004) e graduação em Comunicação Social Habilitação Relações Públicas pela Universidade Federal de Santa Maria (2001). Graduação em Sistemas de Informação pela Universidade Franciscana (1998).

♣ Experiências:

- Ensino Superior: Universidade Federal de Santa Maria (2004-2006); Universidade Federal do Pampa (2010 – atual)
- Profissionais: Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus São Borja. Tem experiência na área de Comunicação,

com ênfase em Planejamento de Comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: relações públicas, planejamento de comunicação, organização de eventos, assessoria de comunicação e cerimonial e protocolo.

- ♣ Docente: ERICK DE MELO MACIEL
- ♣ Componentes Curriculares: Marketing Cultural.
- ♣ Formação: Bacharel em Administração de Empresas (ULBRA) e em Ciências Militares (AMAN). Mestre em Geomática – Tecnologia da Geoinformação (UFSM) e Mestre em Gestão e Auditoria Ambiental (Universidad de León, Espanha). Especialista em Gestão Empresarial (PUCRS), em Gestão de Iniciativas Sociais (UFRJ), em Docência do Ensino Superior (UFRJ) e em Gestão e Docência em EaD (UFSC).
- ♣ Experiências:
 - Ensino Superior: Bacharel em Administração de Empresas (ULBRA) e em Ciências Militares (AMAN).
 - Profissionais: Tem experiência na área de administração, cultura, educação, meio ambiente e negócios, mantendo sua inter e multidisciplinaridade. Mais de 15 anos de experiência em Gestão de Equipes, Administração, Planejamento, Gestão de Projetos e Treinamento, Desenvolvimento e Educação a Distância. Além das atividades de docência, atua como Consultor do SEBRAE/RS no Programa SEBRAETEC, estimulando o processo de inovação, e Produtor Cultural e Audiovisual, possuindo grande experiência na área e diversos projetos aprovados por Leis de Incentivo à Cultura e Seleções Públicas por edital.
- ♣ Docente: FERNANDA SAGRILO ANDRES

♣ Formação: Possui Graduação em Comunicação Social – Relações Públicas pela Universidade de Cruz Alta (2007), Especialização em Docência Universitária pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus Santiago (2011), Mestrado em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática – Linha: Mídia e Estratégias Comunicacionais da Universidade Federal de Santa Maria (2012) e Doutorado pelo mesmo programa (2017).

♣ Experiências:

- Ensino Superior: Antes de ingressar no ensino público, atuou como docente no curso de Publicidade e Propaganda, na Universidade Franciscana (UNIFRA - Santa Maria).
- Profissionais: Atualmente é professora no curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Pampa, onde é líder do grupo de pesquisa TELAS Pesquisa Colaborativa CNPq. Atuou como Marketing em veículo de comunicação (Grupo RBS) e como Relações Públicas em instituição de ensino superior (URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões).

♣ Docente: JULIANA LIMA MOREIRA RHODEN

♣ Componentes Curriculares: Psicologia Social e Organizacional.

♣ Formação: Possui graduação em Psicologia (bacharelado e licenciatura) pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul UNIJUÍ (1995). Formação em Psicanálise (1999) e Mestrado em Ciências da Linguagem pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2005). Doutora em Educação PPGE/UFSM (2018).

♣ Experiências:

- Ensino Superior: Faculdades de Itapiranga – Fai (2006-2006); Faculdade Portal (2007-2009); Celer Faculdades (2010-2010); Faculdade de Palmitos (2010-2010); Faculdades Integradas – Facvest – Lages- SC (2002-2009); Universidade Federal De Santa Maria – UFSM (2010-2010); Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA (2011-atual).
- Profissionais: Atualmente é Professora Adjunta I da Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA – Campus São Borja. Membro do grupo de Pesquisa: GPFOPE – Formação de Professores e Práticas Educativas: Educação Básica e Superior- UFSM e integrante do Grupo de pesquisa Relações de Fronteira: história, política e cultura na tríplice fronteira Brasil, Argentina e Uruguai, na linha de pesquisa Fronteira e educação, UNIPAMPA.

♣ Docente: LARISSA CONCEIÇÃO DOS SANTOS

- ♣ Formação: Doutora e Mestre em Sciences de l'Information et de la Communication, pela École des Hautes Études en Sciences de l'Information et de la Communication (CELSA), Université Paris-Sorbonne (Paris IV). Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Mestre em Engenharia de Produção (UFSM), Bacharel em Administração (UFSM) e Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Relações Públicas, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

♣ Experiências:

- Ensino Superior: Docente nos Cursos de Bacharelado em Relações Públicas na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM_FW) e na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).
- Profissionais: Possui experiência nas áreas de relações públicas, administração e comunicação, com atuação no setor público, no setor financeiro e no setor de eventos e de Comunicação organizacional.

- ♣ Docente: MARCELA GUIMARÃES E SILVA
- ♣ Componentes Curriculares: Teorias da Comunicação.
- ♣ Formação: Bacharel em Relações Públicas pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), especialista em Comunicação Midiática pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) mestre e doutora em Extensão Rural também pela UFSM. Fez estágio de doutorado sanduíche junto ao Laboratório de Comunicação e Conteúdos On-line (LabCom) da Universidade da Beira Interior (UBI) em Portugal e estágio de pós-doutoramento em Comunicação e Gestão de Indústrias Criativas junto ao CIC.DIGITAL – Center for research in communication, information and digital culture, da Faculdade de Letras (FLUP), da Universidade do Porto – Portugal.
- ♣ Experiências:
 - Ensino Superior: Bacharel em Relações Públicas pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí)
 - Profissionais: Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus São Borja. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Indústria Criativa – PPGCIC, e do curso de Relações Públicas. Líder do grupo de pesquisa (CNPq) Processos e Práticas nas Atividades Criativas e Culturais – GAPC. Coordenadora do Observatório Missionário das Atividades Criativas e Culturais – OMiCult.
- ♣ Docente: PAULA DANIELE PAVAN
- ♣ Componentes Curriculares: Leitura e Produção Textual.
- ♣ Formação: Doutora e Mestra em Letras – Área de Estudos da Linguagem, Especialidade Teorias do Texto e do Discurso – pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Licenciada em Letras – Língua Portuguesa e Respectivas

Literaturas – pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

♣ Experiências:

- Ensino Superior: Docência no Ensino Técnico e Superior no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, IFRS (2013-2014); Faculdades João Paulo II (2018-2019); Universidade Federal do Pampa (2019-atual).
- Profissionais: Atua como Pesquisadora no Grupo de Pesquisa Discurso, Arquivo e Autoria e no Grupo de Estudos Pecheutianos. Tem experiência docente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Produção Textual. Tem interesse e atua nas seguintes áreas: Texto, Discurso, Cultura, Ciberespaço, Ensino de Língua Portuguesa, Leitura e Produção Textual.

♣ Docente: TIAGO COSTA MARTINS

♣ Componentes Curriculares: Teoria e Técnica de Relações Públicas.

♣ Formação: Bacharel em Comunicação Social - Hab. Relações Públicas - UFSM (2002). Doutor em Desenvolvimento Regional UNISC (2014), com doutorado sanduíche no Exterior - PDSE (CAPES nº18017126) na Universidade da Beira Interior - UBI, Portugal (2013). Pós-doutor no CIC.DIGITAL Porto - Mestrado em Comunicação e Gestão das Indústrias Criativas, Universidade do Porto, Portugal (2018).

♣ Experiências:

- Ensino Superior: Professor na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí (2010).
- Profissionais: Pesquisador Ministério da Cultura/CNPq, Economia Criativa no Brasil (2013-2015). Atuou como primeiro coordenador na implementação do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Indústria Criativa, Unipampa

(2017). Pesquisador CNPq Edital Chamada Universal Comunicação Pública e Indicadores Culturais (2016-2020). Pesquisador FAPERGS (2019-2021), Comunicação Pública e Big Data para a Indústria Criativa. Professor permanente no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Unipampa. Professor colaborador no Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural - UFSM. Avaliador ad-hoc para agências de fomento (CNPq, Fapesq). Investigador colaborador no Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória - CITCEM, Universidade do Porto, Portugal. Vice-líder do Grupo de Pesquisa "Processos e Práticas em Atividades Criativas e Culturais"(UNIPAMPA/CNPq). Investigador do Grupo de Pesquisa TuPaC - Turismo e Patrimônio Cultural (UFSM/CNPq). Investigador do Observatório Regional do Sul e Sudeste do Pará - Orssepa (UNIFESSPA/CNPq). Atualmente é bolsista em produtividade pesquisa CNPq - PQ2.

♣ Docente: VALMOR RHODEN

♣ Formação: Graduado em Relações Públicas pela Universidade Federal de Santa Maria (1998). Realizei meu mestrado em Extensão Rural – na linha de pesquisa em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (2001). Fiz o Doutorado em Comunicação Social pela PUC-RS (2013). Pós-Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM (2018).

♣ Experiências:

- Ensino Superior: Professor Universitário desde 2001, com atuação na Facvest (2001 a 2009), UFSM (2009 a 2010) e Unipampa (desde 2011).
- Profissionais: Coordenei o curso de Relações Públicas da Facvest, em Lages-SC de junho 2003 a junho de 2009. Fui coordenador do curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja, de janeiro de 2012 a janeiro de 2015. Participei da criação da Agência Experimental de Relações Públicas, em fevereiro de 2013. Integro a Comissão Especial para

apresentação de proposta para o serviço de radiodifusão com finalidades educativas da UNIPAMPA. Atuei na Especialização em Atividades Criativas e Culturais da UNIPAMPA – edição 2015. Uma das principais linhas de pesquisa de interesse é o ensino superior de Relações Públicas e as tecnologias digitais. Atualmente sou Professor Adjunto do curso de Relações Públicas da UNIPAMPA – campus São Borja. Já publiquei três livros e participei de outros doze com capítulos, além de dezenas de trabalhos em eventos e revistas científicas. Integrante do Grupo de pesquisa Relações de Fronteira: história, política e cultura na tríplice fronteira Brasil, Argentina e Uruguai, na linha de pesquisa “Fronteira e educação” e Empreendedorismo em comunicação da UNIPAMPA e do GEPEIS da UFSM.

♣ Docente: WILLIAN DA MOTTA BRUM

♣ Componentes Curriculares: Libras.

♣ Formação: Possui Graduação em Educação Física – Licenciatura pela Universidade Luterana do Brasil (2009). Pós-graduado em Os estudos culturais e os currículos escolares contemporâneos da educação básica da UFRGS (2013).

♣ Experiências:

- Ensino Superior: Atualmente, sou professor efetivo da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), ministrando componentes de Libras.
- Educação Básica: Entre os anos de 2002 a 2005, trabalhei na Escola Estadual de Surdos Dr. Reinaldo Cóser, como monitor da disciplina de LIBRAS, pela Prefeitura Municipal de Santa Maria. Posteriormente, em 2005 fui nomeado como professor de LIBRAS pelo Estado do Rio Grande do Sul na mesma escola.

- Educação a Distância: integrou a comissão do curso de Geografia Licenciatura EADUNIPAMPA/UAB no ano de 2018, quando ministrou o componente curricular de Libras, com uma carga horária de 60 horas aula.
- Profissionais: Possui experiências em educação de surdos como professor/Instrutor de LIBRAS.

4.1.5 Tutoria

Na oferta de carga horária em modalidade EaD, a tutoria será executada pelos (as) próprios (as) docentes, como permite a normativa institucional.

4.2 RECURSOS DE INFRAESTRUTURA

Por se tratar de uma universidade nova e em formação, algumas instalações estão sendo construídas e ampliadas, incluindo laboratórios, salas de aula, salas de estudo, biblioteca e espaços administrativos. Além dos três prédios já prontos, está em construção o terceiro prédio acadêmico no campus II, numa área de aproximadamente 49 hectares.

Há investimentos contínuos na composição e ampliação da estrutura, pois a instituição fez parte do Reuni (Programa de Reestruturação do Ensino Superior do MEC).

Fazem parte da prática discente laboratórios de Rádio, Vídeo, TV, fotografia, produção gráfica, Pesquisa de Opinião e de informática. Cada um deles possui um sistema de atendimento, que prioriza as demandas dos componentes curriculares dos cursos da área da Comunicação Social do campus. Os laboratórios de informática são disponibilizados aos alunos em diferentes períodos do dia e noite, facilitando a utilização pelos discentes, pois não é necessário o agendamento durante os períodos que excedam o uso feito pelos componentes curriculares.

4.2.1 Espaços de trabalho

Quanto às salas de professores, estão localizadas no Prédio Administrativo (Campus II), inaugurado em novembro de 2015. Há gabinetes para cada quatro docentes, cada um com espaço de 32 metros quadrados, mesas amplas individuais, computador, acesso à internet e armários para a guarda de materiais dos professores.

Os espaços de trabalho viabilizam ações acadêmicas, como planejamento didático-pedagógico, atendem às necessidades institucionais, possuem recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados, garantem privacidade para uso dos recursos, para o atendimento a discentes e orientandos, e para a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

4.2.2 Biblioteca

A Biblioteca do Campus São Borja, é uma biblioteca de caráter universitário, especializada na área de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas. O acervo visa exclusivamente suprir as demandas de informação dos alunos, professores e funcionários do campus, estando aberta também para consulta, a toda comunidade.

A biblioteca de São Borja conta com uma bibliotecária e 4 assistentes para atender o público do Campus São Borja e comunidade.

Em agosto de 2021, foi entregue o prédio 5, onde a biblioteca passa a ocupar o térreo do mesmo, com espaços planejados para todas as atividades fim, com área total de 524,94 m². O acervo ocupa 336,08 m², sala de estudos com 93,78 m² podendo acomodar até 62 pessoas, sala de estudo em grupo 1 com 15,39 m² acomodando até 10 pessoas, sala de estudo em grupo 2 com 7,16 m² acomodando até 4 pessoas, sala de estudo em grupo 3 com 9,23 m² acomodando até 6 pessoas, área de atendimento ao público 32,60 m², sala de processamento técnico com 19,70 m², almoxarifado com 5,50 m², Copa com 5,50 m². A estrutura do espaço atende a cadeirantes.

O acervo da biblioteca é de livre acesso, atendendo tanto a comunidade universitária como o público em geral. O empréstimo domiciliar é um serviço

exclusivo para alunos, professores e funcionários da instituição. Aos usuários externos é possibilitado somente consultas no local, podendo também acessar a biblioteca através da internet para fazer consultas ao acervo. Os usuários da instituição podem realizar pesquisa ao acervo através do site da biblioteca, bem como renovar obras emprestadas, reservar material e solicitar Empréstimo entre as bibliotecas da UNIPAMPA.

O acervo é composto por livros, e-books, folhetos, periódicos através do Portal da CAPES, multimídias e obras de referência, conta com a plataforma de e-books *Minha Biblioteca* com aproximadamente 9.699 títulos disponibilizados a partir do sistema de bibliotecas Pergamum.

A UNIPAMPA conta com Repositório Institucional, onde é armazenada a produção científica da instituição.

O horário de atendimento da Biblioteca é das 8h às 21h30min.

Abaixo seguem informações detalhadas sobre o acervo:

Títulos: **9.877**

Exemplares: **41.106**

Dados Quantitativos do Acervo por Área do Conhecimento (CNPq)

ÁREAS DO CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES
Ciências Exatas e da Terra	103	536
Ciências Biológicas	66	301
Engenharias	14	29
Ciências da Saúde	137	440
Ciências Agrárias	16	54
Gestão Ambiental	1	3
Ciências Sociais Aplicadas	3.574	13.835
Ciências Humanas	3.833	19.970
Linguística, Letras e Artes	1.921	5.073

ÁREAS DO CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES
Multidisciplinar	172	767
Áreas de Conhecimento – Ensino Médio	20	49
Outros	20	49
TOTAL	9.877	41.106

Fonte: PERGAMUM, Estatísticas - Levantamentos bibliográficos - MEC - Por área do CNPq (240)

Dados Quantitativos do Acervo de Livros por Área do Conhecimento (CNPq)

ÁREAS DO CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES
Ciências Exatas e da Terra	99	525
Ciências Biológicas	62	291
Engenharias	13	28
Ciências da Saúde	107	389
Ciências Agrárias	13	43
Ciências Sociais Aplicadas	3.022	12.971
Ciências Humanas	3.624	19.618
Linguística, Letras e Artes	1.817	4.921
Multidisciplinar	145	740
Outros	15	24
TOTAL	8.917	39.550

Fonte: PERGAMUM, Estatísticas - Levantamentos bibliográficos - MEC - Por área do CNPq (240)

Dados Quantitativos do Acervo de Folhetos por Área do Conhecimento (CNPq)

ÁREAS DO CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES
Ciências Biológicas	2	8
Ciências da Saúde	14	20
Ciências Sociais Aplicadas	20	37
Ciências Humanas	16	39
Linguística, Letras e Artes	1	1
Multidisciplinar	1	1
TOTAL	54	106

Fonte: PERGAMUM, Estatísticas - Levantamentos bibliográficos - MEC - Por área do CNPq (240)

Dados Quantitativos do Acervo de Dissertações e Teses por Área do Conhecimento (CNPq)

ÁREAS DO CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES
Engenharias	1	1
Ciências Sociais Aplicadas	11	11
Ciências Humanas	9	9
Linguística, Letras e Artes	1	1
TOTAL	22	22

Fonte: PERGAMUM, Estatísticas - Levantamentos bibliográficos - MEC - Por área do CNPq (240)

Dados Quantitativos do Acervo de Monografias e TCCs por Área do Conhecimento (CNPq)

ÁREAS DO CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES
Ciências da Saúde	1	2
Ciências Sociais Aplicadas	348	558
Ciências Humanas	26	50
Linguística, Letras e Artes	2	4
TOTAL	377	614

Fonte: PERGAMUM, Estatísticas - Levantamentos bibliográficos - MEC - Por área do CNPq (240)

Dados Quantitativos do Acervo Multimídia

ÁREAS DO CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES
Ciências Exatas e da Terra	3	10
Ciências Biológicas	1	2
Ciências da Saúde	8	22
Ciências Sociais Aplicadas	64	149
Ciências Humanas	77	172
Linguística, Letras e Artes	96	142
Multidisciplinar	03	03
Áreas de Conhecimento – Ensino Médio	05	25
Outros	05	25
TOTAL	262	550

Fonte: PERGAMUM, Estatísticas - Levantamentos bibliográficos - MEC - Por área do CNPq (240)

Dados Quantitativos do Acervo de Periódicos

ÁREAS DO CONHECIMENTO	TÍTULOS
Ciências Exatas e da Terra	1
Ciências Biológicas	3
Ciências da Saúde	3
Ciências Agrárias	1
Ciências Sociais Aplicadas	30
Ciências Humanas	29
Linguística, Letras e Artes	4
TOTAL	71

Fonte: PERGAMUM, Estatísticas - Levantamentos bibliográficos - MEC - Por área do CNPq (240)

A UNIPAMPA tem acesso remoto ao Portal de Periódicos CAPES, fazendo parte da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), que é uma rede gerida pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), o que vem a suprir as necessidades de atualização que o periódico realiza. Para as comunidades que fazem parte da CAFe, o acesso remoto é feito na seção **Meu Espaço**.

Abaixo segue a lista dos Servidores responsáveis:

- Bibliotecária: Dilva Carvalho Marques
- Assistentes em Administração: Chaiane Ferrazza Gomes; Jeferson Andrade Duda; Mateus Mark Weber; Tanize Damian Pizzuti da Silva.

4.2.3 Laboratórios

4.2.3.1 Laboratório de criação e produção gráfica

O Laboratório de Criação e Produção Gráfica conta com um espaço físico de 70,72 m². É um local que está destinado como laboratório de Agência I e Agência II do curso de Publicidade e Propaganda. E é utilizado pelo componente “Produção Gráfica”.

Os alunos e docentes contam com: 23 computadores, todos com software para produção gráfica; projetor de mídia; tela de projeção; televisor de LCD e reproduzidor de DVD. Sete deles estão com licenças Sound Forge Pro 11, licenças adobe CS4 Master Collection, Adobe Audition, Corel Draw X4 e todos com Microsoft Office 2010.

4.2.3.2 Laboratório de informática

O Laboratório de Informática estrutura-se em um espaço físico de 56,80m². Contempla o uso geral e recurso de acesso digital aos acadêmicos que não possuem outros meios de acessibilidade para pesquisas. É também utilizado para edição, criação e digitação de trabalhos, conforme a necessidade dos componentes curriculares. Atualmente, o laboratório de informática conta com 12 computadores, ambos com: software para produção gráfica; projetor de mídia; tela de projeção. Onze computadores com licenças Sound Forge Pro 10, licenças adobe CS4 Master Collection, Adobe Audition. Todos com Corel Draw Graphics Suite X4 e todos com Microsoft Office.

4.2.3.3 Laboratório de redação

O curso também conta com mais um laboratório de redação devidamente instalado em uma área de 76,96 m². Este laboratório dispõe dos seguintes equipamentos: 24 computadores com software para produção; projetor de mídia; tela de projeção; televisor de LCD e reproduzidor de DVD. Todos os computadores possuem licenças Sound Forge Pro 10, licenças adobe CS4 Master Collection, Adobe Audition. Todos estão equipados com Corel Draw Graphics Suite X4 e Microsoft Office. Leitura e Produção Textual, Escrita Criativa e Escrita e Oralidade em Relações Públicas Redação em RP II são os componentes que utilizam este laboratório.

4.2.3.4 Estúdio de Rádio

O estúdio de Rádio é composto por estúdios de locução, gravação e de edição. O estúdio de locução (sala 3304) com a metragem de: 3m x 4m e 80cm x 3m e 35cm de altura. O estúdio de gravação e edição com: 3m e 10 cm x 4 m e 80 cm x 3 m e 35 cm de altura, sendo que os dois ambientes possuem proteção

acústica completa, com Sonex, em todas as paredes - exceto no teto. Cada estúdio possui uma porta seriada com chapa de aço carbono para proteção acústica, isto é, antirruído, vão de passagem de 900 x 2100, folha de 40mm, com degrau no piso, sem visor e fechaduras em chave e maçanetas em inox. O estúdio conta com visor acústico de vidros duplos de 8mm, quadro em chapa de aço carbono e câmara interna desidrata. O estúdio de locução possui 7 tomadas com 3 saídas cada uma, um terminal para conexão à internet e um interruptor de iluminação. Este laboratório ainda oferece uma mesa redonda de fórmica, para realização de debates, com 5 cadeiras; uma mesa escolar com cadeira; duas mesas em fórmica retangulares com quatro cadeiras cada. O estúdio de gravação e edição possui sete tomadas, um terminal para conexão à internet e um interruptor de iluminação; duas mesas em fórmica para computador; duas cadeiras giratórias; três armários e um gaveteiro. O estúdio de rádio é utilizado pelo componente de produção audiovisual, bem como atende a outros componentes, conforme a demanda.

4.2.3.5 Laboratório de vídeo

O laboratório de vídeo situa-se em uma sala de 6m x 4m e conta com um técnico responsável, uma estrutura física e equipamentos. Para o curso de Relações Públicas, funciona como um laboratório nas atividades que envolvam o audiovisual, trabalhado no componente Produção audiovisual, além de ser auxiliar para outros componentes que possuem atividades práticas.

4.2.3.6 Estúdio de TV

Este estúdio serve como laboratório auxiliar ao curso de Relações Públicas, principalmente no componente Produção audiovisual e nos demais componentes que demandam atividades práticas. Este estúdio conta com um espaço de 170 metros quadrados, com duas ilhas de edição, painel chroma-key, gride de iluminação fixa e com controle digital.

4.2.3.7 Laboratório de Fotografia

O laboratório de fotografia conta com amplo espaço de ensino e equipamentos novos para utilização acadêmica. O estúdio tem 10 metros por 6 metros, tendo uma boa profundidade de campo na concepção da imagem. Fundo

infinito de 2,5 metros por 3,5 metros. Esses equipamentos estão à disposição do componente Linguagem e Estética Visual e demais componentes que demandam atividades práticas.

4.2.3.8 Laboratório de Pesquisa de Opinião Pública e Social

O laboratório de pesquisa de opinião é vinculado às atividades de ensino que utilizam a análise de banco de dados, a construção e a aplicação de questionários, de pesquisas qualitativas e quantitativas. É previsto no uso da sala a dotação de computadores com software de análise estatística. Fundamentalmente, o laboratório permite o desenvolvimento de práticas de pesquisa quantitativa, conforme as exigências didáticas e os projetos político-pedagógicos dos cursos. Embora ligado principalmente ao tipo de pesquisa quantitativa, o Laboratório pretende considerar e incluir na sua realização o aporte fundamental da pesquisa qualitativa. É por isso que, em linha geral, é aqui proposta a denominação de “Laboratório de Pesquisa de Opinião Pública e Social”.

O curso de Relações Públicas utiliza o laboratório através dos componentes: Laboratório de Pesquisa em Relações Públicas, além da Agência Experimental de Relações Públicas, bem como pelos projetos desenvolvidos na extensão e na pesquisa.

4.2.3.9 Agência Experimental de Relações Públicas

A Agência iniciou suas atividades como laboratório em 2012, sob a responsabilidade da Professora Dra. Marislei Ribeiro, pensando em uma maior integração dos acadêmicos da Universidade Federal do Pampa com o mercado de trabalho e, conseqüentemente, com os públicos-alvo (organizações não governamentais, órgãos públicos, instituições escolares, entre outros), além da importância de realizar trabalhos práticos para a própria universidade. Inicialmente, com o nome de Agência Experimental de Relações PúbliCultural.

Inicialmente, em caráter de laboratório, a agência prestava serviços somente à comunidade da UNIPAMPA. Posteriormente, esses serviços se estenderam à comunidade em geral, sendo eles: assessoria e consultoria, planejamento e

organização de eventos, relacionamento com a mídia, elaboração e execução de projetos culturais, entre outros.

Após esse período, a agência começou a desenvolver suas atividades como um projeto de ensino. Desde 2018, é coordenado pela Profa. Dra. Elisa Lübeck sob o nome: **Agência experimental de Relações Públicas: Uma articulação da prática profissional com o ensino.**

Missão: promover o desenvolvimento social e cultural de sua região de abrangência, relacionando teoria e prática, mediante a articulação, promoção e operacionalização de ações internas e externas à UNIPAMPA, propiciando, assim, apoio às iniciativas das áreas de comunicação, sendo espaço de formação acadêmica;

Valores: direcionar suas ações a partir de princípios éticos e críticos, com base no mundo do trabalho, para uma atuação mais qualificada de seus profissionais em empreendimentos diversificados, que proporcionem a interação entre as empresas e as instituições de ensino e pesquisa.

Visão: contribuir com o campo de atuação profissional de Relações Públicas.

Em 2019, para alcançar os objetivos estabelecidos, foi produzida uma nova identidade visual para a Agência, pensada a partir de uma *persona*, de acordo com o perfil do estudante de Relações Públicas da UNIPAMPA.

Em 2020, a AGERP conquistou dois prêmios: no Encontro Intercom Inter-regiões, etapa Sul; e também o prêmio nacional no 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação como **Melhor trabalho na categoria Agência/escola de Relações Públicas.**

A agência experimental de relações públicas é um espaço privilegiado de formação para os acadêmicos do curso. Com o estágio curricular, a agência passou a ser ainda mais um suporte para a realização destes trabalhos, podendo ampliar a atuação também para instituições do terceiro setor e/ou filantrópicas sem fins lucrativos locais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.640**, de 11 de janeiro de 2008: institui a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11640.htm>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Coordenação Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior. **Documento orientador das comissões de avaliação in loco para instituições de educação superior com enfoque em acessibilidade**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/documentos_orientadores/2016/documento_orientador_em_acessibilidade_avaliacao_institucional.pdf>. Acesso em 12 fev. 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDB** (Lei 9.394/96).

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação. **Parecer CNE/ CES n.492/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Comunicação Social**. Diário Oficial da União, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução n.16 de 13/03/2002 - Estabelece as diretrizes curriculares para a área de comunicação social e suas habilitações**. Diário Oficial da União, 2002.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CES nº 85/2013, aprovado em 14 de março de 2013 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Relações Públicas**. pces085_13 (mec.gov.br) publicado no D.O.U. de 12/9/2013, Seção 1, Pág. 10.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CES nº 2, de 27 de setembro de 2013, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Relações Públicas**. rces002_13 (mec.gov.br) publicado no DOU de 12/9/2013.

BRASIL. DECRETO Nº 63.283, DE 26 DE SETEMBRO DE 1968. **Regula o exercício da profissão Relações Públicas e dá outras providências.** Brasília, 1968.

BRASIL. Lei nº 10.639/2003, que altera a Lei nº 9.394/1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de **Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"**, e dá outras providências.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 03/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o **Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**; e a Resolução nº 01/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 08/2012 e a Resolução nº 01/2012, que estabelecem as Diretrizes Nacionais para a **Educação em Direitos Humanos.**

BRASIL. Nota Técnica MEC nº 24/2015, a qual apresenta a dimensão de **gênero e orientação sexual** nos planos de educação.

BRASIL. Lei nº 9.795/1999, que dispõe sobre a educação ambiental, instituindo a **Política Nacional de Educação Ambiental** e dá outras providências; o Decreto nº 4.281/2002, o qual regulamenta a Lei nº 9.795/1999 e a Resolução nº 02/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a **Educação Ambiental.**

BRASIL. Lei nº 11.645/2008 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "**História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**".

BRASIL. **Instrução normativa nº 213/2019. Estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.** Instrução-Normativa-213-2019.pdf (ufsc.br). Publicado em: 18/12/2019 | Edição: 244 | Seção: 1 | Página: 33 Órgão: Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal.

BRASIL. Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nos 10.048/2000, a qual dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a **promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.**

BRASIL. Decreto nº 6.949/2009, o qual promulga a Convenção Internacional sobre os **Direitos das Pessoas com Deficiência** e seu Protocolo Facultativo.

BRASIL. Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a **educação especial** e o atendimento educacional especializado.

BRASIL. Lei nº 12.764/2012; a qual dispõe sobre a **Proteção dos Direitos de Pessoas com Transtorno de Espectro Autista**.

BRASIL. Decreto nº 5.626/2005, que dispõe sobre a **Língua Brasileira de Sinais – Libras**.

BRASIL. Portaria nº 3.284/2003, na qual dispõe sobre requisitos de **acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências**, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

BRASIL. Lei nº 13.005/2014, que aprova o **Plano Nacional de Educação (PNE)** e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 13.146/2015, a qual institui o **Estatuto da Pessoa com Deficiência**.

BRASIL. Portaria nº 2117 de 06 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

BRASIL. Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CAST. **Desenho Universal para Aprendizagem**. Disponível em: <https://www.cast.org/impact/universal-design-for-learning-udl>. Acesso em 12 fev. 2021.

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO a DISTÂNCIA (DED). **Orientações para Educação a Distância no ensino presencial da Unipampa**. 2019. UNIPAMPA. Bagé/RS. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/ead/orientacoes-ead/orientacoes-para-ead-no-ensino-presencial/>. Acesso em 21 jul. 2022.

FERREIRA, Radelfiane Balbino da Silva; SILVA, Marialva de Souza. Principais metodologias ativas aplicadas à EaD. In: SILVA, A. J. N.; SUBRINHO, A. U. C. (Org.) . **A educação enquanto fenômeno social: Um estímulo à transformação humana**. 01. ed. Ponta Grossa: Atena Editora, 2022. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/62517>. Acesso em 21 jul. 2022.

FURNIEL, Ana Cristina da Matta; MENDONÇA, Ana Paula Bernardo; SILVA, Rosane Mendes da. Recursos Educacionais Abertos: Conceitos e Princípios. s.d. FIOCRUZ. Disponível em: <https://campusvirtual.fiocruz.br/portal/guiaarea/assets/files/Guia1.pdf>. Acesso em 21 jul. 2022.

Guindani, E. R., Koga, Y. M. N., & Nascimento, S. B. H. G. do. (2017). Desigualdades no Estado do Rio Grande do Sul: análise de indicadores sociais e educacionais. *Educação E Fronteiras*, 7(20), 178–186. <https://doi.org/10.30612/eduf.v7i20.15229>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Brasil, Rio Grande do Sul, São Borja. População. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-borja/panorama>. Acesso em 18 jul 2022

INEP. **Glossário dos Instrumentos de Avaliação Externa**. Disponível em: < <http://inep.gov.br/web/guest/educacao-superior/avaliacao-dos-cursos-de-graduacao/glossario>>. Acesso em 22 set. 2021.

_____. **Instrumentos de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância**. Disponível em: < <http://inep.gov.br/instrumentos>>. Acesso em 22 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução CONSUNI nº 5**, de 17 de junho de 2010: aprova o Regimento Geral da Universidade. Disponível em: <<https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2017/12/3-regimento-geral-nova-versao.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2019.

_____. **Resolução CONSUNI nº 29**, de 28 de abril de 2011: aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/08/res--29_2011-normas-basicas-de-graduacao-alterada-pela-res--249.pdf>. Acesso em: 04 set. 2019.

_____. **Resolução CONSUNI nº 97**, de 19 de março de 2015: institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e estabelece suas normas de funcionamento. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2010/06/res--97_2015-nde1.pdf>. Acesso em 10 set. 2019.

_____. **Resolução nº 07**, de 18 de dezembro de 2018: Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE – 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf?query=revogacao. Acesso em 22 de nov. 2021.

_____. **Resolução nº 253**, de 12 de setembro de 2019. Aprova a Estrutura Organizacional e as Normas para Atividades e Organização do Calendário Acadêmico da UNIPAMPA. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/09/resolucao-no-253_2019-atividades-academicas-de-graduacao.pdf>. Acesso em 10 fev. 2021.

_____. **Resolução nº 260**, de 11 de novembro de 2019. Aprova as normas para ingresso no ensino de graduação na UNIPAMPA. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/11/res--260_2019-normas-ingresso_no_ensino_de_graduacao.pdf>. Acesso em 10 fev. 2021.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**. Bagé: UNIPAMPA, 2019. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/07/res--246_2019-pdi-2019-2023.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

_____. **Resolução UNIPAMPA/CONSUNI nº 329/2021**. Dispõe sobre as normas para os Estágios destinados a discentes de cursos de graduação, presenciais ou a distância, vinculados à Universidade Federal do Pampa e para estágios cuja unidade concedente é a Unipampa. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/11/res-329_2021-nova-norma-estagios.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2022.

_____. **Resolução UNIPAMPA/CONSUNI nº 317/2021**. Regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância, da UNIPAMPA. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/05/res--317_2021-politica-de-extensao.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2022.

_____. **Resolução UNIPAMPA/CONSUNI nº 328/2021**. Aprova as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Percursos Formativos Flexíveis para discentes com deficiência no âmbito da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/11/res-_328_2021-diretrizes-acessibilidade.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2022.

REFERÊNCIAS TÉCNICO-PEDAGÓGICAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**. Bagé: UNIPAMPA, 2019. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/07/res--246_2019-pdi-2019-2023.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES ELETRÔNICAS

Resolução normativa nº 43. CONFERP. Disponível em: <<http://www.conferp.org.br>> Acesso em: 08 jun. 2012.

Plano Nacional de Cultura: Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc->>. Acesso em: 12 de set. de 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – REGULAMENTO DE TCC - MODELO DO PROJETO TCC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (UNIPAMPA)

CAMPUS SÃO BORJA

CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

TÍTULO DO PROJETO

Acadêmico

Nome da Cidade

Ano

NOME DO ALUNO

TÍTULO DO PROJETO

Projeto de Pesquisa
apresentado como requisito parcial
para elaboração do Trabalho de
Conclusão, do Curso de Relações
Públicas à Universidade Federal do
Pampa, campus São Borja-RS.

Orientador(a):

Cidade

Ano

SUMÁRIO

1 TEMA

2 PROBLEMA

3 OBJETIVOS

4 JUSTIFICATIVA

5 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

6 METODOLOGIA

7 CRONOGRAMA

8 SUMÁRIO PROVISÓRIO

REFERÊNCIAS

1 TEMA

O Projeto é um roteiro para a elaboração de pesquisa em uma determinada área, possibilitando a produção do conhecimento e sua sistematização sobre o tema específico a ser abordado. O tema se constitui no objeto de estudo da pesquisa. A indicação do tema da pesquisa é um dos primeiros passos da elaboração do projeto.

Nesse item, o tema deve ser exposto de forma clara e objetiva, indicando o objeto a ser estudado. Ressalta-se que a escolha do tema deve ser sempre permeada por vários fatores que auxiliarão no desenvolvimento da proposta da pesquisa, dos quais se destacam:

- vontade pessoal em desenvolver a pesquisa;
- possibilidades de execução;
- inovação / ineditismo;
- estar de acordo com a área de concentração do curso.

É importante nesse processo de construção do tema de pesquisa responder algumas perguntas: qual assunto você mais gosta? Sobre qual tema acadêmico você pensa em continuar debatendo? Dos assuntos que foram tratados nas aulas da graduação quais deles você se lembra com mais prazer? Essa escolha é individual, por isso a inspiração começa pelo prazer em discutir a temática. Você também pode se apoiar nas leituras de livros e nas conversas com os professores.

Feitas essas aproximações de interesse pessoal, é importante contextualizar o tema a partir de pesquisa em base bibliográfica (CAPES, IBICT) para verificar as produções disponíveis sobre o tema. Trata-se dos primeiros contatos para dar base a uma boa fundamentação teórica. Por isso, anote essas fontes de pesquisa porque elas darão sustentação ao “estado da arte”, isto é, a revisão bibliográfica sobre o assunto escolhido.

Para realizar o trabalho de investigação científica o estudante deverá definir e explicitar o tema ou objeto de análise de forma clara e direta. A delimitação do foco da pesquisa implica em situar o tema, apresentando a delimitação geográfica

e o período proposto para a pesquisa, de acordo com o contexto geral da sua área de trabalho, assim como deve apresentar, já nesse momento, uma indicação do problema que será discutido acerca do tema.

Deve-se ter consciência que esta delimitação será a base para tornar a pesquisa efetivamente viável. Assim, quanto mais circunscrita for a delimitação, apontando para um rumo precisamente delineado, maior a possibilidade da pesquisa desenvolver algo realmente novo.

2 PROBLEMA

Definição do problema teórico e/ou prático a ser resolvido a partir da elaboração da pesquisa. Faz parte desta definição a problematização do tema, podendo ser incluída a antecipação de uma hipótese para a solução do problema proposto.

O problema central da pesquisa pode (e deve) estar contido na delimitação temática, a fim de indicar o caminho pelo qual a pesquisa será guiada. Entretanto, nesse capítulo à parte, o autor do projeto tem a possibilidade de construir uma análise mais aprofundada acerca do problema, podendo apresentar suas variantes, determinantes e, por fim, construindo hipóteses.

3 OBJETIVOS

A apresentação dos objetivos varia em função da natureza do projeto. Nos objetivos da pesquisa cabe identificar claramente o problema e apresentar sua delimitação. Apresentam-se os objetivos de forma geral e específica.

O objetivo geral define o que o pesquisador pretende atingir com sua investigação. É o alvo do processo. Pode ser compreendido também como a orientação do estudo: fundamentação e metodologia.

Os objetivos específicos definem etapas do trabalho a serem realizadas para que se alcance o objetivo geral. Podem ser: exploratórios, descritivos e explicativos. Assim, deve-se sempre utilizar verbos no infinitivo para iniciar os objetivos:

- exploratórios (conhecer, identificar, levantar, descobrir);

- descritivos (caracterizar, descrever, traçar, determinar);
- explicativos (analisar, avaliar, verificar, explicar).

Este é o único capítulo de todo o Projeto que deve aparecer na forma de tópicos, ao contrário dos demais, que deverão ser apresentados em forma de texto descritivos e problematizados. Assim, os objetivos são geralmente curtos. Atentem-se porque a seção não deve conter muitos objetivos, uma vez que cada objetivo requer uma resposta.

4 JUSTIFICATIVA

Justificar consiste em descrever e argumentar sobre as razões e motivações da escolha do tema em questão, apresentando, de forma clara e objetiva, a relevância teórica ou prática da pesquisa. Na justificativa deve ficar claro porque a pesquisa é importante.

No caso de pesquisa de natureza científica ou acadêmica, a justificativa deve indicar, ainda:

- A relevância social do problema a ser investigado;
- As contribuições que a pesquisa pode trazer, no sentido de proporcionar respostas aos problemas propostos ou ampliar as formulações teóricas a esse respeito;
- O estágio de desenvolvimento dos conhecimentos referentes ao tema;
- A possibilidade de sugerir modificações no âmbito da realidade proposta pelo tema.

Como a Justificativa é a maneira mais adequada para convencer o leitor, é importante que o pesquisador se coloque na posição de alguém alheio à pesquisa para analisar os motivos pelos quais seria levado a ter prazer em ler o assunto estudado. Assim, é importante realizar também conexões do seu tema com outras pesquisas, bibliografias, descobertas recentes, em função de que a importância do tema a ser trabalhado cresce à medida que o conecta com o mundo externo.

5 METODOLOGIA

A metodologia remete diretamente à maneira de trabalhar o objeto da pesquisa. Remete à ação pela qual serão alcançados os resultados esperados ou previstos. Assim, trata-se neste capítulo da forma pela qual serão pesquisados, filtrados e analisados os dados obtidos no decorrer da pesquisa.

As hipóteses serão fundamentais nesse momento porque indicarão ao pesquisador, ainda sem o conhecimento devidamente aprofundado sobre o tema, ávido por respostas, a selecionar os meios mais adequados para obter indicações e/ou conclusões acerca das suas indagações.

Numa pesquisa bibliográfica a metodologia consiste em descrever as fontes de pesquisa (as referências iniciais) e o processo de estudo, a proposta de seleção das leituras, isto é, o porquê de alguns autores serem escolhidos e outros não.

A metodologia compreende ainda a indicação de como será feita a análise do material pesquisado ou do tipo de análise que será efetuada: seletiva, crítica ou reflexiva, descritiva, analítica e outros.

Na pesquisa documental ou de campo são necessárias ainda a delimitação e a descrição (se necessário) dos instrumentos e fontes escolhidos para a coleta de dados: entrevistas, formulários, questionários, observação e outros. A indicação do procedimento para a coleta de dados, que deverá acompanhar o tipo de pesquisa selecionado:

- a) para pesquisa experimental - indicar o procedimento de teste;
- b) para a pesquisa descritiva - indicar o procedimento da observação (entrevista, questionário, análise documental, entre outros).

6 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Consiste em apresentar um resumo do que já foi escrito sobre o tema. Uma pesquisa não parte do zero, por isso o pesquisador deverá fazer uma pesquisa prévia, em bases de dados científicos, Capes, Ibtict e outros, sobre o que foi desenvolvido sobre o tema que você tem interesse em continuar estudando.

Mesmo que seja uma pesquisa de campo inédita, que avalia uma situação concreta desconhecida em um dado local, alguém ou um grupo, em algum lugar, já

deve haver pesquisas iguais ou semelhantes, ou mesmo complementares de certos aspectos da pesquisa pretendida. Uma procura dessas fontes, documentais ou bibliográficas, torna-se imprescindível para que não haja duplicação de esforços.

A citação das principais conclusões a que outros autores chegaram permite salientar a contribuição da pesquisa realizada, demonstrar contradições ou reafirmar comportamentos e atitudes. Dessa forma, a literatura deverá:

- ser condizente com o problema em estudo;
- ser relevante e atual sobre o assunto a ser estudado;
- apontar alguns dos autores que serão consultados;
- demonstrar entendimento acerca do que já existe sobre o tema.
- conter citações feitas de acordo com as normas da ABNT.

7 CRONOGRAMA

É necessário indicar o cronograma de realização do trabalho, o que dependerá do tempo disponível para a realização da pesquisa. A pesquisa deve ser dividida em partes, com previsão do tempo necessário para passar de uma fase a outra. Algumas partes que podem ser executadas simultaneamente enquanto outras dependem das fases anteriores. Assim, o cronograma visa distribuir o tempo total disponível para a realização da pesquisa, incluindo nesta divisão a elaboração do relatório final.

(Exemplo)

ETAPAS	mês						
Levantamento bibliográfico	X						
Organização de questionários	X	X	X				
Aplicação de questionários		X	X				

ETAPAS	mês						
Tabulação de dados		X	X				
Organização do roteiro				X			
Redação do trabalho				X			
Revisão e redação final					X	X	
Entrega						X	
Banca Final						X	

8 SUMÁRIO PROVISÓRIO

Indicar os possíveis capítulos que deverão ser escritos. Em média, uma monografia tem quatro capítulos. E o curso de Relações Públicas exige que a produção textual tenha no mínimo 40 páginas e pode conter ilustrações e outros anexos.

Outra dica é que, se possível, os capítulos devem ser subdivididos (conforme a necessidade), para que a discussão fique mais organizada, proporcionando, também, que o leitor tenha acesso mais rápido à informação que procura quando a redação do trabalho final estiver concluída.

Vale ressaltar que, como o próprio nome do capítulo indica, este deve ser um roteiro PROVISÓRIO, que, munido pelas hipóteses, metodologia e revisão bibliográfica, deve ser construído de forma a apresentar o quê será produzido.

REFERÊNCIAS

Consiste na indicação da bibliografia básica, isto é, de todo material coletado sobre o tema: livros, artigos, monografias, material da internet, entre outras fontes utilizadas para a elaboração do projeto. Pode incluir textos que não foram

analisados no referencial teórico, mas que tenham sido citados como significativos para a análise do problema em questão.

As referências bibliográficas deverão ser feitas de acordo com as normas da ABNT. Na bibliografia final, devem-se listar, em ordem alfabética por sobrenome dos autores (letra maiúscula), todas as fontes consultadas. As fontes devem ser citadas conforme as normas da ABNT.

Caso haja necessidade, podem ser divididas por tipologia, para facilitar o acesso do leitor. Por isso, é possível que você prefira agrupar as fontes bibliográficas em: documentais, mídias eletrônicas (internet, cd's, vídeos) e outras.

APÊNDICE B – MODELO DE PRÉ-PROJETO EXPERIMENTAL EM RELAÇÕES PÚBLICAS (UMA DAS POSSIBILIDADES DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO)

1. Apresentação:

Este apêndice contém a estrutura básica do pré-projeto experimental para proposição do projeto experimental, uma das possibilidades de trabalho de conclusão de curso.

2. Áreas Temáticas:

O Projeto Experimental em Relações Públicas deverá ser elaborado a partir de temáticas relacionadas com o desenvolvimento teórico/prático no campo das Relações Públicas.

Algumas sugestões:

1. Campanhas de Relações Públicas
2. Teorias e Técnicas de Relações Públicas;
3. Planejamento e Assessoria de Comunicação;
4. Cultura; Arte; Produção Cultural; Marketing Cultural; e Economia da Cultura;
5. Interfaces das Relações Públicas: responsabilidade social; turismo; esporte; lazer; educação; sustentabilidade; cidadania; etc.
6. Gestão, políticas e estratégias de comunicação nas organizações;
7. Comunicação Digital;
8. Estudos de Mídias; Pesquisa de Opinião Pública.
9. Eventos;
10. Comunicação audiovisual.

3. Estrutura do Pré-Projeto Experimental:

Capa

Folha de Rosto

Dados de Identificação do Pré-Projeto Experimental

Sumário

1. Introdução
2. Justificativa
3. Objetivo Geral e Específico(s)
4. Fundamentação Teórica
5. Métodos e procedimentos
6. Cronograma
7. Orçamento

Referências Bibliográficas

Anexos e Apêndices (opcional)

APÊNDICE C – MODELO DE TCC (MONOGRAFIA)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (UNIPAMPA)

CAMPUS SÃO BORJA

CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

TÍTULO

Acadêmico

Nome da Cidade

Ano

NOME DO ALUNO

TÍTULO

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Relações Públicas à Universidade Federal do Pampa, campus São Borja-RS.

Orientador(a):

Cidade

Ano

NOME

TÍTULO

APROVADO EM _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a) Dr.(a) ou Me

Orientador(a)

Prof.(a) Dr.(a) ou Me.

Avaliador(a)

Prof.(a) Dr.(a) ou Me.

Avaliador(a)

Agradecimentos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

DESENVOLVIMENTO

ANÁLISE

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

ANEXOS

APÊNDICE D – MODELO DE TCC (PROJETO EXPERIMENTAL)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (UNIPAMPA)

CAMPUS SÃO BORJA

CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

TÍTULO

Acadêmico

Nome da Cidade

Ano

NOME DO ALUNO

TÍTULO

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Relações Públicas à Universidade Federal do Pampa, campus São Borja-RS.

Orientador(a):

Cidade

Ano

NOME

TÍTULO

APROVADO EM _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a) Dr.(a) ou Me

Orientador(a)

Prof.(a) Dr.(a) ou Me.

Avaliador(a)

Prof.(a) Dr.(a) ou Me.

Avaliador(a)

Agradecimentos

SUMÁRIO

1. Introdução (tema, contexto, objetivos, justificativa, problema)

2. Embasamento teórico

3. Apresentação da solução/experimento

4. Recursos utilizados (materiais, humanos e financeiros)

5. Mensuração e avaliação dos resultados

6. Considerações finais

Referências Bibliográficas

Apêndices

Anexos

APÊNDICE E – INDICAÇÃO DE ORIENTADOR(A)

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC



Eu, _____, matrícula
n° _____, devidamente matriculado no componente curricular
"Projeto em RP" manifesto o interesse em ser orientado pelos seguintes
professores, em ordem de preferência:

1° _____

2° _____

3° _____

APÊNDICE F – ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO/ano**

Ao(s) dias do mês de de dois mil e reuniram-se, na da UNIPAMPA, Campus São Borja, para apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, que serve como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel / Bacharela em Relações Públicas. O referido trabalho de conclusão de Curso intitulado....., apresentado pelo(a) graduando(a) para a Banca Examinadora, composta pelos professores:e obteve a média final de Nada mais tendo a relatar, encerro e assino a presente ATA com os demais componentes da Banca.

Prof.(a)(orientador (a))

Prof. (a)(avaliador(a))

Prof. (a)(avaliador(a))

Discente.....(orientando(a))

Observações: () Com recomendações () Sem recomendações

APÊNDICE G - DECLARAÇÃO DE CANCELAMENTO DE ORIENTAÇÃO



Declaração de Cancelamento de Orientação

Eu, _____, professor (a) orientador (a) do trabalho de conclusão de Curso – TCC do Curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – Campus São Borja, declaro que não mais orientarei o(a) aluno(a)

_____.

Motivos:

São Borja, ___ de _____ de ____.

Coordenador(a) do Curso

Professor(a) Orientador(a)

Orientando(a)

APÊNDICE H - DECLARAÇÃO DE TROCA DE ORIENTADOR



Declaração de Troca de Orientador

Eu, _____, aluno(a)
orientando(a) do Professor(a) _____
_____ venho requerer perante a comissão de curso a troca de
orientador para meu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do Curso de Relações
Públicas da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – Campus São Borja.

Motivos:

São Borja, _____ de _____ de _____.

Orientando(a)

Professor(a) Orientador(a)

Coordenador(a) do curso

APÊNDICE I – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO - ACGS – DO CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

RESOLUÇÃO Nº 029/11, CONSUNI, DE 28 DE 04 DE 2011.

Dispõe também sobre as Atividades Complementares de Graduação - ACGs – do Curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA

Para o cumprimento das atividades complementares de graduação este regulamento é parte integrante do Projeto Político-pedagógico do Curso de Relações Públicas, tendo por objetivo apresentar as diretrizes para a definição e homologação dessas atividades no Curso. Assim, tais diretrizes são apresentadas conforme os artigos abaixo:

Art. 1º – Definir as atividades complementares de graduação (ACG) no Curso de Relações Públicas da UNIPAMPA como componentes curriculares que possibilitem, por avaliação documental, o reconhecimento de habilidades, conhecimentos, competências do discente, inclusive adquiridos fora do ambiente acadêmico.

Art. 2º – As atividades complementares compreendem as práticas não previstas na matriz curricular do Curso, cujo objetivo é o de proporcionar aos discentes uma participação mais ampla em atividades de ensino, de pesquisa e de extensão que contribuam para a complementação da sua formação acadêmica, em consonância com o Projeto Institucional (PI) da Universidade.

Art. 3º – Em consonância com a Resolução nº 02, de 27 de setembro de 2013 (Ministério da Educação), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Relações Públicas, no seu Artigo 10, inciso III, as atividades complementares terão carga horária mínima de 200 horas. Considerando o art. 1º, parágrafo único da Resolução CNE/CES 02/2007: "Os estágios e atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário.

PARÁGRAFO ÚNICO – A Comissão de Curso definirá a planilha de atividades complementares reconhecidas e validadas, bem como a carga horária individual máxima permitida para estas atividades, devendo divulgar amplamente tal planilha junto aos discentes.

Art. 4º – As atividades complementares classificam-se em 04 (quatro) grupos:

I - Grupo I: Atividades de Ensino;

II - Grupo II: Atividades de Pesquisa;

III - Grupo III: Atividades de Extensão;

IV - GRUPO IV: Atividades Culturais, Sociais, de Gestão e Artísticas.

PARÁGRAFO ÚNICO – De acordo com a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 337/2022, a carga horária mínima de 10% (dez por cento) aplica-se aos grupos I, II e IV.

Art. 5º – As atividades do GRUPO I – Atividades de Ensino – incluem, entre outras, as seguintes modalidades:

I – Componentes curriculares cursados na UNIPAMPA ou em outras IES, desde que aprovados pela Comissão do Curso e não previstos na matriz curricular do curso nem no respectivo Projeto Político-Pedagógico;

II - Cursos nas áreas de informática e/ou língua estrangeira e/ou em áreas de interesse dos Cursos;

III - Monitorias em componente curricular;

IV - Participação em Projetos de Ensino da UNIPAMPA;

V. Estágios não obrigatórios ligados a atividades de ensino;

VI. Organização de eventos de ensino;

VII. Participação como ouvinte em eventos de ensino, pesquisa e extensão, nas modalidades presencial e on-line.

Art. 6º – As atividades do GRUPO II – Atividades de Pesquisa – incluem, entre outras, as seguintes modalidades:

I - Participação em projetos de pesquisa da UNIPAMPA, ou de outras instituições de ensino superior, ou de centros de pesquisa de nível equivalente ou superior desde que conveniados com a UNIPAMPA;

II - Publicação de resumo e/ou resumo expandido em anais de congressos na área da pesquisa;

III - Publicação de artigos em jornais de circulação local, regional e nacional;

IV - Publicação de artigo científico em revistas e/ou anais de congressos na área da pesquisa;

V - Publicação de livro e/ou capítulo de livro na área da pesquisa;

VI - Apresentação de trabalhos em presenciais ou on-line (seminários, simpósios, congressos, semanas acadêmicas, entre outros) na área da pesquisa em temas afins ao Curso.

Art. 7º – As atividades do GRUPO III – Atividades de Extensão – incluem, entre outras, as seguintes modalidades:

I - Participação em projetos de extensão da UNIPAMPA, ou de outras instituições de ensino superior, ou de centros de pesquisa de nível equivalente ou superior relacionados com os objetivos do Curso;

II - Estágios não obrigatórios;

III - Organização e ministração de cursos e/ou mini-cursos;

IV - Trabalho voluntário em organizações da sociedade civil ou organizações não governamentais;

V - Apresentação de trabalhos em eventos presenciais ou on-line (seminários, simpósios, congressos, semanas acadêmicas, entre outros) na área da extensão em temas afins ao Curso;

VI - Organização de eventos presenciais ou on-line;

VII - Participação como conferencista em eventos presenciais ou on-line (conferências, palestras, mesas redondas, entre outros) na área da extensão em temas afins ao Curso;

VIII - Representação discente em órgãos colegiados;

IX - Representação discente em diretórios acadêmicos;

X - Participação, como bolsista, em atividades de iniciação ao trabalho técnico-profissional e de gestão acadêmica.

XI – Participação em cursos na área da extensão em temas afins ao Curso.

Art. 8º – As atividades do GRUPO IV – Atividades Culturais, Sociais, de Gestão e Artísticas – incluem, entre outras, as seguintes modalidades:

I - Organização e/ou participação em atividades de cunho cultural, social ou artístico;

II - Participação na organização de campanhas beneficentes, educativas, ambientais e outras atividades de caráter sociocultural, social ou artístico;

III - Premiação referente a trabalho acadêmico de ensino, de pesquisa ou de extensão ou de cunho cultural.

IV - Representação discente em órgãos colegiados;

V - Participação em viagens de estudo em área de interesse.

VI. participação, como bolsista, em atividades de iniciação ao trabalho técnico-profissional e de gestão acadêmica;

VII. participação em estágios não obrigatórios com atividades na área cultural, social, artística e de gestão administrativa e acadêmica.

Art. 9º – As atividades em ação sociocultural e ou artística é reconhecida como organização e ou participação em projetos ou eventos desenvolvidos na UNIPAMPA ou em outra IES, ou em instituição governamental ou em organizações da sociedade civil com fim educativo, de promoção à qualidade de vida e saúde, ou de desenvolvimento social, e ou cultural, e ou de cidadania.

Art. 10º – Os critérios para equivalência e aproveitamento da carga horária serão definidos pela Comissão de Curso, considerando o perfil do egresso definido em seu PPC.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para o atendimento ao caput deste artigo a Comissão de Curso utilizará instrumentos de avaliação específicos para a modalidade, que poderão ser comprovantes, declarações, cópias, certificados ou afins, autenticadas no ato do protocolo da solicitação de aproveitamento.

Art. 11º – É de responsabilidade do discente solicitar por meio da Secretaria Acadêmica, no período informado, o aproveitamento das atividades complementares realizadas, resultando na acumulação das horas correspondentes às atividades consideradas válidas no seu histórico escolar.

PARÁGRAFO ÚNICO – O discente deverá seguir as normas da Secretaria Acadêmica para o cumprimento dos prazos, apresentação de comprovantes e demais procedimentos.

Art. 12º – Caberá à Comissão de Curso analisar a validade dos pedidos de aproveitamento de carga horária de atividades complementares de graduação.

PARÁGRAFO ÚNICO – A Comissão de Curso poderá recusar a atividade se considerar em desacordo com este regulamento, bem como em relação aos objetivos do curso previstos em seu Projeto Pedagógico.

Art. 13º – Ficará a cargo da Secretaria Acadêmica a tarefa de divulgar o resultado ao discente e de registrar no seu currículo a carga horária das atividades desenvolvidas que forem deferidas.

Art. 14º – A Comissão de Curso poderá complementar este regulamento, desde que não cause prejuízo aos discentes que já realizaram ou estão realizando atividades complementares de graduação.

Art. 15º – As atividades complementares somente serão reconhecidas e validadas se forem realizadas enquanto o discente estiver regularmente matriculado na UNIPAMPA ou outra IES.

Art. 16º - Aceita-se entre 20% a 40% das Atividades Complementares dos estudantes portadores de diplomas em Ciências Sociais e 10% a 20% das demais áreas do conhecimento, desde que apresentem, à Comissão, os comprovantes requerendo a validação.

Art. 17º – Os casos omissos serão apreciados e deliberados pela Comissão de Curso.

Art. 18º – Este regulamento entrará em vigor a partir da aprovação e aplicação no Projeto Político-pedagógico do Curso de Relações Públicas.

MATRIZ DE APROVEITAMENTO ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO

ATIVIDADES DE PESQUISA	HORAS
Monitorias e Bolsas de Trabalho	100
Participação em projetos de pesquisa - Iniciação científica comprovada pelo coordenador do projeto (modalidade de bolsas ou voluntariado)	100
Apresentação de trabalhos em eventos (seminários, simpósios, congressos, semanas acadêmicas, palestras, entre outros)	80
Publicação de resumo e/ou resumo expandido em anais de congressos	100

ATIVIDADES DE PESQUISA	HORAS
Publicação de artigos em jornais de circulação local, regional e nacional	80
Publicação de artigo científico em revistas e/ou anais de congressos	100
Publicação de livro e/ou capítulo de livro	100
Participação como ouvinte em eventos	60

ATIVIDADES DE ENSINO	HORAS
Cursos de idiomas	Básicos 20
	Avançado 60
Cursos de informática	Básico 20
	Avançado 60
Componentes Curriculares Cursados na Unipampa ou em outras IES	100
Monitorias de disciplinas	80
Participação em Projetos de Ensino	80

ATIVIDADES DE EXTENSÃO	HORAS
Participação em projetos de extensão	80

ATIVIDADES DE EXTENSÃO	HORAS
Estágios não obrigatórios	100
Organização de eventos (sociais, culturais, científicos)	80
Participação como conferencista em eventos da área do curso (conferência, palestras, mesa redonda, minicurso, congressos, seminários, semanas acadêmicas)	80
Apresentação de trabalhos em eventos (seminários, simpósios, congressos, semanas acadêmicas, entre outros)	80
Representação discente em órgãos colegiados	60
Organização e ministração de cursos e/ou mini-cursos	100
Trabalho voluntário em organizações da sociedade civil ou organizações não governamentais	100
Representação discente em diretórios acadêmicos	100
Participação em cursos de extensão de área de interesse do curso	60
Participação, como bolsista, em atividades de iniciação ao trabalho técnico-profissional e de gestão acadêmica	100

ATIVIDADES CULTURAIS, SOCIAIS, DE GESTÃO E ARTÍSTICAS	HORAS
Premiação referente a trabalho acadêmico de ensino, de pesquisa, de extensão ou de cunho cultural	60
Organização e/ou participação em atividades de cunho cultural, social ou artístico	60

ATIVIDADES CULTURAIS, SOCIAIS, DE GESTÃO E ARTÍSTICAS	HORAS
Participação na organização de campanhas beneficentes, educativas, ambientais e outras atividades de caráter sociocultural, social ou artístico	60

APÊNDICE J - NORMAS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS – DA UNIPAMPA

DA CARACTERIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

1. O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será regido por regras continuamente revisadas e aperfeiçoadas pela Comissão de Estágio do Curso de Públicas, em conformidade com a legislação vigente - Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, com a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 329, de 04 de novembro de 2021, com a Instrução Normativa nº 213/2019, e com a Resolução nº 29 de 28 de abril de 2011 da UNIPAMPA, sobre as Normas Acadêmicas de Graduação.

2. O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório tem carga horária total de 210 horas e integra o currículo do Curso de Relações Públicas da UNIPAMPA. Como o curso é noturno, é importante frisar que o sábado é considerado dia letivo e pode ser utilizado para este componente curricular.

3. O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será ofertado em dois módulos: no 7º e 8º semestres letivos, com carga horária de 105 horas em cada, ou seja, serão sete créditos em cada semestre, totalizando 14 créditos de estágio. O pré-requisito para fazer o estágio são os componentes de: Fundamentos de Relações Públicas; Leitura e produção textual; Escrita Criativa; Escrita e Oralidade em RP; Teorias e processos de RP; Produção gráfica; Planejamento; Gestão de eventos; Assessoria de Comunicação; Avaliação e mensuração; Gestão da comunicação em plataformas digitais. Para fazer o Estágio II é preciso ter concluído o Estágio I.

4. É vedado convalidar como Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório a prestação de serviços:

a) que não seja compatível com as funções profissionais de relações públicas;

b) que caracterize a substituição indevida de profissional formado;

c) que seja realizado em ambiente de trabalho sem a presença de um profissional da área de comunicação ou com experiência na área;

d) que seja realizado sem supervisão docente.

5. É vedado convalidar como Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório os trabalhos laboratoriais feitos durante o Curso.

6. A escolha do campo de estágio é obrigação do aluno, que contará com um professor do Curso de Relações Públicas como orientador.

DO ESTÁGIO E DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

7. Para realização de estágio obrigatório é necessária a celebração de Termo de Compromisso de Estágio, sendo o convênio facultado conforme a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008. O convênio será realizado somente nos casos em que for exigido pela parte concedente do estágio. O Convênio ou Acordo de Cooperação não substitui a exigência de firmar o Termo de Compromisso de Estágio (TCE).

8. A assinatura do Termo de Compromisso de Estágio por todas as partes é condição necessária para que o estágio tenha início.

9. O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório poderá ser realizado em empresas, organizações governamentais e não governamentais, sindicatos, associações ou em setores da própria Instituição de Ensino, com projetos de ensino, extensão, pesquisa e gestão; em veículos autônomos ou assessorias de comunicação ou de relações públicas, agências de relações públicas e de

publicidade e propaganda, produtoras culturais e organizações da mesma natureza, desde que tenham profissional da área da comunicação para supervisionar o estagiário.

10. Em etapa prévia à elaboração do Termo de Compromisso de Estágio (TCE), o discente deverá dialogar com o supervisor do estágio para construção do Plano de Atividades, o qual deverá ser aprovado pelo orientador.

11. Após aprovação da proposta de estágio pelo orientador, o discente deverá preencher formulário eletrônico com os seguintes dados: a) Dados de identificação do discente e do orientador; b) Dados de identificação da Unidade Concedente; c) Dados de caracterização do estágio; d) Plano de Atividades aprovado pelo orientador, contendo a descrição das atividades a serem desempenhadas pelo estagiário, que deverá ser anexado ao TCE.

12. As informações utilizadas para elaboração do Termo de Compromisso de Estágio são de responsabilidade do discente.

13. Documentos para instrução de processos de estágio no SEI:

a) Cópia do formulário eletrônico preenchido pelo discente;

b) Termo de Compromisso de Estágio com Plano de Atividades anexado, assinado pelo discente, pelo orientador e pela parte concedente;

c) Boletim mensal de frequência encaminhado pela parte concedente ou pelo orientador;

d) Relatório de Avaliação do desempenho do estagiário pelo supervisor e Relatório Final;

e) Relatório de Avaliação do estágio;

f) Termo de Renovação ou Dissolução (quando houver).

14. É vedado o início de qualquer atividade de Estágio antes da assinatura do Termo de Compromisso de Estágio por todas as partes.

15. O encerramento do Estágio poderá ocorrer por: a) decurso de prazo da vigência do Termo de Compromisso de Estágio ou do Termo de Renovação de Estágio; b) dissolução de Termo de Compromisso de Estágio ou de Termo de Renovação de Estágio; c) a qualquer tempo, no interesse e conveniência da Unidade Concedente; d) a pedido do estagiário; e) em decorrência do descumprimento de quaisquer compromissos assumidos no Termo de Compromisso de Estágio; f) pelo não comparecimento, sem aviso ou motivo justificado, por mais de 5 (cinco) dias, consecutivos ou não, no período de 1 (um) mês, ou por 30 (trinta) dias durante todo o período do estágio ou pela não frequência do educando no curso em que está matriculado; g) pelo não envio dos relatórios exigidos nos prazos estipulados.

16. A dissolução do Termo de Compromisso do Estágio ocorre obrigatoriamente e sem direito a recurso de qualquer tipo:

I - a qualquer tempo, no interesse e conveniência da UNIPAMPA;

II - a qualquer tempo, no interesse e conveniência da Unidade Concedente;

III - a pedido do estagiário;

IV - em decorrência de contratação do estagiário;

V - em decorrência do descumprimento de quaisquer compromissos assumidos no Termo de Compromisso de Estágio;

VI - pelo não comparecimento, sem aviso ou motivo justificado, por mais de 5 (cinco) dias, consecutivos ou não, no período de 1 (um) mês, ou por 30 (trinta) dias durante todo o período do Estágio ou pela não frequência do educando no curso em que está matriculado;

VII - pela perda de vínculo do curso na instituição de ensino a que o estagiário pertença;

VIII - pela não entrega do relatório de frequência do estagiário pela unidade concedente ou pelo orientador;

IX - pelo não envio dos relatórios exigidos por esta resolução nos prazos estipulados;

X - pela reprovação na avaliação de quaisquer períodos, na vigência do Termo de Compromisso de Estágio ou de Termo de Renovação de Estágio;

XI - por conduta incompatível com a exigida pela Unidade Concedente.

DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

10. O estágio curricular supervisionado obrigatório tem como objetivos:

a) inserir o acadêmico de Relações Públicas no cotidiano da profissão, acionando conhecimentos adquiridos na academia;

b) consolidar práticas de desempenho profissional inerentes ao perfil do formando;

c) estabelecer relações entre mercado de trabalho e ambiente acadêmico.

DO FUNCIONAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

11. A coordenação e a supervisão geral do Estágio Curricular Obrigatório em Relações Públicas serão realizadas pela Comissão de Estágio (CE), de caráter permanente, constituída por três (3) professores(as) regulares do curso. Os(as) representantes docentes na CE são escolhidos pela Comissão de Curso, em comum acordo com os seus pares. A presidência da CE será definida entre os seus membros componentes. A CE deliberará, em sua esfera de competência, através da maioria simples de seus membros

12. O estágio curricular supervisionado contará com um Coordenador(a) de Estágio, integrante do corpo docente do Curso de Relações Públicas da UNIPAMPA, que será o(a) docente responsável pelo componente de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório em Relações Públicas.

13. O estágio curricular supervisionado contará com um(a) supervisor(a) de estágio na instituição profissional, com formação ou experiência na área de Comunicação Social.

14. O estágio curricular supervisionado contará com um(a) orientador(a) de estágio, um docente em exercício na Instituição de ensino, vinculado(a) ao curso de Relações Públicas, graduado(a) em Relações Públicas, que será responsável pelo acompanhamento, aconselhamento e avaliação do estudante, conforme o Art. 7º, § 1º, da Resolução nº2, de 27 de setembro de 2013 (CNE/CES).

15. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a universidade, a parte concedente e o(a) estudante estagiário(a), devendo o termo de compromisso ser compatível com as atividades letivas/curriculares e não ultrapassar: I. 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, podendo ser reduzida para 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais ao estudante com deficiência, se necessário; II. 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais, no caso de cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso.

16. A duração máxima de Estágio na mesma unidade concedente para um mesmo estudante é de 2 (dois) anos, exceto para estudantes com deficiência, quando necessário, o prazo poderá ser estendido.

17. A duração do período de Estágio é estabelecida no Termo de Compromisso de Estágio, semestralmente.

18. Na finalização de cada período de Estágio pode haver renovação, mediante entrega do relatório final com aprovação do(a) orientador(a), obedecendo ao período máximo.

19. O Estágio obrigatório está vinculado a um componente curricular, logo, a renovação do TCE está condicionada a nova matrícula em um componente correspondente a estágio, previsto no inciso 1 do artigo 16 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº329, de 04 de novembro de 2021.

DAS COMPETÊNCIAS DO(A) COORDENADOR(A) DE ESTÁGIO OU DO(A) REGENTE DO COMPONENTE CURRICULAR

20. O(a) coordenador(a) de estágio será indicado pela Comissão de Curso e será o(a) professor(a) regente do componente de Estágio Obrigatório.

21. Cabe ao(a) coordenador(a) de estágio:

a) prospectar possíveis unidades concedentes e solicitar concessão de estágio em instituições profissionais capacitadas a receberem estagiários, acompanhando a elaboração, registro e assinatura de todos os documentos envolvidos na sua efetivação;

b) prospectar e divulgar as ofertas de estágios;

c) coordenar o desenvolvimento dos estágios por meio de permanente contato com os professores orientadores;

d) organizar os cronogramas de atividade semestral do estágio curricular supervisionado;

e) estabelecer contato com os orientadores, para acompanhamento da execução dos Termos de Compromisso de Estágio;

f) definir, em conjunto com a Coordenação de Curso e a Coordenação Acadêmica, o(a) professor(a) orientador(a) responsável pelo acompanhamento e pela avaliação das atividades do estagiário, se esse não for escolhido pelo estagiário e/ou não tenha conseguido um professor para orientá-lo;

g) manter contato com o(a) supervisor(a) de estágio, quando do impedimento do(a) professor(a) orientador(a);

h) coordenar o processo de avaliação do estágio, recebendo os relatórios nas datas previamente acordadas e dando continuidade ao processo de avaliação do estágio;

i) encaminhar carta de apresentação do aluno à unidade concedente de Estágio, quando necessário;

j) informar às unidades concedentes as datas de realização de avaliações acadêmicas, sempre que solicitado;

k) registrar no sistema acadêmico os estágios executados no Campus, de acordo com as orientações da Pró-Reitoria de Graduação;

l) receber e verificar os documentos referentes aos estágios enviados pelos orientadores e, ao final de cada semestre, encaminhar ao Interface de Estágios para digitalização e inserção no processo do SEI;

m) deliberar sobre solicitações de desligamento de discentes de Estágio, por solicitação da UNIPAMPA ou da unidade concedente;

n) efetuar o desligamento dos estudantes estagiários, seja por expiração ou dissolução do Termo de Compromisso de Estágio, Termo de Renovação de Estágio ou descumprimento do TCE firmado entre as partes;

o) notificar a parte concedente quando identificada irregularidade prevista em lei e definida no TCE, e reorientar o estudante a outro campo de estágio;

p) deliberar sobre assuntos referentes ao estágio junto à Coordenação do Curso;

q) prestar informações adicionais à Reitoria, à PROGRAD, à Direção do Campus ou à Coordenação de Curso, sobre quaisquer dados referentes aos estágios, sempre que solicitados;

r) indicar no TCE um docente suplente para casos de afastamento ou férias do docente orientador, durante o período de realização do estágio, se esse não for escolhido pelo estagiário.

DAS COMPETÊNCIAS DO(A) ORIENTADOR(A) DE ESTÁGIO

22. O(a) orientador(a) de estágio será indicado(a) pelo(a) discente. O(a) orientador(a) de estágio será um docente em exercício na Instituição de ensino, vinculado ao curso de Relações Públicas, graduado em Relações Públicas, que será responsável pelo acompanhamento, aconselhamento e avaliação do estudante, conforme o Art. 7º, § 1º, da Resolução nº2, de 27 de setembro de 2013 (CNE/CES). De acordo com o Art. 34 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 329, de 04 de novembro de 2021, o(a) docente orientador(a) deve estar em exercício durante o período de orientação do estágio de acordo com prazo previsto no TCE; o(a) orientador(a) em afastamento ou férias deve indicar outro(a) docente para acompanhamento do(a) estudante em estágio, devendo assim constar no TCE.

23. Caso o(a) orientador(a) indicado não aceite a incumbência, deverá preencher e assinar justificativa para tanto; a Comissão de Curso deverá julgar a pertinência desta recusa e, se for o caso, encaminhar ao Coordenador de Estágios do Curso o nome de outro(a) docente designado para a função.

24. Cabe ao(a) orientador(a) de estágio:

a) assegurar-se, de forma presencial ou virtual, das adequações da parte concedente do estágio, física, cultural e profissional para a formação do educando, garantindo as condições de acessibilidade para o estagiário com deficiência, e supervisor com formação na área de comunicação;

b) acompanhar e orientar a realização do estágio como atividade de ensino que visa a formação profissional do discente em acordo com o PPC;

c) acompanhar e apoiar tecnicamente de forma efetiva o estagiário nas atividades previstas no Termo de Compromisso de Estágio, seus aditivos e no Plano de Atividades, inclusive orientá-lo no preenchimento dos referidos documentos;

d) analisar o controle de frequência, relatórios e outros documentos com entrega prevista no Plano de Ensino, recebidos do estudante e da parte concedente o controle de frequência, relatórios e outros documentos com entrega prevista no Plano de Ensino;

e) avaliar o desempenho do estagiário com base nos critérios estipulados no Plano de Ensino;

f) encaminhar ao Coordenador de Estágios do Curso os documentos exigidos, nas datas acordadas para registro de notas no sistema;

g) comunicar ao Coordenador de Estágios do Curso a falta de entrega de documentação prevista ou o não atendimento às solicitações do orientador por parte do estagiário;

h) prestar quaisquer informações sobre os seus orientandos à Coordenação de Estágios do Curso, sempre que solicitado;

i) Colaborar com o acadêmico na montagem do relatório, facilitando-lhe o acesso a dados, fontes de consultas e outras informações;

j) Preencher Ficha para Avaliação do Orientador, com nota compatível com o desempenho do acadêmico, o qual deverá retornar ao Coordenador de Estágio;

k) participar das reuniões convocadas pela coordenação de estágios do Curso.

DAS COMPETÊNCIAS DO(A) DISCENTE ESTAGIÁRIO(A)

25. Cabe ao(a) discente:

a) estar regularmente matriculado na UNIPAMPA, ou ter estado regularmente matriculado no período letivo regular anterior, caso o estágio ocorra em período de recesso acadêmico;

b) cursar ou já ter cursado componentes curriculares compatíveis com as atividades exigidas no Estágio;

c) contatar as Instituições Profissionais para a realização do estágio, solicitando documento de aceite quando necessário;

d) elaborar o Plano de Atividades e encaminhar junto à aprovação do orientador a documentação ao Coordenador de Estágios do Curso para dar início aos trâmites exigidos para a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio ou de seus aditivos;

e) O plano de atividades deve apresentar o diagnóstico da organização e a descrição das ações a serem desenvolvidas pelo estagiário e necessita ser aprovado pelo orientador e pelo supervisor de estágio. Deve conter: Nome e contato do acadêmico, do orientador e do supervisor; Identificação e contextualização da organização; Identificação dos públicos estratégicos; Diagnóstico de comunicação da organização; Ações propostas (justificativa; objetivos; públicos); Proposta de horário a ser cumprido pelo acadêmico no campo de estágio.

f) é de responsabilidade do estudante preencher o TCE e o Plano de Atividades e recolher as assinaturas das partes e encaminhar para o Coordenador de Estágios do Curso;

g) cumprir o termo de Compromisso de Estágio, bem como os procedimentos e prazos relacionados ao mesmo;

h) comunicar ao orientador sempre que houver alguma dificuldade de ordem técnica ou pessoal que esteja impedindo o cumprimento do Termo de Compromisso de Estágio;

i) conhecer e cumprir as normas internas da unidade concedente;

j) exercer as atividades de estágio com zelo, disciplina, responsabilidade, pontualidade e assiduidade;

k) responder pelo ressarcimento de danos causados por ato doloso ou culposos a qualquer equipamento instalado nas dependências da unidade concedente durante o cumprimento do Estágio, bem como por danos morais e materiais causados a terceiros;

l) comparecer aos encontros de orientação agendados pelo Professor Orientador;

m) elaborar e entregar ao orientador de Estágio os relatórios exigidos, na forma, prazo e padrões estabelecidos;

n) estar ciente de que, caso seja comprovada qualquer irregularidade, fraude ou falsificação, o Estágio será cancelado, sem prejuízo de medidas legais cabíveis;

o) respeitar as normas da Instituição Profissional que o recebe, e respeitar os limites da ética estabelecida pela profissão;

p) apresentar justificativa escrita para o coordenador de estágios se desejar mudar o local de estágio.

DAS COMPETÊNCIAS DA UNIDADE CONCEDENTE DE ESTÁGIO:

26. Cabe à Unidade Concedente:

a) assinar termo de compromisso com a UNIPAMPA, zelando por seu cumprimento;

b) indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área da comunicação para supervisionar o estagiário;

c) informar à UNIPAMPA, sempre que solicitado, dados sobre o andamento do estágio ou irregularidades que justifiquem intervenção ou encerramento do estágio;

d) assegurar as condições de segurança do trabalho necessárias às atividades do estagiário;

e) assegurar ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante o recesso acadêmico, devendo este ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação. Os dias de recesso previstos neste item serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

f) A assinatura do Termo de Compromisso de Estágio por todas as partes é condição necessária para que o estágio tenha início;

g) Quaisquer atividades executadas pelo estagiário fora da validade de quaisquer Termos de Compromisso de Estágio não estarão cobertas pela Lei nº 11.788/2008 e poderão ser consideradas vínculo empregatício.

h) esclarecer o aluno estagiário quanto às suas funções e dar ciência das normas que regem as atividades na instituição;

i) enviar ao Coordenador de Estágios, no final do semestre, ficha de avaliação do aluno, assinada pelo supervisor responsável;

j) A unidade concedente do Estágio, durante o período de realização deste, responsabiliza-se pela contratação de seguro contra acidentes pessoais ao estagiário, arcando com todos os procedimentos e custos necessários.

DOS ESTÁGIOS REALIZADOS NA UNIPAMPA COMO UNIDADE CONCEDENTE

27. As ofertas de vagas de estágio na UNIPAMPA são regidas por editais, salvo os

estágios realizados a partir de projetos de extensão e de projetos de pesquisa e que consigam suprir a demanda de estágio. Somente poderão constar no edital de estágios as vagas previamente aprovadas pela Coordenação de Curso.

28. Todos os estudantes em estágio nas dependências da Universidade Federal do Pampa serão cobertos por seguro custeado pela Universidade.

29. Compete à unidade solicitante do estágio na UNIPAMPA:

a) estabelecer critérios específicos de seleção dos estagiários, em consonância com as diretrizes emitidas pela Pró-Reitoria de Graduação;

b) realizar processo de seleção nos termos e prazos do edital respectivo;

c) encaminhar ao interface, para posterior envio à Divisão de Estágios os dados e a documentação dos alunos selecionados, nos prazos estabelecidos pelos editais correspondentes e anterior ao início das atividades;

d) atribuir um supervisor de estágio para cada estudante selecionado; acompanhar e zelar pelo cumprimento do TCE;

e) enviar à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, impreterivelmente até o dia 5 (cinco) do mês seguinte, relatório mensal de frequência do(s) estagiário(s), no caso do estágio não obrigatório;

f) entregar Termo de Realização do Estágio e relatório à Divisão de Estágios com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

g) manter, à disposição da fiscalização, documentos que comprovem a relação de estágio;

h) enviar à instituição de ensino os relatórios de atividades;

i) acompanhar o andamento das atividades e os relatórios de estágios;

j) acompanhar os prazos dos Termos de Compromisso de Estágio, informando o Setor da PROGRAD responsável pelos Estágios, nos prazos previstos, sobre a necessidade de renovação. O não envio da documentação exigida pelo Edital, nos prazos estipulados pelo mesmo, implica a não implementação do estágio e a não participação no edital seguinte, até que seja quitada a entrega das pendências. O não envio do relatório de frequência do estagiário à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas dentro do prazo exigido implicará o encerramento do estágio.

30. A duração máxima de estágio em que a UNIPAMPA for a Unidade Concedente é de 1 (um) semestre, podendo ser renovada a critério da instituição, dentro dos limites e requisitos expressos na Resolução CONSUNI/UNIPAMPA 329/2021.

DOS MECANISMOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

31. A Avaliação de Estágio será composta pelo Relatório de Atividades do Estagiário; Relatório de Atividades da Parte Concedente; Relatório Final de Estágio; Relatório Mensal de Frequência e Relatório de Acompanhamento do Orientador. Todos estes documentos são elaborados nos modelos propostos pela Divisão de Estágios e disponibilizados pelo docente responsável pelo componente de Estágio Obrigatório.

32. Os documentos devem ser analisados previamente e entregues, devidamente assinados para o Coordenador de Estágios que fará a análise dos mesmos. O Coordenador de Estágios terá a competência de organizar a Avaliação Final do aluno estagiário e deverá computar o registro de avaliação como aprovado ou reprovado. De acordo com a Resolução 329, de 4 de novembro de 2021, a avaliação dos Estágios obrigatórios será registrada no sistema pelo docente responsável pelo componente curricular correspondente.

33. Somente será considerado aprovado, no período de avaliação do estágio, o discente que:

- a. Entregar a documentação prevista nos prazos estabelecidos;
- b. possuir nota de avaliação maior ou igual a 6,0 (seis vírgula zero);
- c. Possuir avaliação do supervisor do estágio nos indicadores referentes à assiduidade, pontualidade e responsabilidade favorável à aprovação do discente;
- d. Possuir avaliação do professor orientador com relação aos critérios: capacidade técnica do estagiário em resolver e propor soluções para problemas encontrados; capacidade de trabalhar em grupo; capacidade de estabelecer boas relações de trabalho e convivência; atitudes compatíveis com o ambiente de trabalho; assiduidade e pontualidade frente aos dias e horários de atividades expressos no Termo de Compromisso de Estágio; responsabilidade; evolução técnica e pessoal ao longo do período de estágio.

34. O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório não terá exame e/ou prova de recuperação.

35. O não comparecimento do aluno em 75% das horas presenciais de Estágio, conforme avaliação do Supervisor de Estágio e do Professor Orientador de Estágio, acarretará em reprovação, por frequência, do Aluno Estagiário.

DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE ESTÁGIO

36. Cabe à Comissão de Estágio revisar e aperfeiçoar, quando necessário, o regulamento do Estágio Curricular Supervisionado, de acordo com as normativas nacionais e institucionais vigentes.

37. Organizar o processo do estágio e atender às demandas e questões administrativas.

38. Orientar docentes e discentes sobre as normas do estágio curricular supervisionado, prazos e documentação necessária para a sua formalização.

39. Avaliar as condições e a conformidade do campo de estágio de interesse do aluno; (isto é, se atende aos requisitos da norma institucional, se tem profissional habilitado para a supervisão etc.).

40. Promover reuniões com supervisores, orientadores e estagiários quando julgar necessário.

DAS OUTRAS COMPETÊNCIAS

41. Os casos omissos neste regulamento são decididos pela Comissão de Estágios em primeira instância, ou pela Comissão de Curso, em consonância com a legislação ou regulamentação específica.

APÊNDICE K - CARTA DE APRESENTAÇÃO DE ESTÁGIO



São Borja, _____ de _____ de 20____

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezado Senhor,

Pelo presente, encaminho o (a) aluno (a) _____

_____,
matrícula _____, discente no curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Pampa. O (a) aluno (a) está matriculado no componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e habilitado para requerer vaga de estágio em sua empresa, conforme normas do convênio firmado com a UNIPAMPA. Na condição de Coordenador de Estágio, solicito avaliação do pedido do aluno e manifestação sobre seu aceite, na medida de suas possibilidades.

Lembro que o Estágio Curricular é oferecido na UNIPAMPA como dois componentes curriculares obrigatórios, de 105 horas cada, totalizando 210 horas. Esse é o encargo máximo que pode ser atribuído ao estagiário por conta do aceite desta proposta. A empresa deve disponibilizar profissional de comunicação para o acompanhamento e orientação das atividades de estágio.

Certo de sua atenção, despeço-me.

Prof. Dra. Elisa Lübeck
Coordenação de Estágios
Curso de Relações Públicas
Universidade Federal do Pampa

APÊNDICE L – REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE-NDE DO CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Regimenta o funcionamento interno do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, conforme aprovado em Reunião da Comissão de Curso, em 17 de agosto de 2021.

REGIMENTO INTERNO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS – UNIPAMPA (Campus São Borja)

CAPÍTULO I

DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art.1º - O presente Regimento regula e disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Graduação em Relações Públicas da Universidade Federal do Pampa.

Art.2º - O Núcleo Docente Estruturante (NDE), de que trata o presente Regimento, é o órgão consultivo, responsável pela construção, implantação, consolidação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Graduação em Relações Públicas da Universidade Federal do Pampa, segundo as recomendações da Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010; e Resolução CONSUNI nº 97, de 19 de março de 2015.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art.3º - São atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA:

- a) elaborar o Projeto Pedagógico do curso definindo sua concepção e fundamentos, zelando pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares

Nacionais para o Curso de Bacharelado em Relações Públicas e outras diretrizes emanadas do CNE e MEC;

- b) consolidar o perfil profissional pretendido do egresso do curso;
- c) zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- d) indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão oriundas das necessidades da graduação, do mundo de trabalho e afinadas com as políticas públicas na área de conhecimento do curso;
- e) zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação e dos demais marcos regulatórios;
- f) analisar os planos de ensino das disciplinas que integram a matriz curricular do Curso;
- g) conduzir os trabalhos de reestruturação curricular e submetê-la à aprovação da Comissão de Curso;
- h) atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Relações Públicas.

CAPÍTULO III

DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 4º. O Núcleo Docente Estruturante é constituído pelos docentes atuantes no Curso, que são investidos através de Portaria publicada pela Reitoria da UNIPAMPA.

Parágrafo 1º - Atualmente, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) é composto por seis professores do curso. São eles: Prof.^a Dr.^a Carmen Regina Abreu Gonçalves - presidente; Prof.^a Dr.^a Elisa Lübeck - secretária; Prof.^a Dr.^a Marcela Guimarães e Silva; Prof.^a Dr.^a Paula Daniele Pavan – Coordenadora do Curso, todos com regime de 40 horas – Dedicção Exclusiva – DE.

Parágrafo 2º - Este núcleo pensa o curso, através de reuniões regulares, discutindo aspectos como: matriz curricular, componentes curriculares, agência experimental, entre outros aspectos norteadores que são foco de discussão e encaminhamento do NDE do curso. Assim, o NDE é responsável pela concepção, acompanhamento, avaliação, atualização e implementação do Projeto Político-Pedagógico do curso e também pelo desenvolvimento permanente.

Art. 5º. A(o) Presidente e a(o) Secretária(o) do NDE serão escolhidos por votação, entre os integrantes do Núcleo.

Parágrafo 1º - A Presidência do Núcleo Docente estruturante de Relações Públicas deve ser ocupada, preferencialmente, por Docente com formação específica na área de RP.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO (DA) PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art.9º. Compete à Presidência do Núcleo Docente Estruturante:

- a) convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- b) representar o NDE junto aos órgãos acadêmicos e administrativos da UNIPAMPA;
- c) encaminhar as deliberações e propostas do NDE aos setores competentes da UNIPAMPA;
- d) indicar e apoiar representação e participação de integrantes do NDE em diferentes instâncias acadêmicas.

CAPÍTULO V

DAS REUNIÕES

Art. 10º - O NDE reúne-se, ordinariamente, por convocação do seu Presidente, 2 (duas) vezes no semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

Parágrafo 1º - As reuniões ordinárias do NDE são estabelecidas para cada semestre curricular;

Parágrafo 2º - A pauta da reunião do NDE deve ser encaminhada por seu Presidente no prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis antes da próxima reunião.

Art.11º - As decisões do Núcleo são tomadas por maioria simples de votos com base no número de presentes em reunião formalmente agendada.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

DAS ATRIBUIÇÕES

São atribuições do(a) Presidente do NDE: coordenar as atividades, convocar as reuniões e elencar as pautas, a partir das sugestões dos membros do NDE e das necessidades/demandas observadas pelo Curso de Relações Públicas e/ou encaminhadas pela Comissão de Curso. Sugere-se que as funções de presidência do Núcleo Docente Estruturante não sejam atribuídas ao(à) Coordenador(a) de Curso, a fim de evitar sobreposição de atividades.

São atribuições do(a) Secretário(a) do Núcleo Docente Estruturante: acompanhar e assessorar as reuniões, realizando o registro das reuniões.

Segundo a Resolução 97/2015, são também atribuições do NDE:

[...] II. Propor procedimentos e critérios para a autoavaliação do Curso, prevendo as formas de divulgação dos seus resultados e o planejamento das ações de melhoria; III. Conduzir os processos de reestruturação curricular para aprovação na Comissão de Curso, sempre que necessário; IV. Atender aos processos regulatórios internos e externos; [...] (p.1).²⁴

Além das atribuições gerais, dispostas na Resolução supracitada, constituem também, como atribuições específicas do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Relações Públicas:

A. consolidar o perfil profissional pretendido do egresso do curso;

²⁴ Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010; e Resolução CONSUNI nº 97, de 19 de março de 2015.

- B. zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- C. indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão oriundas das necessidades da graduação, do mundo de trabalho e afinadas com as políticas públicas na área de conhecimento do curso;
- D. e zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação e dos demais marcos regulatórios.

São Borja, 17 de agosto de 2021.

APÊNDICE M – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO DO CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

CAPÍTULO I

DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art.1º Este Regulamento visa normatizar as Atividades Curriculares de Extensão articuladas ao currículo do curso de Relações Públicas, em consonância com a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 317/2021.

Art. 2º A extensão é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre a UNIPAMPA e a sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Art. 3º As ações de extensão que compõem as Atividades Curriculares de Extensão propostas devem estar registradas na Pró-reitoria de Extensão e Cultura.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 4º As Atividades Curriculares de Extensão devem ser previstas no PPC, estabelecendo o percentual de, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total do curso, correspondente a 330 horas.

Art. 5º Para fins de inserção curricular, as ações de extensão universitária poderão ser realizadas sob a forma de programas, projetos, cursos e eventos.

§ 1º Projetos e programas devem compor, no mínimo, 80% da carga horária total das atividades curriculares de extensão.

§ 2º Os(As) acadêmicos(as) do curso de Relações Públicas deverão realizar a carga horária das Atividades Curriculares de Extensão até o 7º semestre.

§ 3º O(a) discente deverá realizar a carga horária mínima semestral de 60 horas em Atividades Curriculares de Extensão, a partir do 4º semestre do Curso.

Art. 6º As Atividades Curriculares de Extensão deverão ser ofertadas por meio de Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEEs) e Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEVs).

Art. 7º As Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEEs), constituídas por programas, projetos, eventos ou cursos de extensão, correspondem a 90 horas.

Parágrafo único. O Programa institucional UNIPAMPA Cidadã será ofertado como Atividade Curricular de Extensão Específica (ACEE), com carga horária total obrigatória de 90 horas.

Art. 8º As Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV), articuladas a Componentes Curriculares Obrigatórios ou Complementares de Graduação, apresentam carga horária total ou parcial de extensão, discriminada na matriz curricular, totalizando uma carga horária total de 240 horas.

Parágrafo único. A carga horária de projetos referentes a Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas não poderá ser contabilizada em mais de um componente curricular do mesmo currículo.

CAPÍTULO III

DA SUPERVISÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 9º A Comissão do Curso deverá eleger um(a) ou mais docentes para exercer a função de Supervisor(a) de Extensão com as seguintes atribuições:

§ 1º Avaliar o caráter formativo das ações de extensão realizadas pelo(a) acadêmico(a), de acordo com o PPC;

§ 2º Apresentar para os(as) acadêmicos(as) o programa “UNIPAMPA Cidadã” evidenciando o objetivo, relevância e forma de realização;

§ 3º Dar ciência e aprovar a proposta de trabalho comunitário que será realizado no Programa UNIPAMPA Cidadã, tendo em vista o início das atividades pelo(a) acadêmico(a);

§ 4º Validar as Atividades Curriculares de Extensão Específicas e, no Programa UNIPAMPA Cidadã, também acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pelo(a) acadêmico(a), a partir dos documentos comprobatórios apresentados pelo(a) acadêmico(a) junto à Secretaria Acadêmica;

§ 5º Organizar a apresentação pública dos(as) acadêmicos(as) após a finalização das atividades do Programa UNIPAMPA Cidadã, conforme o art. 17;

§ 6º Emitir parecer favorável ou não à aprovação das atividades realizadas no Programa UNIPAMPA Cidadã, após a avaliação da apresentação pública e dos documentos entregues pelo(a) acadêmico(a) conforme o art. 18;

§ 7º Sendo aprovada a atividade, encaminhar o relatório com o parecer à secretaria acadêmica, para registro da carga horária validada;

§ 8º Disponibilizar informe semestral sobre as atividades de extensão realizadas no curso.

Art. 10 Para o exercício das atribuições indicadas no art. 10, poderão ser alocadas 8 (oito) horas semanais de trabalho a(o) Supervisor(a) de Extensão como atividade de ensino.

Parágrafo único. As Comissões de Curso poderão designar uma comissão própria de assessoria a(o) Supervisor(a) de Extensão do Curso, alocando aos membros carga horária de até 2 horas semanais de trabalho como atividade de ensino.

CAPÍTULO IV

DO COMPONENTE CURRICULAR COM ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO VINCULADA

Art. 11 O registro da execução das Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas a componentes curriculares obrigatórios ou complementares, com a respectiva carga horária e data de realização, bem como a frequência do discente e o resultado final da avaliação de aprendizagem são de responsabilidade do docente do componente curricular.

Parágrafo único: No plano de ensino, além da carga horária de extensão, deverá constar a descrição das atividades extensionistas, metodologia, cronograma e as formas de avaliação.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DO(A) ACADÊMICO(A)

Art. 12 Para validação da carga horária das Atividades Curriculares de Extensão, os(as) acadêmicos(as) devem participar da equipe executora das ações de extensão.

Art. 13 Os discentes poderão solicitar aproveitamento das atividades de extensão realizadas na UNIPAMPA ou em outras Instituições;

§ 1º A carga horária de ações de extensão executadas em outras IES, no Brasil e no exterior, deverá ser analisada pela Comissão de Curso e poderá ser validada pelo supervisor como Atividade Curricular de Extensão, de acordo com as normas estabelecidas no PPC e na legislação vigente.

§ 2º Os(as) acadêmicos(as) ingressantes provenientes de outras instituições de ensino superior poderão solicitar o aproveitamento da carga horária das ações de extensão integralizadas na instituição de origem.

Art. 14 É de responsabilidade do(a) discente solicitar o aproveitamento das Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEEs) junto à Secretaria Acadêmica, no prazo definido no calendário acadêmico da graduação:

I. o(a) acadêmico(a) deve anexar ao requerimento a cópia dos documentos comprobatórios, com indicação da carga horária da atividade, autenticados por técnico-administrativo mediante apresentação dos originais.

II. o requerimento é protocolado na Secretaria Acadêmica, em 2 (duas) vias, assinadas pelo(a) discente e pelo técnico-administrativo, em que estão listadas todas as cópias de documentos entregues; uma via é arquivada na Secretaria Acadêmica e a outra entregue ao discente como comprovante de entrega das cópias.

Art. 15 As atividades de extensão somente serão analisadas se realizadas nos períodos enquanto o(a) discente estiver regularmente matriculado na UNIPAMPA, inclusive no período de férias.

SEÇÃO I

DA PARTICIPAÇÃO DISCENTE NO PROGRAMA “UNIPAMPA CIDADÃ”

Art. 16 Para participar do programa “UNIPAMPA Cidadã”, o(a) acadêmico(a) poderá escolher o local onde realizará as atividades do trabalho comunitário, dentre as instituições públicas, entidades filantrópicas, organizações ou associações da sociedade civil organizada que atuem junto a pessoas em situação de vulnerabilidade.

§ 1º O(a) acadêmico(a) deverá comunicar a(o) Supervisor(a) de Extensão o local escolhido, a carga horária, os períodos de trabalho e o tipo de trabalho comunitário que realizará.

§ 2º O horário e os períodos de realização do trabalho comunitário serão definidos de forma consensual entre o(a) acadêmico(a) e a entidade onde será realizada a atividade.

Art. 17 Após finalizadas as atividades do Programa UNIPAMPA Cidadã, os(as) acadêmicos(as) deverão apresentar um relatório da atividade realizada em que devem abordar, no mínimo, os seguintes pontos:

I - História, características e importância da entidade onde realizaram a atividade;

II - Atividades desempenhadas pelo(a) acadêmico(a) na entidade demonstrando a metodologia, público-alvo, efeitos e resultados das ações;

III - Importância desta ação para a formação profissional e humana do(a) acadêmico(a).

Art. 18 Para comprovação das atividades realizadas no programa “UNIPAMPA Cidadã”, o(a) discente deverá apresentar os seguintes documentos ao(a) Supervisor (a) de Extensão:

I Certificação de participação da instituição onde foi realizada o trabalho, informando o tipo de atividade, a carga horária e o período de realização;

II Apresentação de relatório, conforme modelo disponibilizado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Anexo E – Modelo Relatório Unipampa Cidadã).

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19 O curso de Relações Públicas realizará a autoavaliação continuada do processo de desenvolvimento das Atividades Curriculares de Extensão, avaliando a pertinência e a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e do Projeto Político-Pedagógico de Curso, bem como aos resultados alcançados em relação ao público participante.

Parágrafo único A autoavaliação visa aprimorar a articulação com o ensino, a pesquisa, a formação do estudante, a qualificação do docente e a relação com a sociedade.

Art. 20 Os casos omissos serão discutidos em primeira instância pela Comissão de Curso e, em segunda instância, pela Comissão Local de Ensino do câmpus.

Art. 21 O presente Regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Curso de Relações Públicas.

APÊNDICE N - REGULAMENTO SOBRE A QUEBRA DE PRÉ-REQUISITOS

Seguindo a Recomendação MPF 07/2016, o curso de Relações Públicas determina que a solicitação de quebra de quebra de pré-requisitos poderá ser autorizada nos seguintes casos:

1. Falha na oferta curricular do semestre;
2. Para permitir cursar Projeto em Relações Públicas em concomitância com Trabalho de Conclusão de Curso, apenas em caso de discente provável formando;
3. Para cursar Estágio II antes do Estágio I, em caso de reprovação no anterior.

Procedimento: O pedido de quebra de pré-requisito deverá ser dirigido à Coordenação do Curso de Relações Públicas, que atestará o cumprimento das condições objetivas, autorizará a quebra de pré-requisito e encaminhará para a Secretaria Acadêmica do campus. Em caso de solicitação indeferida, cabe recurso via Comissão de Curso até 05 dias úteis após o recebimento da resposta.

ANEXOS

ANEXO A - MATRIZ DE APROVEITAMENTO ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO

ATIVIDADES DE PESQUISA	HORAS
Monitorias e Bolsas de Trabalho	100
Participação em projetos de pesquisa - Iniciação científica comprovada pelo coordenador do projeto (modalidade de bolsas ou voluntariado)	100
Apresentação de trabalhos em eventos (seminários, simpósios, congressos, semanas acadêmicas, palestras, entre outros)	80
Publicação de resumo e/ou resumo expandido em anais de congressos	100
Publicação de artigos em jornais de circulação local, regional e nacional	80
Publicação de artigo científico em revistas e/ou anais de congressos	100
Publicação de livro e/ou capítulo de livro	100
Participação como ouvinte em eventos	60

ATIVIDADES DE ENSINO	HORAS
Cursos de idiomas	Básicos 20
Cursos de Idiomas	Avançado 60
Cursos de informática	Básico 20
Cursos de informática	Avançado 60
Componentes Curriculares Cursados na UNIPAMPA ou em outras IES	100

ATIVIDADES DE ENSINO	HORAS
Monitorias de disciplinas	80
Participação em Projetos de Ensino	80

ATIVIDADES DE EXTENSÃO	HORAS
Participação em projetos de extensão	80
Estágios não obrigatórios	100
Organização de eventos (sociais, culturais, científicos)	80
Participação como conferencista em eventos da área do curso (conferência, palestras, mesa redonda, minicurso, congressos, seminários, semanas acadêmicas)	80
Participação, como ouvinte, em eventos	60
Apresentação de trabalhos em eventos (seminários, simpósios, congressos, semanas acadêmicas, entre outros)	80
Representação discente em órgãos colegiados	60
Organização e ministração de cursos e/ou minicursos	100
Trabalho voluntário em organizações da sociedade civil ou organizações não governamentais	100
Representação discente em diretórios acadêmicos	100
Participação em cursos de extensão de área de interesse do curso	60

ATIVIDADES DE EXTENSÃO	HORAS
Participação, como bolsista, em atividades de iniciação ao trabalho técnico-profissional e de gestão acadêmica	100

ATIVIDADES CULTURAIS, SOCIAIS, DE GESTÃO E ARTÍSTICAS	HORAS
Premiação referente o trabalho acadêmico de ensino, de pesquisa, de extensão ou de cunho cultural	60
Organização e/ou participação em atividades de cunho cultural, social ou artístico	60
Participação na organização de campanhas beneficentes, educativas, ambientais e outras atividades de caráter sociocultural, social ou artístico	60
Representação discente em órgãos colegiados	80
Participação em viagens de estudo em área de interesse	60
Participação na organização de campanhas beneficentes, educativas, ambientais e outras atividades de caráter sociocultural, social ou artístico	60
Representação discente em órgãos colegiados	80
Participação em viagens de estudo em área de interesse	60

**REQUERIMENTO DE VALIDAÇÃO DE ATIVIDADES CURRICULARES
COMPLEMENTARES (ACG) – CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS**

NOME DO ALUNO:	
SEMESTRE:	MATRÍCULA:

(Preenchimento feito pelo aluno conforme anexo da Resolução aprovada pela Comissão do Curso. Seguir a ordem: Ensino, Pesquisa, Extensão, Atividades de Gestão, Artística e Cultural)

GRUPOS:	ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO	INÍCIO	TÉRMINO	CARGA HORÁRIA
I – Ensino				
II – Pesquisa				
III- Extensão				
IV – Gestão e outros				
TOTAL DA CARGA HORÁRIA				

COMISSÃO DE ACG:	CARGA HORÁRIA APROVADA:
COORDENADOR DO CURSO:	DATA:

ANEXO B - COMPONENTES CURRICULARES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO POSSÍVEIS DE SEREM CURSADOS EM JORNALISMO DA UNIPAMPA

NOVA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE JORNALISMO					
Vigência a partir de 2014					
	Código	Nome do Componente Curricular 1º semestre	Tipo*	T - P ***	CH****
1	SB0182	Fundamentos de Jornalismo	OBR	(4-0)	60
2	SB0183	Comunicação e Conjuntura Contemporânea	OBR	(4-0)	60
3	SB0184	Redação Jornalística I	OBR	(2-2)	60
4	SB0185	Técnicas de Produção Jornalística	OBR	(2-2)	60
5	SB0186	Introdução à Fotografia	OBR	(2-2)	60
6	CCCG	Componente Curricular Complementar de Graduação	COMP	-x-	30
Carga Horária total do semestre				22 cré.	330h
		2º semestre			
07	DSB2047	Teorias da Comunicação	OBR	(4-0)	60
08	DSB2080	Sociologia da Comunicação	OBR	(4-0)	60
09	SB0187	Comunicação e Cultura	OBR	(2-0)	30
10	SB0188	Redação Jornalística II	OBR	(2-2)	60
11	SB0189	Comunicação Digital	OBR	(4-0)	60

12	SB0190	Radiojornalismo I	OBR	(2-2)	60
13	SB0191	Introdução ao Pensamento Científico	OBR	(2-0)	30
Carga Horária total do semestre				4 créd.	360h
		3º semestre			
14	SB0192	Teorias do Jornalismo	OBR	(4-0)	60
15	SB0198	Fotojornalismo	OBR	(1-3)	60
16	SB0194	Planejamento Visual em Jornalismo	OBR	(2-2)	60
17	SB0195	Redação Jornalística III	OBR	(2-2)	60
18	SB0196	Jornalismo Digital I	OBR	(2-2)	60
19	SB0197	Radiojornalismo II	OBR	(1-3)	60
20	CCCG	Componente Curricular Complementar de Graduação	COMP	-x-	30
Carga Horária total do semestre				26 créd.	390h
		4º semestre			
21	SB0193	Filosofia da Comunicação	OBR	(4-0)	60
22	SB0199	Produção de Jornal	OBR	(1-3)	60
23	SB0200	Editoração em Jornalismo	OBR	(1-3)	60
24	SB0201	Telejornalismo I	OBR	(2-2)	60
25	SB0202	Jornalismo Digital II	OBR	(1-3)	60
26	SB0203	Radiojornalismo III	OBR	(1-3)	60
27	CCCG	Componente Curricular Complementar de Graduação	COMP	-x-	30
Carga Horária total do semestre				26 créd.	390h
		5º semestre			

28	SB0204	Comunicação e Fronteira	OBR	(2-2)	60
29	SB0205	Produção de Revista	OBR	(1-3)	60
30	SB0206	Jornalismo Especializado	OBR	(1-3)	60
31	SB0207	Telejornalismo II	OBR	(1-3)	60
32	SB0208	Assessoria de Comunicação	OBR	(2-2)	60
33	CCCG	Componente Curricular Complementar de Graduação	COMP	-x-	60
Carga Horária total do semestre				24 créd.	360h
		6º semestre			
34	SB0209	Metodologia da Pesquisa em Comunicação	OBR	(3-1)	60
35	SB0210	Legislação e Ética em Jornalismo	OBR	(4-0)	60
36	SB0211	Produção Multiplataforma em Jornalismo I	OBR	(2-2)	60
37	SB0212	Telejornalismo III	OBR	(1-3)	60
38	SB0213	Empreendedorismo em Comunicação	OBR	(2-2)	60
39	CCCG	Componente Curricular Complementar de Graduação	CCCG	-x-	60
Carga Horária total do semestre				24 créd.	360h
		7º semestre			
40	SB0214	Produção Multiplataforma em Jornalismo II	OBR	(1-3)	60
41	SB0215	Trabalho de Conclusão de Curso I	OBR	(4-6)	150
42	Estágio	Estágio Supervisionado em Jornalismo I	Estágio	(0-7)	105
Carga Horária total do semestre			14 créditos+ 105h estágio (7 créditos)	315h	

		8º semestre			
43	SB0217	Trabalho de Conclusão de Curso II	OBR	(2-8)	150
44	Estágio	Estágio Supervisionado em Jornalismo II	Estágio	(0-7)	105
Carga Horária total do semestre			10 créditos+ 105h estágio (7 créditos)		255h
<i>Dados inerentes à integralização curricular</i>					
Carga horária a ser vencida em:					
Componentes Curriculares Obrigatórios					2.550
Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCGs)					210
Atividades Complementares de Graduação (ACGs)					300
Carga horária total mínima a ser vencida:					3.060
*Tipo: OBR (Obrigatório) e COMP (Componente Curricular Complementar de Graduação) **A carga horária poderá variar em função da oferta de CCCGs *** T – P: Teórico – Prática **** CH: Carga Horária					

Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCGs)

Os CCCGs são componentes eletivos, que visam à formação complementar do aluno em especificidades de sua livre escolha. A cada semestre, o curso deverá oferecer um rol de CCCGs (mínimo de três), devendo observar a preferência da maioria dos alunos. O curso de Jornalismo da UNIPAMPA estabeleceu como possibilidade de CCCGs neste momento os seguintes componentes, que poderão ser revistos, subtraídos ou acrescentados sempre que se julgar necessário e em observância aos trâmites internos da instituição para alteração deste PPC.

CCCGs – Componentes Curriculares Complementares de Graduação			
Código	Nome do Componente Curricular	Créditos Teóricos/práticos	Carga Horária
SB0162	Libras	(2-2)	60h
SBSS02	Português Instrumental	(2-2)	60h
SB0220	Comunicação e Acessibilidade	(4-0)	60h
SB0221	Comunicação e Criatividade	(1-3)	60h
SB0222	Jornalismo Científico	(2-2)	60h
SB0223	Jornalismo Esportivo	(2-2)	60h
SB0224	Jornalismo Econômico	(2-2)	60h
SB0225	Jornalismo Político	(2-2)	60h
SB0226	Jornalismo Ambiental	(2-2)	60h
SB0227	Jornalismo Policial	(2-2)	60h
SB0228	Jornalismo Cultural	(2-2)	60h
SB0229	Jornalismo Comunitário	(2-2)	60h
SB0230	Jornalismo Agroeconômico	(2-2)	60h
SB0231	Jornalismo de Moda	(2-2)	60h
SB0232	Locução e Apresentação em Rádio e TV	(1-3)	60h
SB0233	Jornalismo Humanizador	(2-2)	60h
SB0234	Interpretação em Rádio	(1-3)	60h
SB0235	Jornalismo Infanto-Juvenil	(2-2)	60h
SB	Escrita Literária: Teoria e Prática Textual	(2-2)	60h
SB	Jornalismo Literário	(2-2)	60h
SB	Jornalismo em Redes Sociais	(1-1)	30h
SB	Jornalismo em Mídias Móveis	(1-1)	30h
SB	Semiótica e Jornalismo	(4-0)	60h

CCCGs – Componentes Curriculares Complementares de Graduação			
SB	Retórica Aplicada ao Jornalismo	(4-0)	60h
SB0236	Tópicos de Análise do Discurso	(2-0)	30h
SB0237	Tópicos sobre Cinema Clássico e Contemporâneo	(2-0)	30h
SB0238	Teoria e Pesquisa da Opinião Pública	(2-0)	30h
SB0239	Crítica da Mídia	(2-0)	30h
SB0240	Mídia e Recepção	(2-0)	30h
SB0241	Lógica e Argumentação	(2-0)	30h
SB0242	Comunicação Comparada	(2-0)	30h
SB0243	Interfaces e Interação no Jornalismo	(1-1)	30h
SB0244	Oficina de Fotografia	(2-0)	30h

ANEXO D - COMPONENTES CURRICULARES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO POSSÍVEIS DE SEREM CURSADOS NO CURSO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA DA UNIPAMPA

1º semestre	Créditos (T – P)	Carga horária
Eixo Academia/Pesquisa		
Introdução à Pesquisa em Comunicação	2 (2 – 0)	30h
Laboratório de Experimentações Textuais I	4 (2 – 2)	60h
Eixo Profissão/Mercado		
Tendências e Experimentações Criativas	4 (2 – 2)	60h
Fundamentos da Publicidade e da Propaganda	4 (3 – 1)	60h
Fundamentos de Marketing	2 (2 – 0)	30h
Eixo Sociais & Humanidades		
Ética e Filosofia da Comunicação	4 (4 – 0)	60h
Sociologia Geral	4 (4 – 0)	60h
TOTAL	24 (19 – 5)	360h

2º semestre	Créditos (T – P)	Carga horária
Eixo Academia/Pesquisa		
Teorias da Comunicação	4 (4 – 0)	60h
Laboratório de Experimentações Textuais II	4 (2 – 2)	60h
Eixo Profissão/Mercado		
Planejamento de Marketing	4 (2 – 2)	60h
Introdução à Linguagem Audiovisual	2 (2 – 0)	30h
Produção Gráfica	2 (2 – 0)	30h
Comunicação Integrada	4 (2 – 2)	60h

2º semestre	Créditos (T – P)	Carga horária
Eixo Sociais & Humanidades		
Estética e História da Arte	2 (1 – 1)	30h
Sociologia da Comunicação	2 (2 – 0)	30h
TOTAL	24 (17 – 7)	360h

3º semestre	Créditos (T – P)	Carga horária
Eixo Academia/Pesquisa		
Metodologias de Pesquisa em Comunicação	4 (4 – 0)	60h
Eixo Profissão/Mercado		
Redação Publicitária: Impresso e Rádio	2 (1 – 1)	30h
Introdução à Fotografia	4 (2 – 2)	60h
Atendimento e Planejamento Publicitário	4 (2 – 2)	60h
Produção Eletrônica em Áudio Publicitário	4 (2 – 2)	60h
Direção de Arte I	2 (1 – 1)	30h
Eixo Sociais & Humanidades		
Legislação Publicitária	2 (2 – 0)	30h
TOTAL	22 (14 – 8)	330h

4º semestre	Créditos (T – P)	Carga horária
Eixo Academia/Pesquisa		
Produção de Sentido na Publicidade	4 (4 – 0)	60h
Eixo Profissão/Mercado		

4º semestre	Créditos (T – P)	Carga horária
Redação Publicitária: Audiovisual	2 (1 – 1)	30h
Gestão de Contas	2 (1 – 1)	30h
Fotografia Publicitária	4 (1 – 3)	60h
Direção de Arte II	2 (1 – 1)	30h
Produção Eletrônica em Vídeo Publicitário	4 (2 – 2)	60h
Eixo Sociais & Humanidades		
Fundamentos da Psicologia	4 (4 – 0)	60h
TOTAL	22 (14 – 8)	330h

5º semestre	Créditos (T – P)	Carga horária
Eixo Academia/Pesquisa		
Comunicação Digital	4 (2 – 2)	60h
Eixo Profissão/Mercado		
Marketing de Varejo e Promoção de Vendas	2 (1 – 1)	30h
Planejamento e Pesquisa de Mídia	4 (2 – 2)	60h
Pesquisa de Opinião e Mercado	4 (2 – 2)	60h
Eixo Sociais & Humanidades		
Estudos sobre Consumo	4 (4 – 0)	60h
Realidade Socioeconômica e Política da América Latina	2 (2 – 0)	30h
TOTAL	20 (13 – 7)	300h

6º semestre	Créditos (T – P)	Carga horária
Eixo Academia/Pesquisa		
-	-	-
Eixo Profissão/Mercado		
Programação Visual e Gestão de Marcas	4 (2 – 2)	60h
Agência I	8 (2 – 6)	120h
Produção para Web e Marketing Digital	2 (1 – 1)	30h
Eixo Sociais & Humanidades		
Comunicação, Cultura e Ideologia	4 (4 – 0)	60h
Políticas de Comunicação e Realidade de Fronteira	2 (2 – 0)	30h
TOTAL	20 (11 – 9)	300h

7º semestre	Créditos (T – P)	Carga horária
Eixo Academia/Pesquisa		
Trabalho de Conclusão de Curso I: Projeto	4 (4 – 0)	60h
Eixo Profissão/Mercado		
Administração em Publicidade e Propaganda	2 (2 – 0)	30h
Agência II	8 (2 – 6)	120h
Eixo Sociais & Humanidades		
Projeto de Extensão em Comunicação	4 (4 – 0)	60h
TOTAL	18 (12 – 6)	270h

8º semestre	Créditos	Carga horária
Eixo Academia/Pesquisa		

8º semestre	Créditos	Carga horária
Trabalho de Conclusão de Curso II: Monografia	4 (4 – 0)	60h
Eixo Profissão/Mercado		
Projeto Experimental em Publicidade e Propaganda	4 (0 – 4)	60h
Eixo Sociais & Humanidades		
-	-	-
TOTAL	8 (4 – 4)	120h

ANEXO E – MODELO DE RELATÓRIO – UNIPAMPA CIDADÃ

Modelo de Relatório - UNIPAMPA Cidadã	
Nome:	
Matrícula:	Curso de graduação:
Campus:	
Data de entrega:	
Assinatura:	

1. Entidade onde se realizou o UNIPAMPA Cidadã

Nome:
Endereço:
Cidade / Estado:
Responsável pela entidade:
Assinatura do responsável pela entidade:

2. Informações sobre o trabalho realizado

Período de realização:
Carga horária total:
Periodicidade:

Público da ação:
Número de pessoas alcançadas pela ação:
Descrição do trabalho realizado:

3. Reflexões sobre a “UNIPAMPA Cidadã”

4. Avaliação do supervisor de extensão